



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - BACHARELADO - PRESENCIAL - CAMPUS DE MOSSORÓ

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base na Resolução N^o 026/2017 - Consepe, de 28 de junho de 2017, HOMOLOGA os ajustes realizados no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem (Bacharelado), modalidade presencial, vinculado ao Campus de Mossoró, aprovado pela Resolução N^o 003/2020 - Consepe, de 05 de fevereiro de 2020, nos moldes do Anexo - Projeto Pedagógico (ID 30702491), Processo SEI N^o 04410191.000502/2024-08, para efeito de implementação institucional.

Mossoró/RN, 18 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Abreu de Oliveira, Pró-Reitor(a) da Unidade**, em 18/12/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4^o do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **31011968** e o código CRC **F3AD317F**.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

BACHARELADO ENFERMAGEM

Mossoró – RN, 2024

REITOR

Profa. Dra. Cícilia Raquel Maia Leite

VICE-REITOR

Prof. Dr. Francisco Dantas de Medeiros Neto

CHEFE DE GABINETE

Prof. Dr Lauro Gurgel de Brito

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Ma Fernanda Abreu de Oliveira

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Prof. Me. Esdras Marchezan Sales

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Prof. Dra Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

TNS Ana Angélica do Nascimento Nogueira

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Profa. Dra. Simone Gurgel de Brito

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Profa. Dra. Fátima Raquel Rosado Morais

FACULDADE DE ENFERMAGEM – FAEN

Diretor

Prof. Dr. Francisco Rafael Ribeiro Soares
Diretor da Faculdade de Enfermagem/FAEN
Portaria N° 1654/2022-GP/FUERN

Vice-Diretor

Profa. Dra. Amélia Carolina Lopes Fernandes
Vice-Diretora da FAEN/UERN
PORTARIA N° 1428/2023-GP/FUERN

DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM – DEN

Chefe do departamento

Profa. Dra. Kalidia Felipe de Lima Costa
Chefe do Departamento de Enfermagem / DEN
Portaria n° 2351-2024-GP/FUERN

Subchefe

Vago

Adaptações na estrutura curricular vigente: RESOLUÇÃO N° 003-2020 – CONSEPE

Aprova o PPC de Graduação em Enfermagem, Bacharelado, Presencial e amplia vagas iniciais – vinculado a FAEN; RESOLUÇÃO N.º 007/2021 – CONSEPE Cria Curso Graduação Enfermagem, FAEN, Bacharelado e determina não ofertar vagas iniciais para o Código e-MEC 3564.

Versão atual: dezembro de 2024

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	4
2.	PERFIL DO CURSO	4
3.	HISTÓRICO DO CURSO	6
4.	OBJETIVOS DO CURSO	8
5.	PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO	9
6.	COMPETÊNCIA E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	10
7.	PRINCÍPIOS FORMATIVOS	13
8.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	19
9.	MATRIZ CURRICULAR.....	44
10.	EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	55
11.	EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES	60
12.	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	128
13.	RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS.....	130
14.	INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA.....	139
15.	POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	149
16.	PROGRAMAS FORMATIVOS	171
17.	RESULTADOS ESPERADOS	174
18.	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	175
19.	REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DA FACULDADE DE ENFERMAGEM (FAEN) DO CAMPUS CENTRAL DA UERN	177
20.	METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO.....	229

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1. INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN

Rua Almino Afonso, 478 – Centro

CEP: 59.610-210 – Mossoró – RN

Fone: (84) 3315-2148 **Fax:** (84) 3315-2108

E-mail: reitoria@uern.br

Presidente: Cicília Raquel Maia Leite

Espécie Societária: Não Lucrativa

1.2. INSTITUIÇÃO MANTIDA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

CNPJ: 08.258.295/0001

Campus Universitário Central

BR 110, Km 46, Av. Prof. Antônio Campos s/n

Bairro Costa e Silva

CEP: 59625-620 - Mossoró-RN

Fone: (84) 3315-2175 **Fax:** (84) 3315-2175

Home Page: <https://portal.uern.br/> **E-mail:** reitoria@uern.br

Dirigente: Cicília Raquel Maia Leite

Ato de credenciamento: Portaria nº 874/MEC, de 17/06/1993

Ato de recredenciamento: Decreto Estadual Nº 27.902 (23/04/2018), publicado em 12/05/2018.

2. PERFIL DO CURSO

2.1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Denominação: Enfermagem

Grau acadêmico: Bacharelado

Modalidade: Presencial

Área de Conhecimento: Ciências da Saúde

Ato de Autorização/Criação: Ato de Criação: Decreto Municipal nº. 04/68, autorizado pelo Conselho Universitário com Resolução nº 028-A/70-U, Lei nº 20/68

Data de início de funcionamento: janeiro de 1971

Dados de criação/Atos autorizativos	
Ato de Autorização/Criação:	Decreto Municipal nº 04/68 - Autorizado pelo Conselho Universitário com Resolução nº 028 - A/70 - U, Lei nº 20/68. Início de funcionamento: Jan/1961
Ato de reconhecimento	Decreto nº 82.939/78 - CFE de 26/12/1978

2.2. LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Campus: Campus Universitário Central - Mossoró/RN

Endereço: Rua Desembargador Dionísio Filgueira, nº 383, Centro.

Telefone: (084) 3315-2154/3315-2152

E-mail: faen@uern.br / den@uern.br

Site: <http://www.uern.br/faculdade/servico.asp?item=FAEN>

2.3. DADOS SOBRE O CURSO

Carga horária total: 4.200 h

Carga horária de componentes curriculares obrigatórios (incluindo estágio e TCC): 3510h

Carga horária de componentes curriculares optativos: 120h

Unidade Curricular de Extensão: 420h

Atividades Acadêmicas Complementares (AAC): 150h

Tempo médio de integralização curricular: 5 anos

Tempo máximo de integralização curricular: 7 anos e 6 meses

Número de vagas por semestre/ano: 40

Turnos de funcionamento: integral

Número máximo de alunos por turma: 40

Sistema: créditos com matrícula semestral

Forma de ingresso no curso: ENEM/SISU

Trabalho de Conclusão de Curso: Trabalho sob orientação docente na modalidade de monografia ou artigo científico com carga horária total de 105h

2.4. ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO:

Número de componentes de estágio: Estágio em serviço de saúde I e Estágio em serviço de saúde II

Número total de horas de estágio: 840h

3. HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem (FAEN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) foi criado em 1968, por força do Decreto Municipal nº 04/68, autorizado pelo Conselho Universitário com a Resolução nº 028- A/70-U. A Faculdade de Enfermagem, outrora Escola Superior de Enfermagem de Mossoró (ESEM) foi, portanto, o primeiro Curso de Graduação em Enfermagem do Estado do Rio Grande do Norte. Iniciou suas atividades em 01 de março de 1971 e foi reconhecido apenas em 1978, pelo Decreto nº 82.939/78 – CFE, de 26 /12 /1978.

A Escola Superior de Enfermagem de Mossoró (ESEM) estava vinculada à Fundação Universidade Regional de Mossoró, a qual posteriormente foi reestruturada e passou a ser denominada Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN). Com o reconhecimento da Universidade pelo Conselho Federal de Educação (1993), a ESEM passou a ser reconhecida como Faculdade de Enfermagem (FAEN).

O Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem atravessou mudanças ao longo do processo formativo onde se pode elencar, como marcos, o ano de 1974, momento da adequação do curso ao parecer 163, instituído pela Resolução nº 4/72, que ajustou o currículo mínimo dos cursos de Enfermagem e Obstetrícia. Em 1986, foi iniciado nacionalmente um processo de reorientação curricular, em consonância com o movimento nacional de construção coletiva da proposta de currículo mínimo, que veio a ser aprovada em 1994 de acordo com o Parecer nº 314/94 - CFE e Portaria nº 1.721/94 - MEC. Em 1996, houve a implantação do novo currículo incluindo a licenciatura, apontando para superação das rupturas das dicotomias históricas entre indivíduo/coletivo e clínico/epidemiológico, enfatizando a articulação entre ensino/pesquisa/extensão e ensino/trabalho.

O Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem, em 2008, passou por reformulação no intuito de promover as alterações indicadas para a licenciatura, através das Resoluções CNE/CP nº 01, de 18 de fevereiro de 2002 e a CNE/CP nº 02, de 19 de fevereiro de 2002 e, ainda, das Diretrizes Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Resoluções do CNE/CP nº 01, de 18 de fevereiro de 2002 e CP nº 02, de 19 de fevereiro de 2002, bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena em cumprimento a Resolução nº 02/2004 - CNE, de 27 de agosto de 2004 e em conformidade com o indicado no Parecer CNE/CES Nº 15/2005, de 2 de fevereiro de 2005, publicado no DOU em 13 de maio de 2005.

Em 2014, foi renovado o reconhecimento de 33 cursos de graduação ofertados pela UERN, dentre eles o curso de Enfermagem, por meio do Decreto Estadual nº 24.948, de 30 de dezembro de 2014 com base no disposto no Art. 10 da Resolução nº 01/2001 – CEE/RN, de 19 de dezembro de

2001, com validade de dois anos. A Faculdade de Enfermagem teve sua autorização de funcionamento convalidada para o período de 2013-2014 com a publicação do Decreto Estadual nº 24.971, de 19 de fevereiro de 2015.

Diante dos avanços e desafios do processo formativo no atual contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como frente às lacunas a serem solucionadas, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a gestão da FAEN e a comunidade acadêmica se uniram para atuar no enfrentamento dos descompassos identificados.

Dentre estes, podem ser citados a adequação à Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (DCNE), que em seu Art. 7º parágrafo único estabelece a carga horária mínima do estágio curricular supervisionado em 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso; a Resolução do Conselho Nacional de Educação, nº 04 de 06 de abril de 2009, que dispõe sobre a carga horária mínima e período de integração e duração dos cursos de graduação, tendo o curso de enfermagem o limite mínimo de cinco anos para integração; a Resolução do Conselho Nacional de Educação, de 02 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, que orienta, em seu Art. 13, a garantia de base comum nacional das orientações curriculares em, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico; e a Resolução nº 25/2017 – CONSEPE/UERN que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da UERN.

Nesse sentido, diante de discussões e estudos promovidos pelo NDE, decidiu-se na plenária departamental realizada em 28 de maio de 2019, reformular o PPC, redefinindo sua oferta para a modalidade de bacharelado (conforme apresentado neste documento), cientes das necessidades de atualizações e ajustes legais, respeitando as atuais DCNE e já vislumbrando pontos que apontam para as novas DCNE do curso de enfermagem descritos em minuta pública da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) (ABEn, 2019). Ao que concerne à Licenciatura, a mesma não mais integrará o presente PPC tendo em vista a inviabilidade para o cumprimento da legislação vigente.

Este atual projeto, com a carga horária total de 4.200 horas, vem oportunizar a ampliação não apenas no número de vagas ofertadas pelo curso e suas entradas anuais, mas também na efetivação da articulação do ensino, pesquisa e extensão. Além de favorecer a permanência do aluno no mesmo por assegurar a continuidade de suas atividades em um único turno.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. OBJETIVO GERAL

Formar o enfermeiro bacharel generalista, humanista, crítico e reflexivo, com autonomia, discernimento e proatividade, assegurando a integralidade do cuidado à saúde dos indivíduos, das famílias, dos grupos e das comunidades. Esse processo se dará de forma permanente, embasado nos quatro pilares da educação, que articulam o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver; pautado nos princípios da interdisciplinaridade/transdisciplinaridade, da flexibilidade, da pluralidade, da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e da integração ensino-serviço-comunidade.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Orientar o processo formativo no tocante às necessidades individuais e coletivas da população, respeitando as diversidades subjetivas, biológicas, mentais, étnicas, de gênero, de orientação sexual, social, econômica, política, ambiental, cultural, ética, espiritual, considerando todos os aspectos que compõem a pluralidade humana e que singularizam cada pessoa, grupo e sociedade, assim como, a longevidade humana com ou sem dependência.
- Garantir uma sólida formação, fundamentando e articulando os conteúdos essenciais nas áreas do Cuidado de Enfermagem na Atenção à Saúde Humana, Gestão/Gerência do cuidado de enfermagem e dos serviços de enfermagem e saúde, Educação em Saúde, Desenvolvimento Profissional em Enfermagem, Investigação/Pesquisa em Enfermagem e saúde, contribuindo assim para o enfrentamento dos desafios diante das transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.
- Prover na formação os conhecimentos requeridos para o exercício das competências e habilidades no âmbito da atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, gerenciamento, educação permanente e pesquisa.
- Vislumbrar a formação do enfermeiro no âmbito das necessidades sociais da saúde, com ênfase no SUS, assegurando a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento.

5. PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

Egresso com perfil profissional, humano, autônomo e com responsabilidade social, para atuar com qualidade, efetividade e resolutividade, no Sistema Único de Saúde. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual, pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre as necessidades de saúde da população, identificando as dimensões bio-psico-sociais-espirituais, afetivas e os seus determinantes. Capacitado a atuar com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano, mediante o desenvolvimento do cuidado de enfermagem, da coordenação e supervisão desse cuidado, da atuação como docente no processo de formação profissional, de educação permanente em saúde e de educação em saúde, bem como, mediante o desenvolvimento da pesquisa dos fenômenos nos campos de saúde individual e coletiva.

6. COMPETÊNCIA E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Graduação em Enfermagem, a formação do Enfermeiro deve atender às necessidades sociais da saúde, com ênfase no SUS, e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento, assegurando que a prática do enfermeiro seja realizada de forma integrada e contínua com os demais profissionais e trabalhadores de saúde, visando o trabalho colaborativo em equipe, a amplitude da cidadania e a qualidade do cuidado. Nesse sentido, tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

1. Atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas, incorporando a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional, estabelecendo novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
2. Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional nas áreas do Cuidado de Enfermagem na Atenção à Saúde Humana, Gestão/Gerência do Cuidado de Enfermagem e dos Serviços de Enfermagem e Saúde, Educação em Saúde, Desenvolvimento Profissional em Enfermagem, Investigação/Pesquisa em Enfermagem e Saúde, contribuindo para o enfrentamento dos desafios diante das transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.
3. Reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
4. Desenvolver seu trabalho pautado pelo pensamento crítico, promovendo o acolhimento e a comunicação efetiva com indivíduos, família, grupos e comunidade, garantindo a privacidade, confidencialidade e veracidade das informações compartilhadas, na interação com o usuário, profissionais de saúde e o público em geral.
5. Reconhecer as relações de trabalho e sua influência na saúde; desenvolver o processo de enfermagem como orientador do cuidado sustentado no raciocínio clínico, crítico, ético e humanístico;
6. Responder às especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, prestando atenção integral à saúde dos indivíduos, família, grupos e comunidades projeto terapêutico singular, das famílias e das comunidades baseado em evidências científicas;
7. Atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos, reconhecendo-se como coordenador do trabalho da equipe de enfermagem e desenvolver seu trabalho pautado pelo

pensamento crítico, promovendo o acolhimento e a comunicação efetiva com indivíduos, família, grupos e comunidade, garantindo a privacidade, confidencialidade e veracidade das informações compartilhadas, na interação com o usuário, profissionais de saúde e o público em geral, assumindo o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde;

8. Identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes, desenvolvendo ações de enfermagem nos diferentes cenários da prática profissional por meio do processo de enfermagem, da sistematização da assistência de enfermagem e de um sistema de linguagem padronizada como tecnologia, considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico com foco no raciocínio clínico, processos de viver e morrer, e nas necessidades de saúde individual, física e mental, coletiva e comunitária, considerando a legislação e as políticas de saúde;

9. Coordenar o processo de cuidar em enfermagem, considerando contextos e demandas de saúde, prestando cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, pela família e pelos diferentes grupos da comunidade;

10. Desenvolver a gestão do Cuidado de Enfermagem na atenção primária e na rede de atenção à saúde, com base nos indicadores de saúde, assistenciais e gerenciais, no âmbito individual e coletivo, considerando os diferentes contextos, demandas espontâneas e programáticas de saúde, características profissionais dos agentes da equipe de Enfermagem, a fim de qualificar os processos de trabalho e seus resultados;

11. Desenvolver ações de liderança da equipe de Enfermagem na horizontalidade das relações interpessoais, mediada pela interação e diálogo em respeito ao outro, promovendo a qualificação da equipe de Enfermagem por meio de atualização e educação permanente, e a tomada de decisão fundamentada no Planejamento Estratégico Situacional;

12. Gerenciar o processo de trabalho em enfermagem com princípios de ética e de bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional;

13. Planejar, programar e participar dos programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde;

14. Utilizar os instrumentos que garantam a qualidade do cuidado de enfermagem e da assistência à saúde, respeitando os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão, reconhecendo o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde

15. Participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde;

16. Reconhecer e respeitar diversidades étnico-raciais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, sexual de gênero, de faixa geracional, bem como a necessidade de desenvolvimento profissional permanente, frente à complexidade das necessidades de saúde

individual e coletiva, as mudanças no processo de trabalho em enfermagem e saúde e as práticas avançadas em enfermagem nos diferentes âmbitos do sistema de saúde.

17. Buscar estratégias e ações para seu desenvolvimento profissional e o reconhecimento da identidade do enfermeiro e sua importância junto às equipes de saúde, promovendo a valorização profissional, desenvolvendo valores de modo a contribuir para o respeito e dignificação do trabalho do enfermeiro e da equipe de enfermagem.

7. PRINCÍPIOS FORMATIVOS

7.1. TRANSDISCIPLINARIDADE

A concepção de transdisciplinaridade surge, em meados do século XX, com o objetivo de conformar mentalidades e saberes em um contexto caracterizado pela sua intensa expansão (NICOLESCU, 2008).

O prefixo “trans” refere-se àquilo que está entre, através e além dos campos disciplinares, objetivando compreender o mundo por meio do conhecimento; —a transdisciplinaridade fala daquilo que está entre as disciplinas, através delas e além delas (TORRE, MORAES, TEJADA, PUNJOL, 2008, p. 52). Este conceito se origina do paradigma ecossistêmico, sendo, posteriormente, incorporado no bojo da reforma do pensamento.

Na condição de estar o ‘entre’ e o ‘além’ das disciplinas, a transdisciplinaridade possibilita o intercâmbio dinâmico entre os aspectos subjetivos e objetivos do processo formativo. Fomenta novas relações entre os saberes e as pessoas considerando o tempo de nossas ações e nossa história; os modos de compartilhar as experiências que marcam os corpos e as vidas.

Neste sentido, o pensamento transdisciplinar propõe uma reflexão acerca da integralidade do homem em todos os campos que integram a sua vida; conceber as pessoas como seres em desenvolvimento em busca de uma evolução nas distintas dimensões que as compõem (corpo, espírito, história); investigar estratégias para o alcance destes objetivos.

No campo da educação em particular, a transdisciplinaridade produz novas formas de se compreender não apenas como se organiza o ensino, mas em desenvolver a educação como atividade aplicada à vida. Para isto, estabelece maneiras de conhecer que articulam sujeito e objeto, pensamento e experiência, em movimentos que transgridem as perspectivas dicotômicas derivadas do pensamento positivista.

Este princípio fomenta a agregação dos conhecimentos acadêmicos e aqueles que se colocam fora deste espaço, inclusive os que estão fora das ciências formais; almeja organizar sua aproximação por abertura das fronteiras disciplinares, que oriente sua horizontalização em detrimento da hierarquização.

Piaget foi o educador pioneiro a delimitar o conceito de transdisciplinaridade no ano de 1970; ainda no século XX este conceito foi retomado por Morin (2000; 2001).

Nas suas considerações sobre o modelo de educação vigente na modernidade, este autor destaca que ele se funda sobre a lógica da disjunção do conhecimento o que acarreta, conseqüentemente, uma fragilização das relações existentes entre os campos disciplinares. Esta perspectiva de organizar o sistema de pensamento e a própria educação é incapaz de conceber e contemplar, tanto ao nível do currículo quanto didática, o ser humano como um todo.

Nesses moldes, a educação favorece o distanciamento do ser humano dos seus pares, das

diversas culturas e inclusive da natureza. São modelos que consolidam o desconhecimento do ser humano em relação a si próprio, a sua inserção em uma dada cultura, aos seus desejos, necessidades, sentimentos, medos e anseios.

No campo da saúde, e em particular na formação do enfermeiro, a transdisciplinaridade se concretiza em movimentos de diálogo e entrelaçamento de conhecimentos relativos a uma demanda do usuário, à compreensão sobre as necessidades de saúde no contexto social onde elas são produzidas, bem como sobre a ressignificação dos processos de trabalho em saúde.

Este PPC apresenta a transdisciplinaridade como marco conceitual e como meta a ser alcançada mediante a vivência dos pilares da educação (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser), da articulação teoria-prática, da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

7.2. ARTICULAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

No curso de Enfermagem da FAEN, esta articulação se fundamenta em estratégias pedagógicas subsidiadas pelas metodologias ativas de ensino. Tal princípio institui, para discentes e docentes, movimentos de interação com o cenário assistencial na perspectiva de confrontar teoria e prática, identificando seus alcances, limites e a necessidade de produção de outros conhecimentos.

Considerando a dinamicidade do contexto sociocultural onde a formação proposta acontece, o conhecimento é sempre parcial e inacabado, o que não sugere que ele seja desnecessário. Ao contrário, ele é parte da apreensão desta realidade e mediante sua articulação com a prática ele será reconstituído sem perder o seu caráter transitório. Por sua vez, a prática não pode ser apreendida como momento sem teoria, mas como uma vivência dinâmica e complexa que tensiona o conhecimento reafirmando-o naquilo que ele é capaz de explicar.

A transdisciplinaridade proposta como princípio formativo tem na articulação teoria e prática um fecundo campo de intersecções e questionamentos, oriundos da vivência prática do cuidado de enfermagem.

7.3. FLEXIBILIZAÇÃO

A sociedade contemporânea se caracteriza por incessantes e abruptas mudanças de ordem sociocultural, que se refletem nos modos de viver, pensar e ensinar. Neste contexto, o trabalho também é transformado, implicando na criação de novos perfis profissionais, em outras exigências de aperfeiçoamento e qualificação.

Consequentemente, a formação acadêmica é instigada a acompanhar este movimento e assim estabelecer conexões entre a heterogeneidade dos novos padrões e modelos com os processos formativos. Dentre as estratégias empregadas para se alcançar este objetivo, destaca-se a flexibilização curricular dado o seu potencial para ampliar as vivências acadêmicas, culturais e

profissionais e favorecer o desenvolvimento da autonomia por parte do discente. Isto porque a flexibilização é reconhecida como princípio articulador e orientador da formação acadêmica frente às demandas sociais, contrapondo-se à proposta do currículo mínimo definido pela Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961).

Portanto, este princípio fomenta um processo formativo orientado pela aprendizagem significativa, crítica, sensível e reflexiva. Valoriza e instiga a autonomia didático-pedagógica da aprendizagem significativa nos componentes curriculares obrigatórios e optativos; nas atividades acadêmico-científico-culturais; na adoção da transdisciplinaridade como princípio formativo; na articulação entre teoria e prática; na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A partir das demandas do processo formativo, a flexibilização curricular pode assumir distintos formatos para a sua consecução, proporcionando uma diversificação das estratégias pedagógicas e dos cenários de aprendizagem: complementação de estudos em outras áreas de conhecimento seja no âmbito da UERN ou em outras instituições de ensino; na oferta de componentes curriculares optativos atendendo às demandas específicas; estágios curriculares não obrigatórios; participação em eventos científicos e culturais.

O NDE emerge como instância responsável pela manutenção deste princípio por meio da atualização permanente do PPC frente às demandas do contexto profissional, dos serviços de saúde conveniados e do cenário local em se tratando das necessidades de saúde da população.

7.4 CONTEXTUALIZAÇÃO

Este princípio formativo parte da premissa de que é imprescindível ao processo formativo que busca uma articulação teoria-prática, uma postura docente e pedagógica norteada pela transdisciplinaridade e pelo respeito aos demais saberes existentes no contexto local. —O respeito ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo (FREIRE, 1992, p. 86).

Como princípio formativo, a contextualização orienta uma prática pedagógica movida por questionamentos sobre como ensinar e como articular saberes no contexto social e cultural onde se insere o curso. Toma como momento inicial a apreensão de fatos, modos de ser e pensar que emergem como naturalizados e provoca questionamentos, incita a curiosidade e a criatividade nas estratégias para se aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver com os outros.

No âmbito da formação em saúde a contextualização configura o processo formativo com base nos seguintes conceitos:

Atenção à Saúde: ações e estratégias estruturadas por meio das Redes de Atenção à Saúde, objetivando assegurar a integralidade, universalidade e equidade da atenção à saúde da população; abrange a atenção no nível primário, secundário e terciário considerando a diversidade das necessidades de saúde, seja no âmbito da promoção, proteção ou recuperação da saúde (BRASIL,

2010).

Cuidado de Enfermagem: consiste na atividade desenvolvida pelo enfermeiro no intuito de assistir às necessidades de saúde do indivíduo e da coletividade, contemplando a integralidade do ser e as relações de cuidado nas dimensões biológica, social, mental, interacional e comunicativa; é mediado pelos saberes inerentes ao exercício profissional mantendo-se uma relação dialógica com o saber do indivíduo ou comunidade a quem esta atividade é direcionada. Desenvolve-se em prática contínua e integrada, pautada no acolhimento e humanização, orientada pelos conceitos de saúde, sociedade e trabalho.

Necessidades de saúde: com base no conceito da integralidade em saúde e sua condição de eixo estruturante da Atenção à Saúde (PINHEIRO; MATOS, 2009), as necessidades de saúde consistem em um conjunto de carecimentos social e historicamente determinados, cuja percepção e detecção ocorrem pela pessoa que as sente ou pelos profissionais da saúde. São orientadas ainda pela singularidade da pessoa nos seus modos de andar a vida e incluem:

- Boas condições de vida, ou seja, acesso às condições básicas de vida inerentes à prevenção de doenças e manutenção do potencial de saúde (alimentação, saneamento básico, educação, habitação entre outras).
- Acesso e se poder consumir toda tecnologia de saúde capaz de melhorar e prolongar a vida, de modo não hierarquizado, mas orientado pela demanda que a pessoa apresenta ao profissional de saúde ou ainda por aquilo que o profissional detecta durante o processo assistencial. Consiste no acesso aos recursos necessários à promoção da saúde, prevenção, detecção e tratamento de doenças.
- Criação de vínculos (a)efetivos entre cada usuário e uma equipe e/ou um profissional, o que implica em processos que ultrapassam a adscrição a um serviço ou inclusão em um determinado programa assistencial. São estabelecidas por meio de relação contínua no tempo, pessoal e intransferível junto à equipe multiprofissional em saúde.
- Alcançar graus crescentes de autonomia no seu modo de andar a vida, ou seja, parte da condição de sujeito partícipe do cuidado em saúde, das escolhas que a pessoa adota conforme sua forma de conceber saúde, doença e até mesmo a própria vida.

7.5 DEMOCRATIZAÇÃO

Propõe a adoção de estratégias e movimentos para se assegurar relações horizontais entre os processos pedagógicos, as demandas do aluno e as necessidades do cenário local em termos de necessidades de saúde.

Consequentemente, esta perspectiva traz como implicações diretas para o processo formativo: diversificação das estratégias de ensino e de avaliação da aprendizagem; flexibilização da aprendizagem em consonância com as demandas do contexto local; respeito e valorização dos

espaços e canais de participação científica, social e cultural (Centro Acadêmico, Grupos de Pesquisa, Ligas Acadêmicas, Projetos Especiais e Núcleos entre outros).

Por meio deste princípio, tendo em vista a necessidade de comprometer com as políticas equitativas no ensino superior do país e a heterogeneidade das necessidades acadêmicas dos discentes, o Curso de Enfermagem da FAEN assume o compromisso de se empenhar no desenvolvimento e continuidade das políticas voltadas para a permanência do aluno, organizadas pela PRAE/UERN.

7.6 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

Consiste no tripé sobre o qual se funda o ensino universitário no Brasil com o propósito de fomentar uma aprendizagem crítica, reflexiva e criativa. Objetiva estabelecer articulações entre a formação acadêmica e as demandas da sociedade que sejam capazes de fomentar a reorganização do próprio ensino, a produção do conhecimento, a integração do aluno no mercado de trabalho e as vivências em comunidades.

Esta indissociabilidade se materializa em projetos de pesquisa e de extensão, além das Unidades de Curricularização da Extensão (UCE) que se propõem a mobilizar estratégias pedagógicas e componentes curriculares promovendo a interlocução entre saberes e experiências. Conforme as DCNE, ela possibilita também “[...] a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde doença” (BRASIL, 2001).

7.7 PLURALIDADE

A formação do enfermeiro deve estar orientada numa perspectiva plural, considerando o contexto histórico-social, apontando para um olhar diante das necessidades multi diversas, individuais e coletivas da população. Respeitando assim as diversidades subjetivas, biológicas, mentais, étnicas, de gênero, de orientação sexual, social, econômica, política, ambiental, cultural, ética, espiritual, ou seja, levando em consideração todos os aspectos que compõem a pluralidade humana e que singularizam cada pessoa, grupo e sociedade, devendo-se ter em mente que não há um modelo de formação único e universal.

7.8 HUMANESCÊNCIA

Desde a Reforma Constitucional de 1988, novos cenários vêm sendo exigidos e construídos a partir de dispositivos legais, tanto no âmbito da educação quanto da saúde. Assim, faz-se necessário compreender a missão educativa para além da esfera da capacitação profissional. Nesse sentido, o princípio da humanescência, compreendido como um processo evolutivo que possibilita o despertar

da essência humana (Cavalcanti, 2006) contribui com uma aprendizagem integrada, crítica, intelectual, sensível e contemplativa.

O processo de edificação deste conhecimento é vivenciado como um fenômeno multidimensional, simultaneamente físico, biológico, cerebral, mental, psicológico, cultural e social por meio da articulação entre a amorosidade, cultura científica e humanística, promovendo assim um diálogo humanescente entre arte, ciência e espiritualidade.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Projeto Pedagógico de Curso da FAEN está centrado no aluno, enquanto sujeito da construção de sua visão de mundo e coordenado pelo professor como facilitador dos processos ensinar/aprender. A proposta busca garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, através da relação teoria-prática; e tem como eixo integrador a produção de conhecimentos que fundamentam o Cuidado de Enfermagem e a formação na modalidade de bacharelado.

Com objetivo de contemplar o Cuidado de Enfermagem e o processo formativo na modalidade de bacharel, ambos previstos nas DCNE, foi proposta no PPC uma estrutura curricular com seis áreas temáticas que compreendem os seguintes componentes curriculares: componentes curriculares obrigatórios, componentes curriculares optativos, unidade curricular de extensão, estágio curricular supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e atividades complementares, distribuídas em dez períodos letivos. Os conteúdos são lançados em componentes curriculares, ofertados em sistema de créditos, e distribuídos por áreas temáticas que integram, simultaneamente: 1. Bases Biológicas e Sociais da Enfermagem; 2. Fundamentos do Cuidado de Enfermagem; 3. Assistência de Enfermagem; 4. Administração em Enfermagem; 5. Educação, Saúde e Enfermagem; e 6. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Os componentes curriculares se organizam em um nível de complexidade crescente, estando articuladas entre si e orientadas pelo princípio da transdisciplinaridade e da integralidade da atenção e assistência qualificando o discente para uma inserção direta no cenário assistencial e na perspectiva de fortalecimento do SUS. Didaticamente, a sequência curricular do curso segue uma organização e um fluxo estrutural organizados por níveis de complexidade dos conhecimentos, partindo da compreensão das Bases Biológicas e Sociais da Enfermagem até a vivência do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Quadro 1. Estrutura da organização curricular.

UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS (ART. 21 DO RCG)		CARGA HORÁRIA
Disciplinas (RCG, Art. 49)	Obrigatórias	2.565
	Optativas	120
	Eletivas* (RCG, Art 49, Inc. III)	240
Atividades da prática como componente curricular (RCG, Arts. 28-29) OBS: Para licenciaturas e/ou conforme as DCN do curso		0
Estágio curricular supervisionado obrigatório (RCG, Arts. 30-31)		840

Trabalho de conclusão de curso (RCG, Arts. 32-33)	105
Atividades complementares (RCG, Arts. 34-36)	150
Atividades curriculares de extensão (Res. 25/2017 - CONSEPE, de 21/06/2017)	420
Carga horária total (sem as eletivas)	4.200

*Não contabilizar na carga horária total.

8.1. ÁREA TEMÁTICA I - BASES BIOLÓGICAS E SOCIAIS DA ENFERMAGEM

Proporciona a fundamentação das ciências biológicas, humanas e sociais para compreensão das necessidades de saúde manifestas no corpo individual, família, grupos e comunidade. Articula a produção destas necessidades ao Cuidado de Enfermagem junto ao indivíduo, família e comunidade; estabelece fundamento para o intervir comprometido com a transformação das práticas de saúde na sociedade.

Quadro 2. Carga horária da área de Bases Biológicas e Sociais da Enfermagem

Código	Componentes curriculares	CH/CR
MDE0101	Antropologia e saúde	30/02
MDE0095	Biologia celular e molecular	60/04
MDE0103	Comportamento humano e relações	45/03
MDE0102	Cultura, sociedade e reflexões	30/02
MDE0094	Embriologia geral e histologia	45/03
MDE0104	Fisiologia humana	90/06
MDE0109	Enfermagem em saúde coletiva	90/06
MDE0108	Fisiopatologia I	90/06
MDE0113	Fisiopatologia II	75/05
MDE0111	Mecanismos de agressão e defesa	45/03
MDE0105	Morfologia	90/06
MDE0116	Terapias e processos farmacológicos aplicados a Enfermagem	90/06
Total		780/52

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

8.2. ÁREA TEMÁTICA II: FUNDAMENTOS DO CUIDADO DA ENFERMAGEM

Abrange os conteúdos técnicos, metodológicos, os meios e instrumentos inerentes ao Cuidado de Enfermagem nos distintos níveis da Atenção à Saúde, na assistência coletiva e individual, na

educação em saúde e na educação profissional em enfermagem.

Quadro 3. Carga horária da área de Fundamentos do Cuidado da Enfermagem

Código	Componentes curriculares	CH/CR
MDE0097	Conhecimento científico: leituras e técnicas	45/03
MDE0126	Criação de conteúdo, empreendedorismo e tecnologias	45/03
MDE0119	Estudos científicos: natureza e interfaces da pesquisa	45/03
MDE0112	Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa em enfermagem	45/03
MDE0110	Ética, bioética e cidadania.	60/04
MDE0099	Gênero, sociedade e diversidade	60/04
MDE0106	História e processo de trabalho em enfermagem	45/03
MDE0100	Necessidades de saúde e enfermagem	45/03
MDE0135	Semiologia e semiótica I	120/08
MDE0136	Semiologia e semiótica II	120/08
MDE0115	Sistematização da assistência e o processo de enfermagem	45/03
MDE0096	Sociedade, estado, universidade e enfermagem	45/03
MDE0107	Saúde ambiental	45/03
MDE0129	Trabalho de conclusão de curso I	45/03
MDE0132	Trabalho de conclusão de curso II	60/04
Total		870/58

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

8.3. ÁREA TEMÁTICA III: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Abrange os conteúdos teóricos e práticos que compõem o Cuidado de Enfermagem, a Gestão dos Serviços de Enfermagem e Saúde, a Educação em Saúde, a Investigação/Pesquisa em Enfermagem voltados para a saúde da criança, do adolescente, do adulto e da 3ª idade, na promoção, proteção e recuperação da saúde. Possibilita o desenvolvimento de competência técnica, científica e política para desenvolver o Cuidado de Enfermagem nas Redes de Atenção à Saúde, e nos níveis de complexidade assistencial (primária, secundária e terciária), contemplando as ações voltadas para os aspectos epidemiológicos, condições clínicas e cirúrgicas, psiquiátricas, pediátricas, geriátricas e gineco-obstétricas.

Quadro 4. Carga horária da área de Assistência de Enfermagem

Código	Componentes curriculares	CH/CR
--------	--------------------------	-------

MDE0098	Atenção e assistência em urgência e emergência - suporte básico de vida	45/03
MDE0131	Atenção e assistência em urgência e emergência - suporte avançado de vida (retirar, repetido)	45/03
MDE0128	Enfermagem cirúrgica	45/03
MDE0124	Enfermagem em saúde do trabalhador	60/04
MDE0121	Enfermagem nas ações integradas a saúde do idoso	45/03
MDE0123	Enfermagem nas ações integradas a saúde na infância e Adolescência	105/07
MDE0130	Enfermagem nas ações integradas ao paciente crítico	120/08
MDE0127	Enfermagem nas ações integradas materno infantil	105/07
MDE0122	Enfermagem nas ações integradas na saúde do adulto	90/06
MDE0114	Epidemiologia e enfermagem	90/06
MDE0120	Saúde Mental	75/05
Total		825/55

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

8.4. ÁREA TEMÁTICA IV: ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO EM ENFERMAGEM

Inclui os conteúdos teóricos e práticos da Gerência do Cuidado de Enfermagem, indissociada da Educação em Saúde e da Investigação/Pesquisa em Enfermagem, na Rede de Atenção à Saúde incluindo a atenção primária, secundária e terciária.

Quadro 5. Carga horária da área de Administração em Enfermagem

Código	Componente curricular	CH/CR
MDE0117	O processo gerenciar de enfermagem	75/05
Total		75/05

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

8.5 ÁREA TEMÁTICA V: EDUCAÇÃO, SAÚDE E ENFERMAGEM

Fundamenta-se na necessidade de garantir a formação do enfermeiro como educador; contempla as teorias, os métodos, as técnicas e as estratégias apropriadas ao processo de educação em saúde e Educação Permanente em Saúde.

Quadro 6. Carga horária da área Educação, Saúde e Enfermagem

Código	Componentes curriculares	CH/CR
MDE0118	Educação em saúde	60/04

MDE0125	Desenvolvimento profissional em enfermagem	60/04
Total		120/08

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

8.6 ÁREA TEMÁTICA VI: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Espaço de articulação teórico-prática, naperspectiva transdisciplinar, possibilitando aproximação, reflexão, interação e atuação no contexto dos serviços que integram a Rede de Atenção à Saúde configurando-se como um espaço de convergência dos conhecimentos empíricos, científicos e tecnológicos pertinentes ao cuidado de enfermagem.

Quadro 7. Carga horária da área Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Código	Componente curricular	CH/CR
MDE0133	Estágio em serviços de saúde I	420/28
MDE0134	Estágio em serviços de saúde II	420/28
Total		840/56

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

8.7. COMPONENTES CURRICULARES

8.7.1. Componentes curriculares de caráter obrigatório

Quadro 8. Apresentação dos componentes curriculares obrigatórios do curso, incluindo estágio e TCC.

Código	Componentes curriculares	CH/CR
MDE0101	1. Antropologia e saúde	30/02
MDE0131	2. Atenção e assistência em urgência e emergência - suporte avançado de vida	45/03
MDE0098	3. Atenção e assistência em urgência e emergência - suporte básico de vida	45/03
MDE0095	4. Biologia celular e molecular	60/04
MDE0103	5. Comportamento humano e relações	45/03
MDE0097	6. Conhecimento científico: leituras e técnicas	45/03
MDE0126	7. Criação de conteúdo, empreendedorismo e Tecnologias	45/03
MDE0102	8. Cultura, sociedade e reflexões	30/02

MDE0125	9. Desenvolvimento profissional em enfermagem	60/04
MDE0118	10. Educação em saúde	60/04
MDE0094	11. Embriologia geral e histologia	45/03
MDE0128	12. Enfermagem cirúrgica	45/03
MDE0124	13. Enfermagem em saúde do trabalhador	60/04
MDE0109	14. Enfermagem em saúde coletiva	90/06
MDE0121	15. Enfermagem nas ações integradas à saúde do idoso	45/03
MDE0123	16. Enfermagem nas ações integradas à saúde na infância e adolescência	105/07
MDE0130	17. Enfermagem nas ações integradas ao paciente Crítico	120/08
MDE0127	18. Enfermagem nas ações integradas materno infantil	105/07
MDE0122	19. Enfermagem nas ações integradas à saúde do Adulto	90/06
MDE0114	20. Epidemiologia e enfermagem	90/06
MDE0133	21. Estágio em serviços de saúde I	420/28
MDE0134	22. Estágio em serviços de saúde II	420/28
MDE0119	23. Estudos científicos: natureza e interfaces da pesquisa	45/03
MDE0112	24. Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa em enfermagem	45/03
MDE0110	25. Ética, bioética e cidadania.	60/04
MDE0104	26. Fisiologia humana	90/06
MDE0108	27. Fisiopatologia I	90/06
MDE0113	28. Fisiopatologia II	75/05
MDE0099	29. Gênero, sociedade e diversidade	60/04
MDE0106	30. História e processo de trabalho em enfermagem	45/03
MDE0111	31. Mecanismos de agressão e defesa	45/03
MDE0105	32. Morfologia	90/06
MDE0100	33. Necessidades de saúde e enfermagem	45/03
MDE0117	34. O processo gerenciar de enfermagem	75/05
MDE0107	35. Saúde ambiental	45/03
MDE0120	36. Saúde mental	75/05
MDE0135	37. Semiologia e semiótica I	120/08
MDE0136	38. Semiologia e semiótica II	120/08
MDE0115	39. Sistematização da assistência e o processo de	45/03

	Enfermagem	
MDE0096	40. Sociedade, estado, universidade e enfermagem	45/03
MDE0129	41. Trabalho de conclusão de curso I	45/03
MDE0132	42. Trabalho de conclusão de curso II	60/04
MDE0116	43. Terapias e processos farmacológicos aplicados a Enfermagem	90/06
Total		3510/234

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

8.7.2. Componentes curriculares de caráter optativo

Quadro 9. Apresentação dos componentes curriculares optativos do curso

Código	Componentes curriculares	CH/CR
MDE0036	Metodologia da investigação em saúde coletiva	60h
MDE0041	Educação popular em saúde	60h
MDE0069	As práticas integrativas e os cuidados humanescentes em Saúde	60h
MDM0012	Bioestatística	60h
MDE0146	Bioestatística com o uso de software estatístico	60h
MDE0145	Princípios da Bioestatística	60h
MDE0001	Pesquisa Clínica e Epidemiológica	60h
MLV0135	Língua brasileira de sinais	60h
MCS0118	Relações Étnicas e Raciais	60h

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

8.8. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Graduação em Enfermagem da FAEN, em consonância com as DCNE (BRASIL, 2001), corresponde a 20% da carga horária total do curso e deve ser integralizado nos dois últimos semestres letivos. Assim, ele será desenvolvido a partir do 9º período do curso, após a integralização dos demais períodos, contabilizando um total de 840 horas (56 créditos) distribuídas nos seguintes componentes curriculares:

- Estágio em Serviços de Saúde I, cursado no 9º período da graduação com carga horária de 420 horas.
- Estágio em Serviços de Saúde II, cursado no 10º período da graduação com carga horária de 420 horas.

O Estágio Curricular Obrigatório é regido pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante (BRASIL, 2008); pela Resolução

nº 04 CNE/MEC, de 6 de abril de 2009, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial; Resolução nº 1 de 17 de Junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana, em atendimento ao Parecer CNE/CP 003/2004; a Política Nacional de Educação Permanente para o Sistema Único de Saúde; a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; pela Portaria Normativa nº 001/2018-GS/SESAP de 08 de janeiro de 2018 que dispõe sobre as normas para realização de ensino, pesquisa e extensão abrangendo o Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório, Internato Médico, Práticas Supervisionadas, Residência em Área Profissional da Saúde e Multiprofissional em Saúde, Residência Médica, Visitas Técnicas e Projetos de Pesquisa e de Extensão no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte; pela Resolução nº 26/2017 do CONSEPE que aprova o regulamento dos cursos de graduação da UERN; pela Resolução 05/2015 do CONSEPE que Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Bacharelado da UERN.

Segundo o §1º do artigo 2º da Lei nº 11.788/2008, o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Consiste em um momento de articulação teórico-prática, em uma perspectiva transdisciplinar, que possibilita ao aluno uma aproximação, reflexão, interação e atuação no contexto dos serviços de saúde, configurando-se assim, como espaço de convergência dos conhecimentos empíricos, científicos e tecnológicos pertinentes ao cuidado de enfermagem.

Apesar de estar organizado em componentes distintos, ele é concebido como momento de consolidação da teoria e prática articulada ao desenvolvimento da autonomia profissional do aluno, orientado pelos princípios do aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Trata-se de um componente cuja estrutura e organização se propõe ao desenvolvimento de habilidades e competências por meio da vivência nas ações de promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito dos diferentes níveis de complexidade da assistência ao indivíduo, família e comunidade.

Suas atividades serão desenvolvidas nos serviços que integram a Rede de Atenção à Saúde no âmbito da atenção primária, secundária e terciária. Conforme disposto pela Secretaria de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte (SESAP-RN) na Portaria Normativa nº 001/2018-GS/SESAP que, em seu artigo 1º, trata de “Instituir Norma Técnica que regulamenta a realização das atividades de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório, Internato Médico, Práticas Supervisionadas, Residência em Área Profissional da Saúde e Multiprofissional em Saúde, Residência Médica, Visitas

Técnicas e Projetos de Pesquisa e Extensão no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP-RN), destinados a estudantes de cursos de ensino médio, técnico, superior e de pós-graduação nas áreas de saúde e demais áreas relacionadas às atividades desenvolvidas pela SESAP, oriundos de instituições de ensino públicas e privadas”.

A referida portaria diz que o aluno deverá ser acompanhado por um preceptor (terminologia esta que será adotada pelo curso de enfermagem da FAEN, em todos os espaços do estágio) tendo ainda a orientação de um docente, denominado tutor ou professor orientador, com o qual deverá manter encontros periódicos para avaliação do desenvolvimento do seu estágio.

No seu Art. 8º, denomina-se preceptor, o servidor da SESAP que, durante a realização de suas atividades, recebe, acompanha e avalia os estudantes encaminhados pelas instituições de ensino para a realização de todas as atividades mencionadas no Art. 1º. E ainda conforme o Art. 9º, compreende-se como tutor o profissional da instituição de ensino com formação na área de conhecimento desenvolvida no ato educativo que acompanha o estudante no setor de realização de estágios, orientando-o em todas as atividades ou ainda aquele que visita periodicamente o estudante que estando sob a sua supervisão, realiza práticas na rede SESAP.

Os objetivos do estágio são:

- Proporcionar a integração do aluno aos serviços de saúde, objetivando a vivência de experiências sociais, culturais e profissionais para o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes ao cuidado de enfermagem no âmbito dos diferentes níveis de complexidade da assistência ao indivíduo, família e comunidade.
- Fomentar experiências de aprendizagem social, profissional e cultural por meio da atuação em situações reais do cenário assistencial.
- Estimular o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes ao exercício profissional do enfermeiro na Atenção à Saúde seja na promoção da saúde, prevenção de agravos e no tratamento realizado ao nível ambulatorial ou hospitalar.
- Favorecer articulações interdisciplinares e transdisciplinares entre os conteúdos dos diferentes componentes curriculares que compõem a matriz curricular do curso.
- Estimular a produção de novos conhecimentos a partir da articulação teoria-prática.
- Favorecer o estabelecimento de parcerias com os profissionais dos serviços para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão.

8.8.1. COMPETÊNCIAS:

Coordenação

- Planejar e organizar o desenvolvimento do Estágio Curricular Obrigatório: articular novos espaços, cronogramas, previsão das atividades a serem realizadas por campo, encaminhar junto ao DEN a

documentação necessária para a confecção dos Termos de Compromisso de Estágio para a autorização destas atividades.

- Coordenar as atividades a serem desenvolvidas por tutores e preceptores.
- Acompanhar a execução do planejamento do Estágio Curricular Obrigatório.

Tutor

- Supervisão indireta do discente nos campos que sediam o estágio.
- Promover a integração do aluno junto aos preceptores do serviço.
- Estabelecer comunicação efetiva junto à coordenação sobre o andamento do estágio, atuação dos alunos, intercorrências que demandem intervenções administrativas entre as instituições envolvidas.
- Participar do planejamento do estágio e da avaliação do discente.

Preceptor

- Supervisão direta do discente nos campos que sediam o estágio.
- Acompanhamento e orientação do aluno no desenvolvimento de suas atividades
- Promover a integração do aluno junto à equipe multiprofissional do serviço.
- Estabelecer comunicação efetiva junto ao tutor e coordenação sobre o andamento do estágio, atuação dos alunos, intercorrências que demandem intervenções administrativas entre as instituições envolvidas.
- Participar do planejamento do estágio e da avaliação do discente.

Aluno

- I – Participar do planejamento das atividades programadas em conjunto com a Coordenação de Estágio da FAEN, tutores e preceptores;
- II– Organizar sistematicamente o registro das atividades e vivências;
- III- Zelar pelo cumprimento das diretrizes desta política, das normas institucionais e do Código de Ética da Enfermagem no desenvolvimento das suas atividades;
- IV- Manter atitude de zelo na utilização dos recursos destinados para a assistência pelas instituições que sediam o estágio;
- V- Conhecer e aplicar as resoluções que orientam o estágio curricular obrigatório no âmbito da UERN;
- VI- Cumprir a carga horária integral do estágio curricular obrigatório em cada componente proposto, cabendo-lhe o dever de repor as eventuais faltas;
- VII- Assinar Termo de Compromisso de Estágio no período designado pela Coordenação de Estágio da FAEN;
- VIII- Apresentar-se no campo devidamente identificado em crachá confeccionado pelo Departamento de Enfermagem;

IX- Participar da avaliação continuada que será planejada e executada em ciclos durante o semestre letivo;

X- Manter-se identificado no campo, ser ético e cordial;

XI- Apresentar ao tutor diariamente a ficha de registro da frequência e o registro de suas atividades;

XII- Participar dos momentos destinados a planejar, orientar e avaliar o estágio entre outras atividades programadas pela coordenação de estágio;

Parágrafo único - O não comparecimento a estes momentos implicará em falta que deverá ser justificada perante a Coordenação de Estágio;

XIII- Reportar-se ao preceptor e ao tutor para solucionar dúvidas quanto ao desempenho das suas atividades ou quando julgar necessário mediante situações não previstas neste documento.

Desenvolvimento do Estágio

O planejamento semestral das atividades constitui etapa obrigatória para a elaboração do Plano de trabalho do discente. Este momento será realizado por meio de oficinas envolvendo tutores, coordenação e discentes, orientadas pelos objetivos do curso e perfil do egresso.

Propõe-se neste momento uma conciliação entre o desenvolvimento de competências e habilidades por parte do aluno com as necessidades dos serviços em termos de implementação de normas, rotinas e protocolos; capacitação dos profissionais mediante a Educação Permanente em Saúde; elaboração de projetos de intervenção; investigação de interesse da instituição; atividades voltadas para a Sistematização da Assistência de Enfermagem.

Após estabelecer a conciliação supracitada, será elaborado por todos os envolvidos, o Plano de trabalho do discente. Este documento fará uma previsão das atividades no cronograma do estágio intercalando-as com três ciclos avaliativos. Cada ciclo avaliará a execução do plano, as competências e habilidades desenvolvidas e as necessidades de readequação do Plano de trabalho do discente.

Em consonância entre preceptor, tutor e aluno será selecionada uma atividade para elaboração de uma intervenção no serviço, esta será registrada no relatório final e apresentada sob a modalidade de relato de experiência.

Avaliação do Estágio

Tomando como referência os objetivos do curso, seus princípios formativos e o perfil do egresso, concebe-se a avaliação do estágio como sendo processual, dinâmica e articulada às competências descritas nos tópicos acima; será desenvolvida ao longo do estágio pelo tutor em parceria com o preceptor. Sua execução será planejada no início das atividades semestrais com a participação do aluno, tutor e preceptor; o aluno é considerado agente ativo neste processo cabendo-lhe a condição de participante desde o planejamento das atividades até a consumação do processo avaliativo.

Tem caráter processual e está associada à supervisão direta realizada pelo preceptor e indireta

realizada pelo tutor; será constituída por ciclos avaliativos mediante planejamento prévio das atividades a serem realizadas e as respectivas competências a serem desenvolvidas. Cada ciclo será definido em uma discussão prévia onde participarão o discente, preceptor e tutor.

O instrumento de avaliação a ser utilizado, disporá do elenco de competências previstas nos objetivos do curso e os conceitos aplicados no sentido de avaliar o desempenho do aluno:

- Alcance insatisfatório: quando o discente não desenvolveu a atividade prevista cumprindo os requisitos técnico-científicos, éticos e humanísticos previstos. Quando não sistematizou as atividades comprometendo seus resultados para o paciente e instituição. Será atribuída nota de 1 a 3 pontos para este conceito.
- Alcance parcial: quando o discente desenvolveu a atividade prevista, cumprindo alguns requisitos técnico-científicos, éticos e humanísticos previstos, entretanto, negligenciando etapas indispensáveis à sua execução. Será atribuída nota de 4 a 6 pontos para este conceito.
- Alcance satisfatório: quando o discente desenvolveu a atividade prevista cumprindo os requisitos técnico-científicos, éticos e humanísticos previstos. Será atribuída nota de 7 a 10 pontos para este conceito.

Caberá ao tutor discutir o seu resultado junto ao aluno expondo os critérios aplicados, itens avaliados, os avanços na sua postura profissional, competências alcançadas, bem como a necessidade de investimentos teórico-práticos na perspectiva de se consolidarem competências ainda não alcançadas.

Mediante a avaliação conceituada como alcance insatisfatório ou parcial, caberá ao tutor e preceptor estabelecer estratégias para que o aluno tenha oportunidade de realizar atividades que possibilitem o desenvolvimento das respectivas competências.

8.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

Segundo o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN (Resolução Nº 26/2017 - CONSEPE), Art. 31, II, o Estágio Curricular Supervisionado não Obrigatório é aquele previsto no PPC do curso, embora não se constitua como um componente curricular obrigatório.

No âmbito da UERN é regido pela Instrução Normativa SEI nº 1, de 26 de janeiro de 2022, que estabelece procedimentos referentes ao cadastro e liberação de Termo de Compromisso de Estágio (TCE) para o Estágio curricular supervisionado não obrigatório dos discentes da UERN.

No âmbito do Estado do Rio Grande do Norte é regido pela Portaria Normativa nº 001/2018-GS/SESAP de 08 de janeiro de 2018 (SESAP, 2018), que dispõe sobre as normas para realização de ensino, pesquisa e extensão abrangendo o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e o Estágio Curricular Supervisionado não Obrigatório, internato médico, práticas supervisionadas, residência em área profissional da saúde e multiprofissional em saúde, residência médica, visitas técnicas e projetos de pesquisa e de extensão no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte

(SESAP).

No âmbito da UERN esta modalidade de estágio é regida pela Resolução N° 15/2017 CONSEPE que aprova o Regulamento de Estágio curricular supervisionado não obrigatório para os discentes dos cursos de graduação da UERN e revoga a Resolução N.º 63/2007 – CONSEPE - que aprova o regulamento de Estágio Voluntário para os discentes de graduação da UERN (UERN, 2017b). E pela Instrução Normativa-SEI nº 1, de 26 de janeiro de 2022, que estabelece procedimentos referentes ao cadastro e liberação de Termo de Compromisso de Estágio (TCE) para o Estágio curricular supervisionado não obrigatório dos discentes da UERN.

Consiste em um momento da formação, mesmo sendo uma atividade opcional, dada a possibilidade de proporcionar ao acadêmico uma vivência profissional sob um enfoque pedagógico orientado pelos objetivos do curso, perfil profissional a ser formado, competências e habilidades a serem desenvolvidas

É facultado o seu desenvolvimento em ambientes de trabalho relacionados à formação profissional do discente, no âmbito da UERN ou ainda em qualquer instituição conveniada. A sua execução estará sob responsabilidade e coordenação da UERN, através da Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis – PRAE. De acordo com a Resolução N° 15/2017 - CONSEPE, Art. 3º, cabe-lhe a

“[...] responsabilidade de articular convênios, assinatura dos Termos de Compromisso de Estágio e todas providências referentes ao acompanhamento das atividades propostas pelos discentes estagiários e seus supervisores dos departamentos acadêmicos dos Departamentos Acadêmicos em conjunto com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)”.

Quanto ao seu objetivo, conforme a mesma Resolução no seu

Art.2º O Estágio curricular supervisionado não obrigatório da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, compreendido como um ato educativo supervisionado, tem por objetivo oferecer estágio para os discentes regularmente matriculados e que estejam frequentando um dos seus cursos de graduação, visando oportunizar ao educando o desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho (UERN, 2017b, p. 2).

Na Lei 11.788, Art. 3o § 3º, consta que o estágio, seja ele obrigatório ou não, não implica em vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo ser observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação

profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso (BRASIL, 2008).

Quanto às obrigações do discente, estão previstas no Art. 13 da Resolução Nº 15/2017 CONSEPE:

- I. Cumprir o presente Regulamento e a legislação pertinente;
- II. Assinar TCE com a UERN e a Instituição Concedente;
- III. Respeitar as normas da Instituição Concedente;
- IV. Comparecer ao local de estágio, pontualmente, nos dias e horários estipulados pela instituição concedente, em conformidade com a presente regulamentação;
- V. Manter bom desempenho acadêmico durante o período de Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório;
- VI. Elaborar e apresentar relatório das atividades de estágio à UERN de acordo com o TCE;
- VII. Comparecer às atividades de estágio em condições compatíveis e requeridas pela circunstância do estágio e do ambiente;
- VIII. Manter uma postura ética condizente com a sua condição cidadã e de discente (UERN, 2017b).

A supervisão do Estágio curricular supervisionado não obrigatório deverá ser realizada através de um supervisor de campo e de um supervisor acadêmico cujas responsabilidades estão previstas na Resolução Nº 15/2017 CONSEPE:

Segundo o Art. 15, compete ao Supervisor de Campo de Estágio curricular não obrigatório:

- I. Acolher o discente estagiário e o Supervisor Acadêmico de Estágio não obrigatório nas dependências da instituição campo de estágio;
- II. Acompanhar de forma sistemática as atividades desenvolvidas pelo discente estagiário;
- III. Preencher as fichas de avaliação e/ou relatório dos discentes estagiários;
- IV. Comunicar ao supervisor acadêmico de estágio curricular quaisquer problemas relacionados ao desenvolvimento das atividades do discente

estagiário.

V. Outras atribuições previstas no Termo de Compromisso de Estágio (UERN, 2017b).

Conforme o Art. 16, compete ao supervisor acadêmico de Estágio curricular não obrigatório:

- I. Adotar uma prática de Estágio que esteja em sintonia com as orientações do Núcleo Docente Estruturante – NDE - do Curso;
- II. Acompanhar e supervisionar o discente estagiário através de visitas in loco;
- III. Aprovar o plano de atividades elaborado conjuntamente entre o Estagiário e o Supervisor de Campo sob a sua Supervisão e Orientação, que deverá ser incorporado ao Termo de Compromisso de Estágio por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante;
- IV. Orientar o discente estagiário sobre as atividades a serem desenvolvidas em Campo, na elaboração de relatórios e outras atividades exigidas;
- V. Fornecer ao estagiário todas as informações sobre o Estágio curricular supervisionado não obrigatório e suas Normas;
- VI. Efetuar registros das atividades do Estágio curricular não obrigatório em registro diário de atividades, conforme sua execução;
- VII. Enviar à DAE/PRORHAE, quando solicitado, informações sobre o Estágio Supervisionado;
- VIII. Avaliar o estagiário de acordo com os critérios estabelecidos no plano de atividades emitido pela instituição concedente;
- IX. Zelar pelo bom relacionamento junto à entidade concedente de Estágio;
- X. Participar de estudos e encontros sobre Estágio;
- XI. Participar das reuniões, dentre outras atividades, convocadas pela DAE/PRORHAE, sobre Estágio Curricular supervisionado não obrigatório;
- XII. Participar de eventos, encontros, seminários e ações similares, realizados pela DAE/PRORHAE;
- XIII. Outras atribuições previstas no PPC (UERN, 2017b).

O fluxo para os trâmites acadêmicos e administrativos do Estágio Curricular Supervisionado não Obrigatório no âmbito da FAEN UERN será:

- Recebimento da demanda pelo DEN ou direção; esta demanda pode ser apresentada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, pelo discente, por uma instituição ou ainda pelas agências que fomentam o estágio não obrigatório;
- Encaminhamento da demanda pelo DEN ou direção à Coordenação de Estágios da FAEN.

- Compete à Coordenação de Estágios da FAEN em conjunto com a chefia do DEN avaliar a proposta do estágio e, posteriormente, direcioná-la para o docente que atua na referida área considerando suas atividades acadêmicas;
- Caberá ao docente, caso aceite a proposta e disponha das condições para realizar o acompanhamento previsto nesta norma, elaborar o Plano de Trabalho em conjunto com o discente e com a instituição concedente.

Fica instituída a plenária de departamento da Faculdade de Enfermagem como instância para avaliar, decidir ou encaminhar, quando julgar necessário, as questões de ordem acadêmica relativas ao Estágio curricular supervisionado não obrigatório.

8.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem (DCN/ENF) aprovadas pela Resolução CNE/CES nº3, de 07 de novembro de 2001 e pelo Regimento Geral da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, aprovado pela Resolução N.º 01/2022 - Consuni, de 8 de fevereiro de 2022 afirmam que para conclusão do curso de graduação em enfermagem, o aluno deverá elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido mediante a orientação de um(a) docente efetivo da instituição.

A orientação do TCC é uma atividade docente, entendida como acompanhamento teórico, metodológico e técnico para a elaboração e a apresentação do documento final perante a banca examinadora e o registro da versão final do TCC.

O curso de enfermagem da FAEN considera como fundamental e basilar para o processo formativo, articular a pesquisa ao longo de toda a graduação, o que está evidenciado na existência/concretização dos componentes curriculares obrigatórios: Conhecimento científico: leituras e técnicas; estudos científicos: teorias e métodos a pesquisa em enfermagem; estudos científicos: natureza e interfaces da pesquisa; e dos componentes curriculares optativos: criação de conteúdo; empreendedorismo e tecnologias; e bioestatística. O processo de pesquisa na FAEN continua com o TCC I apresentado no 7º período e culmina com o TCC II defendido no 8º período do curso. A critério do orientador e do aluno, a apresentação do TCC dar-se-á em um dos seguintes formatos:

1. Monografia, que deve respeitar as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em consonância com o Manual de Conclusão de Curso da UERN (2022);

2. Artigo Científico, que deve ser apresentado de acordo com as normas de um periódico indexado em bases de dados nacional ou internacional, indicado pelo aluno em conjunto com seu orientador. As normas do periódico escolhido devem ser entregues juntamente com o artigo. Condiciona-se a aprovação do artigo na FAEN a sua submissão no periódico escolhido e a apresentação do comprovante de submissão.

O TCC do Curso de Graduação em Enfermagem da FAEN-UERN resultará em um trabalho individual que caracterizar-se-á por um tema, objeto de estudo delimitado a partir das necessidades da produção do conhecimento da Faculdade de Enfermagem e das experiências vivenciadas pelos alunos no decorrer do curso, observando-se as linhas de pesquisa definidas pela FAEN, que contemplam a fundamentação teórico-metodológica que conformam a produção do conhecimento e do trabalho de enfermagem.

O aluno concluinte do Curso de graduação em Enfermagem deverá apresentar o TCC de forma presencial, independente do seu formato, em defesa pública, realizada no Seminário de Pesquisa da FAEN/UERN, desenvolvido no 8º período do curso, período em que há a obrigatoriedade da entrega do TCC.

A banca examinadora definida pelo orientador e aluno concluinte será composta pelo orientador que presidirá a mesma e por 2 (dois) professores examinadores, sendo que no mínimo 02 (dois) membros da banca, devem ser lotados no Departamento de Enfermagem da FAEN. Compete à Banca Examinadora, efetivar o processo de avaliação do TCC de acordo com os requisitos definidos no regulamento do curso. Será facultada a participação a distância dos membros da banca, exceto do orientador/presidente, conforme orienta o Memorando nº 49/2023/UERN - PROEG/UERN/REITORIA.

A apresentação do TCC compreenderá as seguintes etapas: I- Abertura das atividades pelo Presidente da Banca Examinadora; II – Apresentação oral com duração máxima de 20 (vinte) minutos; III- Arguição pelos membros da Banca Examinadora - cada membro da banca terá, no máximo, 5 (cinco) minutos para fazer suas arguições e o aluno mais 10 (dez) minutos para responder às arguições da banca; IV- Deliberações da Banca Examinadora; V- Atribuição da nota da defesa. Após a apresentação do TCC, o aluno tomará ciência do resultado na forma de aprovado, aprovado com restrições ou reprovado. É considerado aprovado o estudante cuja monografia ou artigo científico apresente média final igual ou superior a 7,0 (sete).

8.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Sua realização deverá ser durante todo o Curso de Graduação em Enfermagem, por meio de ações de extensão, pesquisa, seminários, simpósios, palestras, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica, fóruns, representação discente, estágios curriculares não obrigatórios, além de

outras atividades de caráter social como: trabalho voluntário em instituições diversas (orfanatos, instituições de longa permanência, albergues, creches etc.), dentre outras que o aluno possa inserir em seu currículo após aprovadas pela orientação acadêmica e chefia de departamento. O aluno deverá distribuir essa carga horária em pelo menos três (03) atividades diferentes, contemplando o ensino, a pesquisa e a extensão, conforme legislação vigente.

O discente deverá cumprir no mínimo 150 horas em outras atividades complementares, durante a graduação.

Quadro 10. Pontuação de atividades complementares

ATIVIDADES DE ENSINO			
RELAÇÃO DAS ATIVIDADES	CH	CH MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Participação como ministrante em cursos acadêmicos com carga horária mínima de 10h.	Carga horária do curso sob responsabilidade do discente.	30 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do curso.
Participação como palestrante com plano de trabalho com carga horária máxima de 08h.	Carga horária da palestra	24 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização da palestra.
Participação como ouvinte em cursos de extensão com carga horária mínima de 20h.	Carga horária do curso	30 horas	Certificado de conclusão do curso.
Participação como ouvinte em minicurso/oficina com carga horária mínima de 2h.	Carga horária do minicurso/oficina	10 horas	Certificado de conclusão do minicurso/oficina.
Participação em Projetos de Ensino de Graduação	15 horas por semestre	60 horas	Declaração emitida pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

institucionalizados, incluindo grupos PET (SESu/MEC), PIM, PIBID, etc.			
Seminário interdisciplinar.	5 horas por evento	20 horas	Controle de frequência emitido pelo Departamento de Enfermagem.
Componentes curriculares de curso de graduação em Enfermagem ou área afim, não presentes no currículo do seu curso de graduação, oferecidos pela IES ou em outra instituição.	15h por componente	30 h	Comprovação de frequência e aprovação emitida por IES responsável pelo curso.
ATIVIDADES DE PESQUISA			
RELAÇÃO DAS ATIVIDADES	CH	CH MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Participação em projetos de pesquisas institucionalizados na UERN, orientada por docentes, por período mínimo de um semestre, incluindo as modalidades de PIBIC, PIBITI e PIBIC-EM, sendo na condição de	15 horas por semestre.	60 horas	Certificado emitido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

bolsista ou não-bolsista.			
Participação em grupos de pesquisas cadastrados no CNPq, orientada por docentes, por período mínimo de um semestre.	05 horas por semestre	20 horas	Declaração do líder do grupo.
Apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais, na condição de relator.	4 horas por trabalho	20 horas	Certificação de apresentação do trabalho.
Apresentação de trabalhos em eventos científicos regionais locais, na condição de relator.	3 horas por trabalho	15 horas	Certificação de apresentação do trabalho.
Resumos simples publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais.	4 horas por trabalho	20 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Resumos expandidos publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais.	5 horas por trabalho	25 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.

Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais.	6 horas por trabalho	30 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Resumos simples publicados em anais de eventos científicos regionais e locais.	3 horas por trabalho	15 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Resumos expandidos publicados em anais de eventos científicos regionais e locais.	4 horas por trabalho	20 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos regionais e locais.	5 horas por trabalho	25 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Artigos científicos publicados em revistas com Qualis A1 e A2 para enfermagem, ou fator de impacto > 2,5.	20 horas por artigo	60 horas	Primeira e última páginas do artigo, deixando legíveis os nomes dos autores, nome da revista, DOI, volume, número, ano e paginação.
Artigos científicos publicados em revistas com Qualis	10 horas por artigo	30 horas	Primeira e última páginas do artigo, deixando legíveis os nomes dos autores, nome da revista, DOI, volume, número,

B1, B2 e B3 para enfermagem, ou fator de impacto entre 0,001 e 1,299.			ano e paginação.
Artigos científicos publicados em revistas com Qualis CAPES B4 e B5.	5 horas por artigo	15 horas	Primeira e última páginas do artigo, deixando legíveis os nomes dos autores, nome da revista, DOI, volume, número, ano e paginação.
Capítulos de livros publicados com DOI ou ISBN.	5 horas por capítulo	15 horas	Cópia da capa; da folha com ficha catalográfica em que conste o código de publicação (ISSN, ISBN etc.); a página do sumário em que conste o capítulo e a primeira e última páginas do capítulo.
Livros publicados com DOI ou ISBN.	20 horas por livro	60 horas	Cópia da capa e da folha com ficha catalográfica em que conste o código de publicação (ISSN, ISBN etc.).
ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
RELAÇÃO DAS ATIVIDADES	CH	CH MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Participação em projetos de extensão institucionalizados, incluindo participação em núcleos de extensão, centros de prestação de serviços e unidades de extensão.	15 horas por semestre	60 horas	Declaração emitida pela Pró-Reitoria de Extensão da UERN.
Participação em ações de extensão institucionalizadas.	Carga horária da ação, com teto de 10 horas por ação	30 horas	Declaração emitida pela Pró-Reitoria de Extensão da UERN ou por docente coordenador do evento/ação.
OUTRAS ATIVIDADES			

RELAÇÃO DAS ATIVIDADES	CH	CH MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Participação em eventos na condição de monitor ou membro de comissão organizadora.	10 horas por evento.	30 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em diretorias de entidades de movimento estudantil (CA e DCE).	10 horas por semestre	20 horas	Declaração assinada pelo dirigente responsável pela entidade estudantil.
Participação em congressos, fóruns, simpósios ou outros eventos científicos nacionais e internacionais da área de enfermagem ou áreas afins.	4 horas por evento	20 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em congressos, fóruns, simpósios ou outros eventos científicos regionais e locais da área de enfermagem ou áreas afins.	3 horas por evento	15 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em outros eventos relacionados à sua área de formação.	3 horas por evento	15 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.

Participação em Organizações Não-Governamentais.	10 horas por semestre	20 horas	Declaração assinada pelo dirigente responsável da ONG e relatório de atividades.
Estágios extracurriculares, voluntários ou remunerados, na área de enfermagem, em instituições públicas ou privadas, autorizadas pela coordenação de estágio do curso/unidade.	30 horas por semestre	60 horas	Certificação emitida pela instituição concedente do estágio.

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

8.12 UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Conforme a Resolução nº 25/2017 – CONSEPE que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da UERN, bem como a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A curricularização da extensão do curso de Enfermagem da FAEN se faz presente em sua estrutura curricular respeitando os documentos dispostos, apresentando atividades extensionistas de natureza teórico-prática, intencional, reflexiva, interventiva e transformadora. Dar-se-ão ao longo do curso, quinze Unidades Curriculares de Extensão (UCEs), sistematizadas e executadas nas formas de Programas e/ou Projetos envolvendo, necessariamente, a coordenação de um professor, discentes da graduação e comunidade externa.

As UCEs se apresentam como componentes curriculares de natureza flexível, renovável, teórico-prático-reflexiva com perspectiva epistemológica e didático-pedagógica interdisciplinar, transdisciplinar e humanescente, desenvolvidas na relação dialógica com grupos comunitários e sociedade em geral.

Cumprindo o disposto nos atos legais, o curso de Enfermagem da FAEN contará com 420 horas distribuídas em oito períodos, conforme exposto em quadro abaixo.

Quadro 11. Unidades Curriculares de Extensão

UCE	CARGA HORÁRIA
UCE – 1º Período	30h
UCE – 2º Período	45h
UCE – 3º Período	45h
UCE – 4º Período	30h
UCE – 5º Período	45h
UCE – 6º Período	75h
UCE – 7º Período	45h
UCE – 8º Período	105h

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

9. MATRIZ CURRICULAR

Quadro 12. Componentes curriculares do primeiro período do curso de enfermagem.

1º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito
				Teórico	Prático	Total		
MDE0094	Embriologia geral e histologia	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	-
MDE0095	Biologia celular e molecular	DEN	T/P	45h	15h	60h	04	-
MDE0096	Sociedade, estado, universidade e enfermagem.	DEN	T/P	15h	30h	45h	03	-
MDE0097	Conhecimento científico: leituras e técnicas	DEN	T	45h	-	45h	03	-
MDE0098	Atenção e assistência em urgência e emergência suporte básico de vida –	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	-
MDE0099	Gênero, sociedade e diversidade	DEN	T	60h	-	60h	04	-

MDE0100	Necessidades de saúde e enfermagem.	DEN	T/P	15h	30h	45h	03	-
UCE0001	UCE	DEN	P		30h	30h	2	-
TOTAL				255h	135h	375h	25	

Quadro 13. Componentes curriculares do segundo período do curso de enfermagem.

2º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária			Código	Pré-requisito
				Teórico	Prático	Total		
MDE0101	Antropologia e saúde	DEN	T	30h		30h	02	-
MDE0103	Comportamento humano e relações	DEN	T	45h		45h	03	-
MDE0104	Fisiologia humana	DEN	T/P	60h	30h	90h	06	Biologia celular e molecular
MDE0105	Morfologia	DEN	T/P	45h	45h	90h	06	Biologia celular e molecular/ Embriologia geral e histologia
MDE0102	Cultura, sociedade e reflexões	DEN	T	30h		30h	02	Gênero, sociedade

								e diversidade
MDE0106	História e processo de trabalho em enfermagem	DEN	T/P	15h	30h	45h	03	Sociedade, estado, universidade e enfermagem
	Optativa	DEN	T	60h	-	60h	04	-
UCE0012	UCE	DEN	P	-	45h	45h	3	-
TOTAL				285h	150h	435	29	

Quadro 14. Componentes curriculares do terceiro período do curso de enfermagem.

3º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito
			T, P, T/P	Teórico	Prático	Total		
MDE0107	Saúde ambiental	DEN	T	45h		45h	03	-
MDE0108	Fisiopatologia I	DEN	T/P	60h	30h	90h	06	Fisiologia humana/ Morfologia
MDE0111	Mecanismos de agressão e defesa	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	-

MDE0112	Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa	DEN	T	45h		45h	03	Conhecimento científico: leituras e técnicas
MDE0109	Enfermagem em saúde coletiva	DEN	T/P	45h	45h	90h	06	Necessidades de saúde e enfermagem
MDE0110	Ética, bioética e cidadania	DEN	T/P	30h	30h	60h	04	-
UCE0013	UCE	DEN	P	-	45h	45h	03	-
TOTAL				255	165	420	28	

Quadro 15. Componentes curriculares do quarto período do curso de enfermagem.

4º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito
			T, P, T/P	Teórico	Prático	Total		
MDE0113	Fisiopatologia II	DEN	T/P	45h	30h	75h	05	Fisiopatologia I
MDE0116	Terapias e processos farmacológicos aplicados a enfermagem	DEN	T	90h		90h	06	Fisiologia humana, Fisiopatologia II e Mecanismos de agressão e defesa

MDE0114	Epidemiologia e enfermagem	DEN	T/P	45h	45h	90h	06	Enfermagem em saúde coletiva
MDE0135	Semiologia e semiotécnica I	DEN	T/P	60h	60h	120h	08	Fisiologia humana, Morfologia
MDE0115	Sistematização da assistência e o processo de enfermagem	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	História e processo de trabalho de enfermagem
UCE0004	UCE	DEN	P	-	30h	30h	02	-
TOTAL				270	180	450h	30	

Quadro 16. Componentes curriculares do quinto período do curso de enfermagem.

5º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito
				Teórico	Prático	Total		
MDE0136	Semiologia e semiotécnica II	DEN	T/P	60h	60h	120h	08	Semiologia e semiotécnica I
MDE0117	O processo gerenciar de	DEN	T/P	45h	30h	75h	05	História e processo de

	enfermagem							trabalho em enfermagem / Epidemiologia e enfermagem
MDE0118	Educação em saúde	DEN	T/P	30h	30h	60h	04	Enfermagem em saúde coletiva
MDE0120	Saúde mental	DEN	T/P	45h	30h	75h	05	-
UCE0015	UCE	DEN	P		45h	45h	03	-
MDE0119	Estudos científicos: natureza e interfaces da pesquisa	DEN	T	45h		45h	03	Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa
TOTAL				225h	210h	420h	28	

Quadro 17. Componentes curriculares do sexto período do curso de enfermagem.

6º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito
			T, P, T/P	Teórico	Prático	Total		

MDE0121	Enfermagem nas ações integradas a saúde do idoso	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	Semiologia e semiotécnica II/ Educação em saúde/ Epidemiologia e enfermagem
MDE0122	Enfermagem nas ações integradas na saúde do adulto	DEN	T/P	60h	30h	90h	06	Semiologia e semiotécnica II/ Educação em saúde/ Epidemiologia e enfermagem
MDE0123	Enfermagem nas ações integradas a saúde na infância e adolescência	DEN	T/P	75h	30h	105h	07	Semiologia e semiotécnica II / Educação em saúde/ Epidemiologia e enfermagem
MDE0124	Enfermagem em saúde do trabalhador	DEN	T/P	30h	30h	60h	04	Epidemiologia e enfermagem

UCE0036	UCE	DEN	P		75h	75h	05	
MDE0125	Desenvolvimento profissional em enfermagem	DEN	T/P	30h	30h	60h	04	Educação em saúde
TOTAL				225h	210h	435h	29	

Quadro 18. Componentes curriculares do sétimo período do curso de enfermagem.

7º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito
				Teórico	Prático	Total		
MDE0126	Criação de conteúdo, empreendedorismo e tecnologias	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	-
MDE0127	Enfermagem nas ações integradas materno infantil	DEN	T/P	75h	30h	105h	07	Enfermagem nas ações integradas na saúde do adulto
MDE0128	Enfermagem cirúrgica	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	Semiologia e semiotécnica II

MDE0129	Trabalho de conclusão de curso I	DEN	T	45h		45h	03	Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa em enfermagem
	Optativa	DEN	T	60h		60h	04	-
UCE0017	UCE	DEN	P		45h	45h	03	-
TOTAL				255	90	345	23	

Quadro 19. Componentes curriculares do oitavo período do curso de enfermagem.

8º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito
				T, P, T/P	Teórico	Prático		
MDE0130	Enfermagem nas ações integradas ao paciente crítico	DEN	T/P	60h	60h	120h	08	Semiologia e semiotécnica II

MDE0131	Atenção e assistência em urgência e emergência - suporte avançado de vida	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	Atenção e assistência em urgência e emergência - suporte básico de vida/ Semiologia e semiotécnica de enfermagem II
MDE0132	Trabalho de conclusão de curso II	DEN	T	60h		60h	04	Trabalho de conclusão de curso I
UCE0058	UCE	DEN	P		105h	105h	07	-
TOTAL				150	180	330	22	

Quadro 20. Componentes curriculares do nono período do curso de enfermagem.

9º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito
			T, P, T/P	Teórico	Prático	Total		

MDE0133	Estágio em serviços de saúde I	DEN	P		420h	420h	28	Todos os componentes anteriores, exceto UCE's e Trabalho de conclusão de curso II
TOTAL					420	420h	28	

Quadro 21. Componentes curriculares do décimo período do curso de enfermagem.

10º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito
				Teórico	Prático	Total		
MDE0134	Estágio em serviços de saúde II	DEN	P	-	420h	420h	28	Todos os componentes Anteriores, exceto UCE's e Trabalho de conclusão de curso II
TOTAL				-	420	420h	28	

10. EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES

No Quadro 22, está a equivalência dos componentes curriculares entre as matrizes do curso de Enfermagem licenciatura/bacharelado e o curso de Enfermagem bacharelado. Para tanto, a equivalência no quadro abaixo é demonstrada da esquerda para a direita. O(a) discente que cursou o componente na matriz anterior (2014) terá equivalência (integralização) no componente da matriz vigente (bacharelado em enfermagem de 2021).

Quadro 22. Equivalência dos componentes curriculares do curso de enfermagem bacharelado com a matriz do curso de enfermagem bacharelado e licenciatura (2014).

Componente da matriz de vínculo do aluno (2014)				Componente equivalente (2021)			
Matriz	Código	Componente	CH	Matriz	Código	Componente	CH
2014	MFI0149	Fundamentos da Filosofia	60	2021	MDE0102	Cultura, sociedade e reflexões	30
2014	MDE0034	Biologia	75	2021	MDE0095	Biologia celular e molecular	60
2014	MDE0004	A universidade e a produção da força de trabalho em enfermagem	45	2021	MDE0096	Sociedade, estado, universidade e enfermagem	45
2014	MDE0005	Concepções sobre o ato de estudar	45	2021	MDE0097	Conhecimento científico: leituras e técnicas	45
2014	MDE0028	Antropologia e saúde	45	2021	MDE0101	Antropologia e saúde	30
2014	MDE0029	Morfologia	105	2021	MDE0105	Morfologia	90
2014	MDE0030	Processos fisiológicos	135	2021	MDE0104	Fisiologia humana	90
2014	MDE0006	História e processo de trabalho em enfermagem	60	2021	MDE0106	História e processo de trabalho em enfermagem	45

2014	MDE0031	Processos patológicos	135	2021	MDE0108	Fisiopatologia I	75
2014	MDE0033	Saúde ambiental	45	2021	MDE0107	Saúde ambiental	45
2014	MDE0010	Semiologia e semiotécnica de enfermagem no processo saúde doença do adulto	225	2021	MDE0135	Semiologia e semiotécnica I	120
2014	MDE0007	Epidemiologia e enfermagem	120	2021	MDE0114	Epidemiologia e enfermagem	90
2014	MDE0016	Pesquisa e enfermagem	60	2021	MDE0112	Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa	45
2014	MDE0032	Processos terapêuticos	135	2021	MDE0116	Terapias e processos farmacológicos aplicados à enfermagem	90
2014	MDE0011	Enfermagem em saúde coletiva	90	2021	MDE0109	Enfermagem em saúde coletiva	90
2014	MDE0013	Exercício de enfermagem	45	2021	MDE0110	Ética, bioética e cidadania	60
2014	MDE0015	O processo gerenciar da enfermagem	60	2021	MDE0117	O processo gerenciar de enfermagem	75
2014	MDE0037	Educação em saúde	60	2021	MDE0118	Educação em saúde	60
2014	MDE0008	Processo de investigação em enfermagem	60	2021	MDE0119	Estudos científicos: natureza e interfaces da pesquisa	45
2014	MDE0014	Enfermagem no processo saúde/doença da criança e do adolescente	150	2021	MDE0123	Enfermagem nas ações integradas a saúde na infância e adolescência	105

2014	MDE0017	Enfermagem na saúde/doença do processo produtivo	60	2021	MDE0124	Enfermagem em saúde do trabalhador	60
2014	MDE0021	Enfermagem no processo saúde/doença da 3ª idade	90	2021	MDE0121	Enfermagem nas ações integradas a saúde do idoso	45
2014	MDE0022	Enfermagem no processo saúde/doença do adulto	270	2021	MDE0130	Enfermagem nas ações integradas ao paciente crítico	120
2014	MDE0018	Enfermagem no processo de reprodução humana	210	2021	MDE0127	Enfermagem nas ações integradas materno infantil	120
2014	MDE0042	Monografia	45	2021	MDE0132	Trabalho de conclusão de curso II	60
2014	MDE0152	Estágio em serviços de saúde I	420	2021	MDE0133	Estágio em serviços de saúde I	420
2014	MDE0153	Estágio em serviços de saúde II	420	2021	MDE0134	Estágio em serviços de saúde II	420

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

No Quadro 23, está a equivalência dos componentes curriculares entre as matrizes do curso de Enfermagem bacharelado (2021) e o curso de Enfermagem licenciatura/bacharelado (2014). Para tanto, a equivalência no quadro abaixo é demonstrada da esquerda para a direita. O (a) discente que cursou o componente na matriz do curso de enfermagem bacharelado (2021) terá equivalência (integralização) no componente do curso de enfermagem bacharelado e licenciatura, 2014 (em processo de extinção).

Quadro 23. Equivalência dos componentes curriculares do curso de Enfermagem bacharelado (2021) com o curso de Enfermagem licenciatura/bacharelado (2014).

Componente da matriz de vínculo do aluno	Componente equivalente
--	------------------------

Matriz	Código	Componente	CH	Matriz	Código	Componente	CH
2021	MDE0095	Biologia celular e molecular	75	2014	MDE0034	Biologia	60
2021	MDE0096	Sociedade, estado, universidade e enfermagem	45	2014	MDE0004	A universidade e a produção da força de trabalho em enfermagem	45
2021	MDE0097	Conhecimento científico: leituras e técnicas	45	2014	MDE0005	Concepções sobre o ato de estudar	45
2021	MDE0105	Morfologia	90	2014	MDE0029	Morfologia	105
2021	MDE0106	História e processo de trabalho em enfermagem	45	2014	MDE0006	História e processo de trabalho em enfermagem	60
2021	MDE0107	Saúde ambiental	45	2014	MDE0033	Saúde ambiental	45
2021	MDE0114	Epidemiologia e enfermagem	90	2014	MDE0007	Epidemiologia e enfermagem	120
2021	MDE0112	Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa	45	2014	MDE0016	Pesquisa e enfermagem	60
2021	MDE0109	Enfermagem em saúde coletiva	90	2014	MDE0011	Enfermagem em saúde coletiva	90
2021	MDE0110	Ética, bioética e cidadania	60	2014	MDE0013	Exercício de enfermagem	45
2021	MDE0117	O processo gerenciar de enfermagem	75	2014	MDE0015	O processo gerenciar da enfermagem	60
2021	MDE0118	Educação em saúde	60	2014	MDE0037	Educação em saúde	60
2021	MDE0119	Estudos científicos: natureza e	45	2014	MDE0008	Processo de investigação em enfermagem	60

		interfaces da pesquisa					
2021	MDE0124	Enfermagem em saúde do trabalhador	60	2014	MDE0017	Enfermagem na saúde/doença do processo produtivo	60
2021	MDE0129	Trabalho de Conclusão de Curso I	45	2014	MDE0025	Estudos orientados para a elaboração da monografia	30
2021	MDE0132	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	2014	MDE0042	Monografia	45
2021	MDE0133	Estágio em serviços de saúde I	420	2014	MDE0152	Estágio em serviços de saúde I	420
2021	MDE0134	Estágio em serviços de saúde II	420	2014	MDE0153	Estágio em serviços de saúde II	420

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

No Quadro 24, está a equivalência de componente curricular com a matriz do curso de Enfermagem bacharelado (2021). Para tanto, a equivalência no quadro abaixo é demonstrada da esquerda para a direita. O (a) discente que cursou um componente curricular terá equivalência (integralização) na matriz do curso de enfermagem bacharelado (2021).

Quadro 24. Equivalência de componentes curriculares com o curso de Enfermagem bacharelado (2021).

Componente equivalente			Componente da matriz de vínculo do aluno		
Código	Componente	CH	Código	Componente	CH
UCE0031	UCE	75	UCE0036	UCE	75

11. EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

11.1. EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

1º PERÍODO		
Nome do componente:	Embriologia geral e histologia	Classificação: obrigatória
Código: MDE0094	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE ()	
Pré-requisito Não se aplica		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30h / 02; Prática: 15h / 01; Total 45h / 03		
<p>EMENTA: Promover o estudo em embriologia através da compreensão da: formação das gametas, processos de divisão, migração, crescimento e diferenciação celular, a partir do ovócito fertilizado, que ocorrem durante o desenvolvimento embrionário e fetal, bem como o estudo da estrutura histológica dos diversos tecidos orgânicos, suas características e funções, desenvolvendo as noções de microscopia e técnica laboratorial histológica. Estudo dos tecidos epiteliais, conjuntivos, adiposo, cartilaginoso, ósseo, nervoso e muscular.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. Histologia Básica. 13 Ed. Guanabara Koogan, 2017. KIERSZENBAUM, A.L.; TRES, L.L. Histologia e Biologia Celular, 3. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2012.</p> <p>ROSS, M.H.; PAWLINA W. Histologia Texto e Atlas, 6. Ed. Guanabara Koogan, 2012.</p> <p>MOORE, K.L; PERSAUD, T.V.N. Embriologia Básica. 9. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2016.</p> <p>MOORE, K.L.; PERSAUD, T.V.N. Embriologia Clínica. 10. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro. 2016.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		

ALBERTS, B. et al. Biologia molecular da célula. 4ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 ALBERTS, B. et al. Fundamentos da biologia celular. 4ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 DEVLIN, T. M. Manual de bioquímica com correlações clínicas. 7ª. ed. São Paulo: Blucher, 2011.
 KARP, G. Biologia celular e molecular: conceitos e experimentos. 3ª. ed. São Paulo: Manole, 2005.
 KIERSSENBAUM A. L; TRES L. Histologia e biologia celular. 3º ed. São Paulo: Elsevier, 2003

1º PERÍODO		
Nome do componente:	Biologia celular e molecular	Classificação: obrigatória
Código: MDE0095	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE ()	
Pré-requisito: Não se aplica		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 45h / 03; Prática: 15h / 01; Total 60h / 04		
<p>EMENTA: Promover o conhecimento sobre os constituintes e processos celulares sob os pontos de vista estrutural, ultra-estrutural, molecular e fisiológico. Através do estudo sobre Membrana celular: organização molecular e funções da superfície celular. Citoesqueleto: aspectos estruturais e funcionais dos sistemas contrácteis da célula. Sistema de endomembranas: secreção e digestão intracelular. Transformação e armazenamento de energia. Armazenamento de informação genética - núcleo - cromatina - cromossomos – ciclo molecular. Biologia molecular do gene: o código genético e a síntese de proteínas. Regulação da expressão gênica. Citogenética humana: anormalidade dos cromossomos autossomos e sexuais.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ALBERTS, B. et al. Biologia molecular da célula. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. ALBERTS, B.; BRAY, D.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K. ;</p>		

WALTER, P. Fundamentos da biologia celular. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
 JUNQUEIRA E CARNEIRO. Biologia Celular e Molecular. 9o Edição. Ed Guanabara-Koogan, 2012.
 COOPER, G. M.; HAUSMAN, R.E. A célula - uma abordagem molecular. 3 ed. Porto Alegre: Artmed. 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRIFFITHS, A.J.F.; MILLER, J.H.; SUZUKI, D.T.; LEWONTIN, R.C.; GELBART, W.M.;
 WESSLER, S.R. Introdução à Genética. 8ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. 2006. PIERCE, B.A. Genética: um enfoque conceitual. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. 2004.
 ALBERT L LEHNIGER. Princípios de Bioquímica. 7o Edição. Artmed, 2018.
 CELLULAR AND MOLECULAR BIOLOGY (ISSN: 0145-5680; Title Abbreviation: Cell Mol Biol; ISO Abbreviation: Cell. Mol. Biol.; NLM ID: 7801029
 CELLULAR & MOLECULAR BIOLOGY RESEARCH (ISSN: 0968-8773;
 Title
 Abbreviation: Cell Mol Biol Res; ISO Abbreviation: Cell. Mol. Biol. Res.; NLM ID: 9316986)

1º PERÍODO		
Nome do componente:	Sociedade, Estado, Universidade e Enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: MDE0096	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Não se aplica		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 15h / 01; Prática 30h/02; Total 45h / 03		

EMENTA: A sociedade como espaço de produção de necessidades para a universidade. O Estado como definidor de políticas públicas, em especial, para a universidade. A universidade como locus do ensino, pesquisa e extensão para o atendimento das necessidades da sociedade. Conformação histórica da Universidade e do ensino da enfermagem. O compromisso ético e político da universidade pública, em especial da UERN, com a sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

ALMEIDA, M. C. P. de; ROCHA, J. S. Y. **O Saber de enfermagem e sua dimensão prática**. São Paulo: Cortez, 1986.

GERMANO, R. M. **Educação e ideologia da enfermagem no Brasil: 1955-1980**. 4ª.ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM – ABEN **Sobre uma nova proposta de currículo mínimo para a formação do enfermeiro**. Brasília: ABEn, 1991. (mimeo).

GALLO, S. (coord). **Ética e cidadania: caminhos da filosofia**. 8ª. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

MIRANDA, M. G. de O. **A Conquista de uma paixão: o desafio da construção de marcos teóricos metodológicos (re)orientadores da produção da força de trabalho de enfermagem no espaço da universidade**. 2001. 143f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

MOURA, A. **Produção da força de trabalho na enfermagem em nível de terceiro grau**. 1997. 463f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PINTO, Á. V. **A questão da universidade**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1994

1º PERÍODO		
Nome do componente:	Conhecimento científico: leituras e técnicas	Classificação: obrigatória
Código: MDE0097	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	

Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito: Não se aplica	
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica 45h / 03; Prática: ____ / ____; Total 45h / 03	
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução aos estudos sobre a prática da investigação e da pesquisa como contribuições à formação em saúde e à sociedade. Ciência, paradigma, técnicas de estudo, o estudo como hábito, prática da leitura e escrita criativa; ferramentas para otimização da leitura, interpretação e construção de textos. Normalização e normatização do trabalho científico, tipos de leituras e gêneros textuais. Aproximação com a construção do conhecimento, divulgação científica e identificação de objeto de estudo como primeira etapa da pesquisa: pesquisas físicas e digitais.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>MARGARIDA, A. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 7 ed. São Paulo: Atlas. 2005. 170p.</p> <p>SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002. 237p.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2006. 289 p.</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004. 306p.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23ª ed. São Paulo: Cortez. 1989.</p> <p>ALVES, R. Filosofia da Ciência introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Ed Loyola, 2007.</p> <p>GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed.. São Paulo: Atlas, 1994.</p> <p>MEDEIROS, J.B. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2010.</p>	

PRODANOV, C. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

1º PERÍODO		
Nome do componente:	Atenção e assistência em urgência e emergência - suporte básico de vida	Classificação: obrigatória
Código: MDE0098	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Não se aplica		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30h / 02; Prática: 15h / 01; Total 45h / 03		
<p>EMENTA: Aspectos gerais do atendimento de urgência e emergência. Protocolos em suporte básico de vida. Avaliação primária e secundária ao paciente vítima de trauma ou com agravos clínicos. OVACE – Obstrução de vias aéreas por corpo estranho. Parada cardiorrespiratória. Emergências ambientais. Incidentes envolvendo múltiplas vítimas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>KARREN, K.J. et. al. Primeiros Socorros para estudantes. 10 ed, Barueri, Sp: Manole, 2013.</p> <p>VOLPATO, A.C.B.; SILVA, E.S. Primeiros Socorros- São Paulo: Martinare, 2017.</p> <p>OLIVEIRA, A.C. (org), SILVA, Evandro de Sena, MARTUCHI, S.D. Manual do Socorrista. São Paulo: Martinari, 2013.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>FALCÃO, L.F.R.; BRANDÃO, J.C.M. Primeiros Socorros. São Paulo: Martinari, 2010.</p> <p>LUONGO, J. Tratado de primeiros socorros. São Paulo: Rideel, 2014.</p> <p>COSTA, F.A.M., GUIMARÃES, H.P., BENFATI, G.O.; editores associados: ARNAUD, F.J., BORGES, L.A.A. Primeiros socorros: guia para profissionais. São Paulo: Editora dos Editores, 2018.</p>		

LOPES, H.R.; editores associados: RODRIGUES, A [et al]. **Manual de Assistência Às Emergências na Atenção Primária à Saúde**. São Paulo: Editora dos Editores, 2018.

1º PERÍODO		
Nome do componente:	Gênero, sociedade e diversidade	Classificação: obrigatória
Código: MDE0099	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Não se aplica		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60h / 04; Prática: / _____; Total 60h / 04		
<p>EMENTA: Abordagem das construções histórico-sociais, culturais e contemporâneas sobre sexo, gênero, sexualidade e diversidade. Análise dos estudos de gênero e diversidade sexual imersos na interseccionalidade da opressão pela cor da pele, etnias, religiões e classes sociais. Interfaces entre preconceito, discriminação, diferença e alteridade. Ativismos políticos em prol da ruptura de paradigmas heteronormativos. Combate à homolesebobitansfobia. Respeito à diversidade nas ações de enfermagem.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Fatos e mitos. 3. ed., v. 1, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.</p> <p>_____. O segundo sexo. A experiência vivida. 3. ed., v. 2, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.</p> <p>BENTO, B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado. Pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p> <p>Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ:</p>		

Vozes, 1997.

LOURO, G.L. Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016

1º PERÍODO		
Nome do componente:	Necessidades de saúde e enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: MDE0100	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Não se Aplica		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 15h / 01 Prática 30/3; Total 45h / 03		
<p>EMENTA: Necessidades de saúde e enfermagem. Território como espaço de reconhecimento de necessidades de saúde. Concepções sobre o processo saúde/doença. Necessidades de saúde como necessidades sociais. Reconhecimento de necessidades de saúde de indivíduos, famílias e grupos sociais em determinado território.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>AYRES, J. R. C. M. Cuidado: Trabalho e Interação nas Práticas de Saúde. Rio de Janeiro: CEPESC; UERJ/IMS; ABRASCO. 2009.</p> <p>MENDES-GONÇALVES, R. B; AYRES. J. R. C. M.; santos. L. (Org.). Saúde, Sociedade e História. 1ªed. São Paulo; Porto Alegre: HUCITEC/Rede Unida. 2017.</p> <p>MIRANDA, A. C.; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J. C. (Org.). Território, Ambiente e Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2008.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ANDRADE, S. M. de et al (Org.). Bases da saúde coletiva. Londrina: EDUEL, 2017.</p> <p>CAMPOS, G.W.S. et al. (Orgs.). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo/Rio de</p>		

Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 2006.

GALLO, S. (coord). **Ética e cidadania**: caminhos da filosofia. 8ª. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

PAIM, J. S. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

PINHEIRO, R. e MATTOS, R. A. (Org.). **Os Sentidos da Integralidade na Atenção e no Cuidado em Saúde**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/ABRASCO. 2001.

2º PERÍODO		
Nome do componente:	Antropologia e Saúde	Classificação: obrigatória
Código: MDE0101	Avaliado por: () Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (X) Componente curricular () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Não se aplica		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30h/ 02 Prática 0/0; Total Teórica 30h/ 02		
<p>EMENTA: Debate acerca da saúde e da doença como conceitos complexos que aproximam o biológico e o social e se inscrevem no contexto histórico de cada sociedade e na experiência concreta de cada sujeito. Estudo de temas elementares da Antropologia: Etnocentrismo; Relativismo Cultural; Bases do Parentesco; Antropologia da Saúde; Práticas Populares e Ancestrais do Cuidado; História da Espécie Humana e suas formas de organizações sociais.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BOAS, F. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005</p> <p>BUCHIILET, D. —Antropologia da doença e os sistemas oficiais de saúde. In: Medicinas Tradicionais e Medicina Ocidental na Amazônia. Belém: MPEG/UEP/Edições Cejup, 1991. p. 21 - 44.</p> <p>FOUCAULT, M. O nascimento da clínica. 3ª ed. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1987.</p> <p>LEVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 1982.</p>		

MINAYO, MCS.; COIMBRA JUNIOR, CEA (orgs). Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Benzedeiras - ofício tradicional. Direção: Lia Marchi. Produção: Olaria Cultural. sonor., color. 24'20 [https://youtu.be/eBPegB3IIU0]

GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, RMG; GOMES, MHA. (orgs). O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em Ciências Sociais e Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

LANGDON, E. J.; WIJK, F. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 18, n. 3, p. 459-466, mai-jun 2010. [http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n3/pt_23.pdf]

LAPLANTINE, F. Introdução. O campo e a abordagem antropológicas. Aprender antropologia. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987

RABELO, M. Religião e cura: algumas reflexões sobre a experiência religiosa das classes populares urbanas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 316 -325, 1993. [http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300019.

2º PERÍODO		
Nome do componente:	Cultura, Sociedade e Reflexões	Classificação: obrigatória
Código: MDE0102	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (X) Componente curricular () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Gênero, sociedade e diversidade		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30h / 02; Prática: ____/ ____; Total 30h /02		

EMENTA: Estudo da Filosofia e Sociologia em suas bases ante as mudanças manifestas no século XXI; História do Pensamento e da Ciência; Incitação do pensar como exercício de saúde humana; conceitos atinentes à Sociologia que se alinham aos modelos de saúde-doença.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento; fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

BAUMAN, Z. Vida para o consumo; a transformação das pessoas em mercadoria. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern & Guilherme Teixeira. São Paulo/Porto Alegre: EDUSP/Zouk, 2007.

JASPERS, K. Introdução ao pensamento filosófico. São Paulo: Cultrix, 2006.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos da Costa. 3ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. Temas de filosofia. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2002.

BUZZI, A. R. Introdução ao pensar. Petrópolis: Vozes, 2004. CHAUI, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2003.

CASTRO, A. M.; DIAS, E. F. (orgs.). Introdução ao pensamento sociológico. São Paulo: Ed. Moraes, 1992.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1988.

GAARDER, J. **O mundo de Sofia.** São Paulo: Cia das Letras, 1999.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.** Trad. Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

2º PERÍODO

Nome do	Comportamento humano e relações	Classificação: obrigatória
----------------	---------------------------------	-----------------------------------

componente:		
Código: MDE0103	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Biologia Celular e Molecular		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 45h / 03; Prática: ____/____; Total 45h / 03		
<p>EMENTA: Estudo das estruturas do sistema nervoso central e periférico, com ênfase nas estruturas e vias relacionadas com as funções cognitivas e emocionais, compreensão da pessoa como parte essencial da formação profissional, tendo em vista a aplicação de um modelo integral (visão integral do ser) e integrado (ações integradas) em saúde que contemple os aspectos físicos, psicológicos e sociais.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>AFIFI AK, BERGMAN RA. Neuroanatomia funcional: texto e atlas. 2a ed. São Paulo: Roca, 2008.</p> <p>LENT, R. Cem Bilhões de Neurônios? Conceitos Fundamentais de Neurociência - 2ª edição. Atheneu, 2010</p> <p>PISANI, E.; RIZZON, L.A.; NICOLETTO, U. Psicologia geral. 5a.ed. Caxias do Sul: Vozes, 1985.</p> <p>BOCK, A. M. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996.</p> <p>GARDNER, H. (org). A teoria das inteligências múltiplas na educação infantil: atividades iniciais de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>MACHADO, A. B. M. Neuroanatomia Funcional. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013.</p> <p>TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. Princípios de Anatomia e Fisiologia. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.</p>		

2º PERÍODO		
Nome do componente:	Fisiologia humana	Classificação: obrigatória
Código: MDE0104	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Biologia Celular e Molecular		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60h / 04; Prática: 30h / 02; Total 90h / 06		
<p>EMENTA: Meio interno e homeostasia. Ambiente líquido da célula. Transporte através da membrana celular. Bioeletrogenese. Fisiologia da junção neuromuscular. Fisiologia dos sistemas: nervoso, endócrino, digestivo, renal, respiratório e cardiovascular, ressaltando suas relações com a performance de uma vida saudável.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 11a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p> <p>FOX, S.I. Fisiologia humana. 7ª ed. Barueri: Manole, 2007.</p> <p>SILVERTHORN, D. U. Fisiologia humana: uma abordagem integrada. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>TORTORA, G. J. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 6a.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Fisiologia Humana e Mecanismos das Doenças. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.</p> <p>GUYTON, A. C.; HALL, John E. Tratado de Fisiologia Médica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p> <p>COSTANZO, L. S. Fisiologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p>		

2º PERÍODO		
Nome do componente:	Morfologia	Classificação: obrigatória
Código: MDE0105	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Biologia Celular e Molecular/ Embriologia Geral e Histologia		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 45h / 03; Prática: 45h / 03 Total 90 / 06		
<p>EMENTA: Estudo teórico-prático da Morfologia humana: Introdução ao estudo da Anatomia: Introdução à Anatomia, generalidades, nomenclatura, conceitos gerais e termos de posição e direção; Aparelho locomotor; Sistema nervoso, circulatório, respiratório, digestório, urinário, genitais e tegumento. Inter-relações entre os sistemas orgânicos. Aspectos éticos e legais. A inter-relação morfológica desde a formação intrauterina e a constituição dos sistemas orgânicos. A Morfologia humana e sua relevância para a formação do profissional da área de saúde.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>AFIFI, A. K.; BERGMAN, R. A. Neuroanatomia funcional: texto e atlas. 2a ed. São Paulo: Roca, 2008.</p> <p>DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia humana, sistêmica e segmentar. 2a. ed. São Paulo: Atheneu, 2004.</p> <p>TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. Princípios de anatomia e fisiologia . 10a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>MOORE, K. L.; DALLEY, A. F. Anatomia Orientada para a Clínica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.</p> <p>NETTER, F. H. Atlas de Anatomia Humana. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.</p> <p>CASTRO, S. V. de. Anatomia fundamental 2a ed. São Paulo: Marc. Graw Hill</p>		

1985.

2º PERÍODO		
Nome do componente:	História e processo de trabalho em enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: MDE0106	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem:	Grupo: (x) Disciplina () TCC ()	
DEN	Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Sociedade, Estado, Universidade e Enfermagem		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 15h/ 01; Prática:30/02; Total 45h / 03		
<p>EMENTA: Concepções de trabalho, trabalho em saúde. História do trabalho da enfermagem e correntes de pensamento que embasam o pensar/fazer saúde/enfermagem. Enfermagem como trabalho. Processos de trabalho de enfermagem: ensinar/aprender, investigar, assistir/intervir e gerenciar. Compromisso ético e político do trabalho da enfermagem com as necessidades sociais.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ALMEIDA, M.V.; ROCHA, J.S.Y.O. O saber da enfermagem e a sua dimensão prática. São Paulo: Cortez, 1986.</p> <p>GEOVANINI, T. et al. (Org.). História da enfermagem: versões e interpretações. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.</p> <p>GERMANO, R. M. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil: 1955-1980. 4ª.ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CARRARO, T. E. (Org.) et al. Metodologias para a assistência de enfermagem: teorizações, modelos e subsídios para a prática. Goiânia: AB, 2001.</p> <p>GERMANO, R. M. Educação e ideologia em enfermagem no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.</p>		

LIBERALINO, F. N. O processo de trabalho em enfermagem. UFRN, Natal, 1996 (mimeo). LIMA, J. C. Trabalho e sociedade. URRN. Mossoró, 1996. (mimeo)
 LIBERALINO, F. N. O processo de trabalho em enfermagem no Brasil. São Paulo: Cortez, 1983.
 MERHY, E. E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: HUCITEC, 2007.

3º PERÍODO		
Nome do componente:	Saúde ambiental	Classificação: obrigatória
Código: MDE0107	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Não se aplica		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 45 / 03; Prática: ___ / ___; Total 45 / 03		
<p>EMENTA: O ser humano e a sua relação com o meio ambiente. Aspectos históricos e conceituais da saúde ambiental. Política de saúde ambiental. Saneamento Básico, Poluição e Desenvolvimento Sustentável. Doenças transmitidas por alimentos e de veiculação hídrica. Vigilância ambiental em saúde. Educação ambiental. Sistema de informação de vigilância ambiental em saúde. Promoção da saúde e educação em saúde.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>AGUIAR, R. A. R. Direito do meio ambiente e participação popular. Brasília: IBAMA, 1994.</p> <p>FORATTINI, O. P. Ecologia, epidemiologia e sociedade. 2a ed. São Paulo: Artes Médicas, 2004.</p> <p>REIGOTA, M. O que é educação ambiental. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>TRIBE, C. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.</p>		

FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S. Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

OTTO R G. Biodiversidade: O enfoque interdisciplinar brasileiro. In: Ciência & Saúde Coletiva, 3(2) 97 – 102, 1998.

SILVA, F. C. As principais fontes de população do rio Apodi/Mossoró na altura do sítio urbano.

ROUQUARYOL, M. Epidemiologia e Saúde. 6. ed. São Paulo: MEDSI, 2004

CEBALLOS, B. S. O. Microbiologia sanitária. In: MENDONÇA, S. R. (ed.). Sistemas de Lagunas de Estabilización: como utilizar aguas residuales tratadas em sistemas de regadío. Bogotá: Mc Graw Hill, 2000.

3º PERÍODO		
Nome do componente:	Fisiopatologia I	Classificação: obrigatória
Código: MDE0108	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Fisiologia humana/ Morfologia		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60h / 04; Prática: 30h / 02; Total 90h / 06		
<p>EMENTA: Estudo dos distúrbios hemodinâmicos, doença tromboembólica, choque; processos patológicos dos sistemas cardiovascular, respiratório, nervoso, imune. Carcinogênese. Assistência de enfermagem sistematizada ao indivíduo, à família e à comunidade nos níveis primário, secundário e terciário de atenção à saúde.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CECIL, Tratado de medicina interna. 22a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. HARRISON. Medicina interna. 16a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p>		
<p>ROBBINS. COTRAN. Patologia: bases patológicas das doenças. 7a. ed. Rio de Janeiro:</p>		

Elsevier, 2005.

VERONESI, R; FOCACCIA, R. Tratado de infectologia, 3a. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COLOMBRINI, M. R. C.; MUCKE, A. G.; FIGUEIREDO, R. M. de. Enfermagem em infectologia: cuidados com o paciente internado. São Paulo: Atheneu, 2009.

MORAES, M. S. Assistência de enfermagem em infectologia. São Paulo: Atheneu, 2014.

WILSON, W. R. Doenças infecciosas: diagnóstico e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2004.

3º PERÍODO

Nome do componente:	Enfermagem em saúde coletiva	Classificação: obrigatória
Código: MDE0109	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Necessidades de saúde e enfermagem		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 45h / 03; Prática: 45h/ 03; Total 90h / 06		
<p>EMENTA: Construção histórica da saúde coletiva no Brasil: bases teóricas, concepções, diferença entre saúde pública e saúde coletiva; conformação histórica das políticas e práticas de saúde: sanitarismo campanhista, médico- assistencial privatista, saúde comunitária, o Movimento de Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), o processo de construção, implantação e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) como política pública pensada pelo MRSB; A saúde como direito de cidadania; A intervenção em saúde coletiva; A intervenção e instrumentos de trabalho em saúde a partir da concepção da saúde coletiva.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CAMPOS, G. W. S. et al. (Orgs.). Tratado de saúde coletiva. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 2006.</p>		

GIOVANELLA, L. et al (orgs.) Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

MENDES, E. V. (org.) Distrito sanitário: O processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, N. do R.. Lutas urbanas e controle sanitário. Origens das políticas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

EGRY, E. Y. Saúde coletiva: construindo um novo método em enfermagem. São Paulo: Ícone, 1996.

ESCOREL, S. Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

GASTÃO, W. S. C. Saúde Paidéia. 2ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 2003. PAIM, J. S. O que é o SUS. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

3º PERÍODO		
Nome do componente:	Ética, bioética e cidadania.	Classificação: obrigatória
Código: MDE0110	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30h /02; Prática:30/02; Total 60h / 04		

EMENTA: Historicidade e dinamicidade da ética e da bioética. Problemas éticos e bioéticos emergentes e persistentes. Ética, bioética e cidadania. A dimensão ética do trabalho em saúde/enfermagem. Bases legais que regulamentam o trabalho da enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GERMANO, R. M. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil: 1955-1980. 4ª.ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

VALL, A. L. M. Da ética à bioética. Petrópolis: Vozes, 2004,

VAZQUEZ, A. S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 28ª ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOFF, L. Princípio de Compaixão e Cuidado. Petrópolis: Vozes, 2000.

GALLO, S. (coord). Ética e cidadania: caminhos da filosofia. 8ª. ed. São Paulo: Papyrus, 2006.

MALAGUTTI, W. Bioética e enfermagem: controvérsias, desafios e conquistas. Rio de Janeiro: Rubio, 2007.

MINAYO, M. C. S.(org) Violência sob o olhar da saúde- a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003.

PESSINI, L. B. Problemas atuais de bioética. 7ª. ed. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2005.

SANTOS, E. F. Legislação em enfermagem: atos normativos do exercício e do ensino de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2005.

3º PERÍODO		
Nome do componente:	Mecanismos de Agressão e Defesa	Classificação: obrigatória
Código: MDE0111	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Fisiopatologia I		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		

Carga horária/Crédito: Teórica 30h / 02; Prática: 15h/ 01; Total 45h / 03

EMENTA: Conhecimentos de imunologia, parasitologia e microbiologia com a finalidade de compreender as interações dos agentes infecciosos e parasitários no organismo humano, conhecendo os mecanismos de patogenicidade e virulência, e as respostas imunológicas associadas às doenças infecciosas e parasitárias, bem como as estratégias profiláticas contra as infecções e doenças parasitárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; POBER, J. S. Imunologia celular e molecular. 7 ed. Elsevier - Rio de Janeiro, 2012.

TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F.; GOMPERTZ, O. F.; CANDEIAS, J. A. N.; Microbiologia. Editora Atheneu. 3ª edição, São Paulo. 2012.

JAWETZ, E.; MELNICK, J. L.; ADELBERG, E. A. Microbiologia Médica. Editora Guanabara Koogan. 21ª edição. Rio de Janeiro. 2013.

TORTORA, G. I.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. Editora Artmed. Microbiologia. 6ª edição. Porto Alegre. 2008.

MURRAY. P. R. ROSENTHAL K. S., PFALLER M. A. Microbiologia Médica. Editora Elsevier. 5ª edição. Rio de Janeiro, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

REY, L. Bases da Parasitologia Médica. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

CINERMAN, B.; FRANCO, M.A. Atlas de parasitologia: artrópodes, protozoários e helmintos. São Paulo: Atheneu, 2002.

BENJAMIN, E.; COICO R.; SUNSHINE, G. Imunologia.4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

3º PERÍODO

Nome do componente:	Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa	Classificação: obrigatória
Código: MDE0112	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE ()	

Pré-requisito: Conhecimento científico: leituras e técnicas
Aplicação: (x) () Prática () Teórico-prático Teórica
Carga horária/Crédito: Teórica 45h / 03; Prática: ___/ ___; Total 45h / 03
EMENTA: Estudo científico e principais epistemologias na ciência e pesquisa em enfermagem, com ênfase na investigação como um dos elementos do seu processo de trabalho. Ciência, Tecnologia e Sociedade. Políticas de produção, fomento e divulgação do conhecimento no Brasil. O processo investigar na enfermagem. Pesquisa no âmbito da UERN e da Faculdade de Enfermagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2006. 289 p. MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2010. OLIVEIRA, N.; ALVIM, A. Metodologia de Pesquisa Científica. Florianópolis: Visual Bookos, 2005. SANTOS, R. S. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 3. Ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2000. TEIXEIRA, E. As três metodologias, caminhos da ciência e da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MORIN, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. 6 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002. . Introdução ao Pensamento Complexo. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. _____. A cabeça bem feita. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. MOSÉ, V. O homem que sabe [recurso eletrônico]: do homo sapiens à crise da razão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Recurso digital. PRODANOV, C. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

4º PERÍODO

Nome do componente:	Semiologia e semiotécnica I	Classificação: obrigatória
Código: MDE0135	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE ()	
Pré-requisito: Fisiologia humana/ Morfologia		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60h / 04; Prática: 60h / 04 Total 120h / 08		
<p>EMENTA: Estudo da semiologia e semiotécnica aplicada à assistência de enfermagem; conhecimento das funções do profissional e o método de cuidar para realizar a avaliação clínica de enfermagem nos diferentes ciclos vitais, por meio de métodos de interação, observação e mensuração e suas respectivas técnicas. Sinais e sintomas relacionados aos órgãos e sistemas corporais nas condições de normalidade e nas alterações indicativas de patologias. Registros de enfermagem. Medidas de controle e prevenção de infecções.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BAIKIE. Sinais e sintomas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>BRUNNER; SUDDARTH. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2009.</p> <p>MOZACHI, N.; SOUZA, V. H. S. O Hospital- Manual do Ambiente Hospitalar. João Pessoa: Manual Real: 2009.</p> <p>NETTINA, S.M. Prática de enfermagem. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2007. 1854 p. il.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BARROS, E; ALBUQUERQUE, G. C.; PINHEIRO, C. T. S.; CZEPIELEWSKI, M. A. Exame Clínico Consulta Rápida. 2. ed. Porto Alegre: ART MED, 2004.</p> <p>PORTO, C. C.; PORTO, A. L. Exame clínico: bases para a prática médica. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p> <p>ANDRIS, D. et al. Semiologia: Bases para a prática assistencial. Rio de Janeiro: Guanabara</p>		

Koogan, 2006.

ITO, E. E. Manual de anotações de enfermagem. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.

4º PERÍODO		
Nome do componente:	Fisiopatologia II	Classificação: obrigatória
Código: MDE0113	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Fisiopatologia I		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 45h / 03; Prática: 30h / 02; Total 75h / 05		
<p>EMENTA: Estudo das doenças transmissíveis no contexto sócio-econômico-cultural do País e do Nordeste. O indivíduo acometido por doenças infecciosas e parasitárias e suas necessidades humanas básicas afetadas. Assistência de enfermagem sistematizada ao indivíduo acometido de moléstia transmissível, à família e à comunidade nos níveis primário, secundário e terciário de atenção à saúde.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BOGLIOLO, L.; BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo Patologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>KUMAR, V. (Ed.); ABBAS, A. K. (Ed.); FAUSTO, N. (Ed.). Robbins e Cotran patologia: bases patológicas das doenças. Tradutor: DEL CORSO, A. et al. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.</p> <p>KUMAR, V.; et al. Robbins patologia básica. Tradutor: SUDRÉ, A. P. et al. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CASELLA, A.; ARAÚJO, R. G.; GALVÃO, R. G.; CHAGAS, A. C. P. Inflamação e aterosclerose: integração de novas teorias e valorização dos novos marcadores. Revista</p>		

Brasileira de Cardiologia Invasiva, v.11, n.3, p.14-19. 2003

CALIL, A. M.; PRADO, C. Ensino de oncologia na formação do enfermeiro. Revista Brasileira de Enfermagem, v.63, n.4, p.671-674. 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n4/26.pdf>.

ROITT, I.; DELVES, P. J. Fundamentos de Imunologia. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

STEVENS, A.; LOWE, J. Patologia. Barueri, Sp: Manole, 2002. 654p

4º PERÍODO		
Nome do componente:	Epidemiologia e enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: MDE0114	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE ()	
Pré-requisito: Enfermagem em saúde coletiva		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 45h / 03; Prática: 45/03; Total 90h / 06		
<p>EMENTA: Conformação histórica da epidemiologia. Tipos de epidemiologia. A epidemiologia crítica como eixo orientador para a intervenção em saúde coletiva. Bases teórico metodológicas da epidemiologia: determinação social do processo saúde/doença; a relação dialética entre individual e coletivo, biológico e social; indissociabilidade entre clínico e epidemiológico. O processo de territorialização em saúde como um dos instrumentos de intervenção em saúde coletiva. Instrumentos teóricos metodológicos da investigação na epidemiologia clássica e sua interpretação a partir da epidemiologia crítica: a medida em saúde coletiva, indicadores em saúde; sistemas de informação em saúde; A vigilância à saúde na perspectiva da epidemiologia crítica.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BREILH, J. Epidemiologia: economia, política e saúde. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1991.</p>		

MIRANDA, A. C.; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J. C. (Org.). **Território, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2008.

ROUQUAYROL, M. Z; GURGEL. N. **Epidemiologia & saúde**. 7ª ed. Rio de Janeiro: MEDBOOK, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, S. M. et al (Org.). **Bases da saúde coletiva**. Londrina: EDUEL, 2017.

CAMPOS, G.W.S. et al. (Orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 2006.

COSTA, D. C. (org) **Epidemiologia: teoria e objeto**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 2002.

CUNHA, G. T. **Construção da Clínica Ampliada na Atenção Básica**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

DRUMMOND JÚNIOR, M. **Epidemiologia nos municípios: muito além das normas**. São Paulo: Hucitec, 2012.

4º PERÍODO		
Nome do componente:	Sistematização da assistência e o processo de enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: MDE0115	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE ()	
Pré-requisito: História e processo de trabalho em enfermagem		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30h / 02; Prática: 15/01; Total 45h / 03		
<p>EMENTA: Aborda os aspectos teóricos e metodológicos do processo de enfermagem considerando a sistematização da assistência para assistir ao paciente, família e comunidade. Contempla conteúdos de Teorias de Enfermagem para a operacionalização das etapas do processo de enfermagem. Contribui para o raciocínio clínico, pensamento crítico e tomada de decisão do enfermeiro. Aborda as classificações da taxonomia NANDA, NIC, NOC, CIPE e CIPESC.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHANES, M. SAE descomplicada. 1 ed. – São Paulo: Guanabara Koogan, 2018

TANNURE, M. C.; PINHEIRO, A. M. SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático. 2 ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010

ALMEIDA, M. A. [et al]. Processo de Enfermagem na Prática Clínica. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADAMY, E. K.; ZOCHE, D. A. A; ALMEIDA, M. A. Processo de enfermagem: a arte de integrar o ensino e o seguro na formação. Porto Alegre: Moriá, 2019.

NEVES, R. S.; SHIMIZU, H. E. SAE - Sistematização da Assistência de Enfermagem: implementação e avaliação. 1 ed. – Curitiba, PR: CRV, 2015

BRAGA, C; G.; SILVA, J. V. Teorias de Enfermagem.1 ed. – São Paulo: Iátria, 2011.

GARCIA, T. R. Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE): versão 2017. – Porto Alegre: Artmed, 2018.

CHAVES, L. D. Sistematização da Assistência de Enfermagem: considerações teóricas e aplicabilidade. 2 ed. – São Paulo: Martinari, 2013

NÓBREGA, M. L. Nomenclatura de Diagnósticos, Resultados e Intervenções de Enfermagem: para pacientes hospitalizados em unidades clínicas, utilizando a CIPE. João Pessoa: Ideia, 2018

GARCIA, T. R. et al. Integralidade da atenção no SUS e Sistematização da Assistência de Enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2010

4º PERÍODO

Nome do componente:	Terapias e processos farmacológicos aplicados a enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: MDE0116	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Mecanismos de Agressão e Defesa		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 90h/06; Prática/ : Total 90h/06		

EMENTA: Estudo da farmacologia básica por meio do estudo sobre farmacocinética e farmacodinâmica; ação dos fármacos nos vários sistemas orgânicos, usos terapêuticos, efeitos colaterais, interação medicamentosa, cálculo de dosagem, via de administração, uso racional de medicamentos e eventos adversos. Estudo da farmacologia aplicada à enfermagem: prescrição e aprazamento de fármacos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOLAN, D. E. et al. Princípios de farmacologia: a base fisiopatológica da farmacoterapia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

RANG, H. P. et al. Rang & Dale Farmacologia. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

BRUNTON, L.L. Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 12ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

CLAYTON, S. Farmacologia na Prática de Enfermagem. 15.ed. Mosby/Elsevier, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA, P. Farmacologia. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009

KATZUNG, B. G. Farmacologia Básica e Clínica. 10ª ed. Rio de Janeiro: Artmed/McGraw-Hill, 2010.

OLIVEIRA-FILHO, L. Farmacologia Integrada. 3.ed. Revinter, 2009.

5º PERÍODO		
Nome do componente:	Semiologia e Semiotécnica II	Classificação: obrigatória
Código: MDE0136	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () Estágio () Internato () UCE () TCC	
Pré-requisito: Semiologia e semiotécnica I		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60h / 04; Prática: 60h / 04 Total 120h / 08		
EMENTA: Semiologia e semiotécnica aplicada à assistência de enfermagem para posicionamento, mobilização e transporte de paciente. Administração de medicamentos e monitorização de fluidos. Assistência relacionada aos sistemas neurosensorial, gastrointestinal,		

respiratório, cardiovascular, renal-urinário, musculoesquelético e tegumentar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAIKIE. Sinais e sintomas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BRUNNER; SUDDARTH. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2009.

MOZACHI, N.; SOUZA, V. H. S. O Hospital- Manual do Ambiente Hospitalar. João Pessoa: Manual Real: 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, E; ALBUQUERQUE, G. C.; PINHEIRO, C. T. S.; CZEPIELEWSKI, M. A. Exame Clínico Consulta Rápida. 2. ed. Porto Alegre: ART MED, 2004.

PORTO, C. C.; PORTO, A. L. Exame clínico: bases para a prática médica. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

ANDRIS, D. et al. Semiologia: Bases para a prática assistencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

ITO, E. E. Manual de anotações de enfermagem. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.

5º PERÍODO		
Nome do componente:	O processo gerenciar de enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: MDE0117	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE)	
Pré-requisito: História e processo de trabalho em enfermagem; Epidemiologia e enfermagem		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 45h/03; Prática: 30/02 Total: 75h/05		
EMENTA: Compreender a gestão e o processo gerenciar em saúde no SUS. Política de gestão no Sistema Único de Saúde. A gestão e a gerência dos serviços de saúde: segundo a lógica neoliberal e segundo os interesses coletivos. O papel dos trabalhadores de saúde dos		

movimentos organizados em saúde. O processo gerenciar em saúde/enfermagem e sua articulação com as transformações da organização do trabalho e a administração na sociedade. Historicidade e dinamicidade do processo gerenciar da enfermagem. O processo gerenciar da enfermagem e a indissociabilidade com os processos assistir/intervir, investigar e ensinar/aprender. A coordenação do processo de trabalho da enfermagem como finalidade do trabalho do enfermeiro. Meios e instrumentos do processo gerenciar da enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KURCGANT, P. Administração em Enfermagem. São Paulo: EPV, 1991.

ALMEIDA, M. C. P. de & ROCHA, S. M. (orgs). O Trabalho de Enfermagem. São Paulo: Cortez. 1997.

CAMPOS, G. W. S.. Um método para análise e co-gestão de coletivos. 1. ed. SÃO PAULO: EDITORA HUCITEC LTDA., 2000. 236p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHIAVENATTO, I. Introdução à teoria Geral da Administração. 9 ed. São Paulo: Mcgraw – Hill. 2014.

BARROS, S. M. P. F. Gerenciamento em Saúde – implicações, tendências e perspectivas para a enfermagem. In: Congresso Brasileiro de Enfermagem, 45, Recife. 1993. Anais. Recife: Universitária, 1994. P. 93-104

FERAZ, C. A. Gerenciamento de Enfermagem: do modelo burocrático à administração flexível. In: Caderno de Atualização Científica – Série Medicina & Saúde – O Domínio de Transição no Gerenciamento de Enfermagem para o século XXI. Sociedade Brasileira de Gerenciamento de Enfermagem – SOBRAGEN – FRÔNTIS & EDITORIAL. P. 3-15.

PAIM, J. S. A Reorganização das Práticas de Saúde em Distritos Sanitários. In

MENDES, E. V. Uma Agenda para a Saúde. São Paulo: Hucitec, 1996. Cap. 4 p. 187-220.

SANTANA, J. P. de. A Negociação como Instrumento de Gerência nos Serviços de Saúde. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. FNS – Organização Pan-Americana de Saúde. Desenvolvimento Gerencial de unidades Básicas de Saúde do Distrito Sanitário – Projeto GERUS. Brasília: Fundação Nacional de Saúde – FNS, 1995. P.247-266.

SILVA, E. M.; GOMES, E. L. R.; ANSEMI, M.L. Enfermagem: Realidade e Perspectiva na Assistência e no Gerenciamento. Rev. Lat. Am. Enf. Ribeirão Preto. v. 1 – n 1. p. 59-63. Jan. 1993.

Nome do componente:	Educação em saúde	Classificação: obrigatória
Código: MDE0118	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE ()	
Pré-requisito: Enfermagem em saúde coletiva		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30h/02; Prática 30/02: Total 60/04		
<p>EMENTA: Aspectos históricos, políticos, conceituais e epistemológicos da educação em saúde. Dimensão educativa inerente ao processo de trabalho do enfermeiro na rede de atenção à saúde, na perspectiva da integralidade do cuidado em saúde. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem e abordagens educativas inovadoras. Ações de educação popular na promoção da saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho, adoecimento e morte, respeitando-se a autonomia, os saberes e experiências dos sujeitos, com foco na transformação social. Construção de projetos educativos de forma participativa com os sujeitos da ação que contemplem o diagnóstico das necessidades destes, definição de objetivos, seleção de metodologias e recursos pedagógicos, implementação e avaliação das ações educativas, fortalecendo a integração ensino-serviço-comunidade.</p>		
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>BOTELHO, B. O.; VASCONCELOS, E. M. et al (Orgs.). Educação Popular no Sistema único de Saúde. São Paulo: Hucitec, 2018. 303p.</p> <p>BORNSTEIN, V. J. (Org.) Formação em educação popular para trabalhadores da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. 284p.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de educação popular em saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 224 p.</p>		
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>CRUZ, C. S. J. P. et al. Vivências de Extensão em Educação Popular no Brasil: extensão e</p>		

educação popular na reorientação de práticas, políticas e serviços em saúde. João Pessoa: Editora do CCTA. v. 3, 2018. p. 204-225.

FERNANDES, S. C. A. As Práticas Educativas na Saúde da Família: uma cartografia simbólica. Natal: 2010. 269p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

GOMES, L. B. (Org.). O Cuidado e a Educação Popular em Saúde. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p. 262 – (Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde)

PRADO, E. V. et.al. (Orgs). CADERNO DE EXTENSÃO POPULAR: textos de referência para a extensão universitária. Projeto de pesquisa e extensão VEPOP-SUS Vivências de extensão em Educação Popular e saúde no SUS João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. 500 p

SOUSA, L. M. P. de. et al. (Orgs). Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). João Pessoa-PB: Editora CCTA, 2017.

5° PERÍODO		
Nome do componente:	Estudos científicos: natureza e interfaces da pesquisa	Classificação: obrigatória
Código: MDE0119	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio	
Pré-requisito: Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 45h /03; Prática: Total		
<p>EMENTA: Abordagem qualitativa e quantitativa nos estudos científicos na área da saúde. Construção de projeto de pesquisa em Enfermagem/Saúde. Ética em pesquisa envolvendo seres humanos, nas áreas da Saúde e Ciências Sociais, legislação atinente. Sistema CEP/CONEP e CEUA.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (Org.). Manual de Produção Científica. Porto Alegre: Penso, 2014. Disponível</p>		

em:

<https://books.google.com.br/books?id=2sDFAwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=ptBR#v=onepage&q&f=false>.

LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C.R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodologia de pesquisa. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BARRAS, Rt. Os cientistas precisam escrever: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes, 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.

RUIZ, J. A. Metodologia científica guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2006. 180 p.

5º PERÍODO		
Nome do componente:	Saúde mental	Classificação: obrigatória
Código: MDE0120	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Não se aplica		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 45h / 03; Prática: 30h / 02; Total 75h / 05		

EMENTA: Estuda e analisa as políticas públicas de saúde mental e a rede de atenção psicossocial, considerando o processo histórico, social e político do cuidado em saúde mental e em enfermagem. Aborda a pessoa em sofrimento psíquico/transtorno mental e a relação com sua história de vida. Discute e desenvolve o cuidado em saúde mental e enfermagem junto à pessoa em sofrimento psíquico/transtorno mental, a família e a comunidade, voltado a promoção, prevenção, tratamento e reinserção social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TOWNSEND, M. C. Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados na prática baseada em evidências. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 34: Saúde Mental. Ministério da Saúde: Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Legislação em Saúde Mental: 1990 - 2004. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARANTE, P. D. C. O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

STEFANELLI, M. C.; FUNKUDA, I. M. K.; ARANTES, E. C. Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. Barueri: Manole, 2008.

STUART, G. W.; LARAIA, M. T. Enfermagem psiquiátrica: princípios e prática. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOUZA, R. C.; SANTOS, J. E. Construção social da aprendizagem em saúde mental e saúde da família. Ilheus: Editus, 2014.

CARVALHO, M. B. Psiquiatria Para a Enfermagem. São Paulo: Rideel, 2012.

6º PERÍODO		
Nome do componente:	Enfermagem nas ações integradas à saúde do idoso	Classificação: obrigatória
Código: MDE0121	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE)	

Pré-requisito: Semiologia e semiotécnica II/ Educação em saúde/ Epidemiologia e enfermagem
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 30h / 02; Prática: 15h / 01; Total 45h / 03
<p>EMENTA: Problemática do processo de envelhecimento populacional brasileiro: consequências e repercussões sociais, culturais e econômicas. Determinantes do processo saúde/doença na terceira idade. Políticas de saúde para a terceira idade. Processo de trabalho em enfermagem no modelo epidemiologia e clínica da terceira idade.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>GIANNETTI, Eduardo. O valor do Amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 2.</p> <p>MALAGUTTI, William; BERGO, Ana Maria (orgs.). Abordagem Interdisciplinar do Idoso. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.</p> <p>PEREIRA, Renata Junqueira et al. Políticas sobre o envelhecimento e saúde no mundo. In: PESSINI, Leo & BARCHFONTAINE, Christian de Paul de (orgs.). Bioética e longevidade humana. São Paulo: Centro Universitário São Camilo; Edições Loyola, 2006.</p> <p>SILVA. M. G. A Vivência do envelhecer: sentidos e significados para a prática de enfermagem. Ribeirão Preto, 2007.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BEAUVOIR, Simone. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.</p> <p>BRASIL. Decreto Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994 e Decreto lei nº 1.984, de 03 de julho de 1996. Política Nacional do Idoso. Ministério da Previdência e Assistência Social. 2ed. Brasília: MPAS, 1997, 32p.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Política Nacional do Idoso. Brasília. 1996.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Política Nacional</p>

do Idoso. Brasília. 1998. 9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.

COELHO FILHO, JM. RAMOS, LR. Epidemiologia do envelhecimento no Nordeste do Brasil: resultados de inquérito domiciliar. Revista de Saúde Pública v33 n5. p. 445-453.1999.

11. FREIRE JÚNIOR, Renato Campos.

TAVARES, Maria de Fátima Lobato A saúde sob o olhar do idoso institucionalizado: conhecendo e valorizando sua opinião. Interface (Botucatu), Fev 2005, vol.9, no.16, p.147-158. ISSN 1414-3283

6º PERÍODO		
Nome do componente:	Enfermagem nas ações integradas na saúde do adulto	Classificação: obrigatória
Código: MDE0122	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE ()	
Pré-requisito: Semiologia e semiotécnica II/ Educação em saúde / Epidemiologia e enfermagem		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60h / 04; Prática: 30h / 01; Total 90h / 05		
EMENTA: Estudo dos fundamentos da Saúde do adulto contemplando os aspectos sociais e culturais, gênero e sexualidade. Ações em saúde do adulto, no âmbito da atenção básica, clínica ampliada, relacionando com o processo saúde doença e em uma visão integral do ser. Estudo e organização de protocolos assistenciais das ações integradas de atenção e assistência ao adulto na rede de serviços básicos do SUS. Assistência de Enfermagem na saúde reprodutiva, incluindo atenção a concepção e intervenções nas afecções benignas mais frequentes. Prevenção e detecção precoce dos principais tipos de cânceres. Atenção no climatério.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, A. L. B. L. de. et al. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. Rio de Janeiro:

Guanab

ara Koogan, 9 ed., 1997.

FREITAS, F. et al. Rotinas em ginecologia. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CASTRO, L. M. C. P. de; ARAÚJO, L. D. S. de. (org.). Aleitamento materno: manual prático. 2 ed. Londrina: AMS, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MALDONADO, M. T. Maternidade e paternidade. Petrópolis: Vozes, 1989 e 1990 (Vol. II e I).

NETTINA, S. M. Brunner – prática de enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 7 ed., v. 3, 2003.

OLIVEIRA, R. G. de. Black book – manual de referência de pediatria. 2 ed. Belo Horizonte: Black book, 2002.

ORSHAN, S. A. Enfermagem na saúde das mulheres, das mães e dos recém-nascidos: o cuidado ao longo da vida. Tradução: Ana Lucia de Lourenzi Bonilha, Anne Marie Weissheimer. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SMITH, R. P. Ginecologia e obstetrícia de Netter. Porto Alegre: Artmed, 2004.

6º PERÍODO

Nome do componente:	Enfermagem nas ações integradas à saúde na infância e adolescência	Classificação: obrigatória
Código: MDE0123	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Semiologia e semiotécnica II / Educação em saúde/ Epidemiologia e enfermagem		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		

Carga horária/Crédito: Teórica 75h / 05; Prática: 30h / 01; Total 105h / 07

EMENTA: Estudo dos fundamentos e das políticas de atenção à Saúde da criança e do adolescente, contemplando os aspectos bio-psico-social-cultural e espirituais. Conteúdos teóricos e práticos com vistas ao desempenho clínico com base em evidências que compõem o cuidado de Enfermagem em nível individual e coletivo. Protocolos assistenciais das Ações Integradas à criança e ao adolescente. Processo de enfermagem e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança e adolescente contextualizando o cuidado na perspectiva da vigilância e promoção da saúde. Doenças prevalentes na infância e adolescência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEIHL, J. L, OJEDA, B. S, PERIN, T. et al. Manual de Enfermagem em Pediatria. Rio de Janeiro: MEDSI, 1992.

MOTA, M. das G. C. Enfermagem pediátrica: assistência de enfermagem à criança. Porto Alegre: Sagra, 1990.

PORTO, C.C. Exame Clínico. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.

POSSO. M.B.S. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. São Paulo: Athneu, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SIGAUD, C. H. S., VERISSIMO, M. L. O. (org.). Enfermagem pediátrica: o cuidado de enfermagem à criança e ao adolescente. São Paulo: EPU, 1996.

EISENSTEIN, E.; SOUZA, R. P. (coord.). Situações de risco à saúde de crianças e adolescentes. Petrópolis. Rio de Janeiro, Vozes, 1993.

COSTA, A. C.G.; SILVA, A.F.A.; RIVERA, D. et al. Brasil criança urgente: A Lei 8069/90. São Paulo: Columbus Cultural, 1990.

CARVALHO, E. As Crianças, os adolescentes e a lei. CNBB/ Pastoral da Criança, 1993.

SCHIMITZ. E. M.(Org). A enfermagem em pediatria e puericultura. São Paulo: Atheneu. 1995.

VERDI. M. BOEHS. A. E.: ZAMPIERI. M.(Org) Enfermagem na atenção primária de saúde, textos fundamentais, saúde coletiva e saúde da criança. Florianópolis: UFSC/NFR/SBP. 2005.

6º PERÍODO

Nome do componente:	Enfermagem em saúde do trabalhador	Classificação: obrigatória
Código: MDE0124	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE ()	
Pré-requisito: Epidemiologia e enfermagem		
Aplicação: () Teórica () Prática (X) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30h /02; Prática: 30/02; Total 60h / 04		
<p>EMENTA: Trabalho, produção social brasileira e o processo saúde/doença dos trabalhadores. Problemas e determinantes relativos ao processo saúde/doença dos trabalhadores. Abordagem das relações entre trabalho e saúde na Medicina do trabalho, na Saúde Ocupacional e na Saúde do Trabalhador. O movimento da saúde do trabalhador no Brasil no cenário da Reforma Sanitária brasileira. Políticas e práticas em saúde do trabalhador. Bases teóricas e metodológicas da saúde do trabalhador. O arcabouço jurídico institucional da Saúde do Trabalhador no SUS. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – PNSTT. A intervenção de enfermagem na saúde do trabalhador. Instrumentos que orientam a investigação na saúde do trabalhador: territorialização em saúde, estudo do processo produtivo e dos processos de trabalho, enquête coletiva, entrevista com os trabalhadores, levantamento das cargas de trabalho. O processo de trabalho da enfermagem na saúde do trabalhador no SUS.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.</p> <p>GOMEZ, C.M.; MACHADO, J.M.H.; PENA, P.G.L. Saúde do Trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.</p> <p>LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. (Org.). O Avesso do Trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões. 2013.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>RIGOTTO, R.M. Desenvolvimento, Ambiente e Saúde – implicações da (des)localização industrial. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.</p>		

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete Ministerial. Portaria Nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília, 2012.

DIAS, E. C.; SILVA, T.L (Org.). Saúde do Trabalhador na Atenção Primária: possibilidades, desafios e perspectivas. 1. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2013.

PIGNATI, W. A.; MACIEL, R.H.M.O.; RIGOTTO, R.M. Saúde do Trabalhador. In: ROUQUAYROL, M.Z.; GURGEL, M. Epidemiologia & Saúde. 7 ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (Org.). Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: UFC .2018.

6º PERÍODO		
Nome do componente:	Desenvolvimento profissional em enfermagem	Classificação: obrigatória
Código: MDE0125	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Educação em saúde		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30h / 02; Prática: 30h / 02; Total 60h / 04		
<p>EMENTA: Políticas de Educação Permanente em Saúde. Processo de trabalho do enfermeiro na Educação Permanente e na Educação Profissional em Saúde/Enfermagem frente à complexidade das necessidades de saúde individual e coletiva e de desenvolvimento profissional. Educação Permanente em Saúde como estratégia para a promoção da saúde e a consolidação do SUS. Formação permanente, humanística e técnico-científica do enfermeiro. Construção de projetos educativos de desenvolvimento profissional, em parceria com a equipe de enfermagem e saúde, com base nas necessidades identificadas, definição de objetivos, seleção de metodologias e recursos pedagógicos, implementação e avaliação. Práticas educativas em enfermagem nos diferentes âmbitos do sistema de saúde no cuidado e atenção à saúde de indivíduos, famílias, grupos e coletivos. Articulação ensino-serviço.</p>		

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BISPO JÚNIOR, J. P, MOREIRA, D. C. Educação permanente e apoio matricial: formação, vivências e práticas dos profissionais dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e das equipes apoiadas. *Cad. Saúde Pública*. 2017; 33(9):1-13.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – 1. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 73 p.

CAMPOS, K. F. C.; SENA, R. R.; SILVA, K. L. Educação permanente nos serviços de saúde. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm*. 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARDOSO, M. L.; COSTA, P. P.; COSTA, D. M. et al. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática. *Ciênc. Saúde Colet*. 2017; 22(5):1489-1500.

LE MOS, C. L. S. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente?. *Ciênc. Saúde Colet*. 2016.

PINTO, H. A.; FERLA, A.A.; CECCIM, R.B. et al. Atenção Básica e Educação Permanente em Saúde: cenário apontado pelo Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB). *Divulg. saúde debate*. 2014 out; 51:145-160.

TOLOTTI, G. K.; ROTOLI, A.; AIRES, M. EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: Concepções e Práticas dos Enfermeiros na Estratégia Saúde da Família. *Rev Enferm UFSM* 2017 Out./Dez.;7(4): 550-561.

SILVA, L. A. A.; PINNO, C.; SCHMIDT, S.M.S et al. A educação permanente no processo de trabalho de enfermagem. *Rev. enferm. Cent.-Oeste Min*. 2016.

SILVA, J. F. A educação permanente em saúde como espaço de produção de saberes na Estratégia de Saúde da Família [dissertação]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; 2015.

VENDRUSCOLO, C. et al (Orgs.) Frutos dos movimentos de educação permanente em saúde de Santa Catarina: caminhos e oportunidades organizadores: Porto Alegre: UNIDA, 2018.

WEYKAMP, J. M.; CECAGNO, D.; VIEIRA, F.P. et al. Educação permanente em saúde na atenção básica: percepção dos profissionais de enfermagem. *Rev. enferm. UFSM*. 2016 abr 6(2):281-289.

7º PERÍODO		
Nome do componente:	Criação de conteúdo, empreendedorismo e tecnologias	Classificação: obrigatória
Código: MDE0126	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Não se aplica		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30h / 02; Prática: 15h / 01; Total 45h / 03		
<p>EMENTA: Conceitos e abordagens relacionados à inovação e ao empreendedorismo, a relação do empreendedorismo com a produção do cuidado, a contribuição do empreendedorismo para a identificação de problemas e soluções inovadoras relacionadas à assistência, educação, administração, pesquisa e gestão em enfermagem.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CABRAL FILHO, A.V. Sociedade e Tecnologia Digital: entre incluir e ser incluída. LIINC em Revista, v. 2, n. 2, 2006.</p> <p>HARARI, Y. N. Homo Deus—uma breve história do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.</p> <p>LÉVY, P. Cibercultura. Trad. Carlos da Costa. 3ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2014.</p> <p>SANTOS, Z. M. S. A. Tecnologias em saúde: da abordagem teórica a construção e aplicação no cenário do cuidado [livro eletrônico]. Fortaleza: EdUECE, 2016.</p> <p>SILVA, M. Internet na educação e inclusão social na era digital, na sociedade da informação e na cibercultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CUNHA, C. S. C.; SIMÕES, E. Uma análise dos novos média e a criação de conteúdos como estratégia publicitária para o sucesso das marcas. 2010</p> <p>WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, 2000.</p>		

TORRES, C. A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. Novatec Editora, 2018.

BONILLA, M.H.S.; PRETTO, N.L. Inclusão digital: polêmica contemporânea. EDUFBA, 2011.

CYRANEK, G. A visão da Unesco sobre a Sociedade da Informação. Revista IP– Informática Pública, p. 127-137, 2001.

7º PERÍODO		
Nome do componente:	Enfermagem nas ações integradas materno infantil	Classificação: obrigatória
Código: MDE0127	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE ()	
Pré-requisito: Enfermagem nas ações integradas na saúde do adulto		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 75h / 05; Prática: 30h / 02; Total 105h / 07		
<p>EMENTA: Cuidados de enfermagem na atenção ao pré-natal, no processo de parturição, nascimento e puerpério, contemplando os aspectos bio-psico-social-cultural e espirituais. Intercorrências obstétricas e mamárias. Estudo de protocolos das ações integradas à gestante, parturiente, puérpera, ao recém-nascido e família nos serviços de saúde do SUS.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BRANDEN, P. S. Enfermagem Materno-infantil. 2 ed. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso Editores, 2000.</p> <p>GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 9 ed., 1997.</p> <p>NETTINA, S. M. Brunner – prática de enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 7 ed., v. 3, 2003.</p> <p>OLIVEIRA, R. G. de. Black book – manual de referência de pediatria. 2 ed. Belo</p>		

Horizonte: Black book, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MALDONADO, M. T. Maternidade e paternidade. Petrópolis: Vozes, 1989 e 1990 (Vol. II e I).

ORSHAN, S. A. Enfermagem na saúde das mulheres, das mães e dos recém-nascidos: o cuidado ao longo da vida. Tradução: Ana Lucia de Lourenzi Bonilha, Anne Marie Weissheimer. Porto Alegre: Artmed, 2010.

REZENDE, J. de; MONTENEGRO, C. A. B. Obstetrícia fundamental. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara , 1999.

SMITH, R. P. Ginecologia e obstetrícia de Netter. Porto Alegre: Artmed, 2004.

7º PERÍODO		
Nome do componente:	Enfermagem cirúrgica	Classificação: obrigatória
Código: MDE0128	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE)	
Pré-requisito: Semiologia e semiotécnica II		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30h / 02; Prática: 15h / 01; Total 45h / 03		
<p>EMENTA: Estudo dos conceitos básicos de enfermagem perioperatória. Sistematização da Assistência de Enfermagem Perioperatória (SAEP); Procedimentos especializados de enfermagem perioperatória; prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência de enfermagem perioperatória. Organização e funcionamento de unidades cirúrgicas. Estrutura e funcionamento da CME. Processamento de artigos hospitalares.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BATES, B. Propedêutica Médica. 6º ed. Rio de Janeiro. Guanabara – Koogan, 2006.</p> <p>BLACK, J.M.; MATASSARIN-JACOBS, E. Luckmann & Sorensen: Enfermagem</p>		

Médico- Cirúrgica - Uma Abordagem Psicofisiológica. 4ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara - Koogan. 1996. V. 1 e 2.

CARPENITO, L.J. Diagnósticos de enfermagem – aplicação à prática clínica. 8 ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOENGES M.E., MOORHOUSE, M.F., GEISSLER A.C. Planos de cuidado de

enfermagem: orientações para o cuidado individualizado do paciente. 5ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 2000.

FISCHBACH, F. Manual de Enfermagem - Exames Laboratoriais e Diagnósticos. 7ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 2005.

LACERDA, R. Controle de Infecção em Centro Cirúrgico: fatos, mitos e controvérsias. Atheneu, 2003.

MEEKER, M.H.; ROTHROCK, J.C. Alexander: Cuidados de Enfermagem ao Paciente Cirúrgico. 10ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara-Koogan. 1997.

7º PERÍODO		
Nome do componente:	Trabalho de conclusão de curso I	Classificação: obrigatória
Código: MDE0129	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) () TCC () Disciplina Estágio () Internato () UCE ()	
Pré-requisito: Estudos científicos: natureza e interfaces da pesquisa		
Aplicação: (x) () Prática () Teórico-prático Teórica		
Carga horária/Crédito: Teórica 45h / 03; Prática: ____ / ____; Total 45h / 03		

EMENTA: Abordagem de técnicas, instrumentos e métodos de coleta e análise de dados em pesquisa qualitativa, quantitativa e mista. Ferramentas tecnológicas e aplicativos para organização dos dados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOLLER, S. H.; COUTO, M.C.P.de P.; HOHENDORFF, J.V. (Org.). Manual de Produção Científica. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. Metodologia de pesquisa. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BARRAS, Robert. Os cientistas precisam escrever: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes, 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2006. 180 p.

8º PERÍODO		
Nome do componente:	Enfermagem nas ações integradas ao paciente crítico	Classificação: obrigatória
Código: MDE0130	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Semiologia e semiotécnica II		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60h/04 Prática: 60h/04 Total 120h/08		

EMENTA: Estuda o cuidado de enfermagem na alta complexidade em suas articulações com as Redes de Atenção à Saúde. Discute o cuidado de enfermagem junto ao paciente que necessita de assistência no nível terciário incluindo: oncologia, hemodiálise, cardiologia intervencionista e Unidade de Terapia Intensiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CINTRA, E; NISHIDE, V. M.; NUNES, W. A. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. São Paulo; Atheneu, 2008.

MORTON, P. G.; FONTAINE, D. K. Cuidados Críticos de Enfermagem - Uma Abordagem Holística. 9ª Ed. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2011.

NASI, L. A. Rotinas em Pronto Socorro. 2ª Edição. Porto Alegre; Artmed, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PADILHA, K. B. et al. (org). Enfermagem em UTI: Cuidando do paciente crítico. São Paulo; Manole, 2016.

VIANA, A. P. P.; WHITAKER, I. Y. Enfermagem em Terapia Intensiva: Práticas e Vivências. Porto Alegre; Artmed, 2010.

KNOBEL, E. Condutas no Paciente Grave. São Paulo; Atheneu, 2016.

VIANA, R. A. P. P.; TORRE, M. Enfermagem em Terapia Intensiva: Práticas Integrativas. São Paulo; Manole, 2017.

JEVON, P; EWENS, B. Monitoramento do Paciente Crítico. Porto Alegre; Artmed, 2011.

8º PERÍODO		
Nome do componente:	Atenção e assistência em urgência e emergência - Suporte avançado de vida	Classificação: obrigatória
Código: MDE0131	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Atenção e assistência em urgência e emergência - Suporte básico de vida		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		

Carga horária/Crédito: Teórica:30h/2 Prática: 15h/1; Total: 45h/3

EMENTA: Estrutura e funcionamento do serviço de emergência no pré-hospitalar e intra-hospitalar. Aspectos éticos e legais nos cuidados de saúde nas situações de urgência e emergência. Acolhimento com classificação de risco. Suporte avançado de vida. Parada cardiorrespiratória e reanimação cardiorrespiratória. Emergência em traumas. Emergências cardiológicas, Emergências respiratórias, Emergências digestórias, Emergências neurológicas, Emergências endócrina e metabólica, Emergências urológica, emergências vasculares. Atenção e Assistência de enfermagem de emergência ao paciente queimado. Atenção e Assistência de enfermagem de emergência nos estados de choques. Atenção e Assistência de enfermagem de emergência em múltiplas vítimas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FONSECA. A.S et al; [Organizado pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – IEP) da Rede de Hospitais São Camilo]. Enfermagem EM EMERGÊNCIA. Rio de Janeiro; Elsevier, 2011.
 NASI. L. A. Rotinas em Pronto Socorro. – 2. Ed. Porto Alegre; Artmed, 2005.
 OLIVEIRA. A.C Manual do Socorrista. – São Paulo: Martinari, 2013. 304 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HUDDLESTON, S.S.; FERGUNSON, S.G. Emergências Clínicas: abordagens, intervenções e auto-avaliação. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
 FALCÃO, L.F.R.; COSTA, L.H.D.; AMARAL, J.L.G. Emergências fundamentos e práticas.
 – São Paulo: Martinari, 2010.
 AEHLERT, B. ACLS, Advanced Cardiac Life Support. Emergências em Cardiologia: Suporte avançado de vida em cardiologia –Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
 Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado, PHTLS/NAEMT; [Tradução Renata Scavone. et al.].-7 ed.-Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

8º PERÍODO

Nome do componente:	Trabalho de conclusão de curso II	Classificação: obrigatória
Código: MDE0132	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	

Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito: Trabalho de conclusão de curso I	
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica 60h/ 04; Prática: ____/____; Total 60h / 04	
<p>EMENTA: Estrutura e redação final do trabalho científico (Monografia ou Artigo Científico). Noções de divulgação científica (QUALIS / fator de impacto das principais revistas científicas na área da saúde / enfermagem e suas normas de submissão e publicação). Ferramentas metodológicas de comunicação. Defesa pública do TCC para uma banca examinadora (monografia ou artigo científico).</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>KOLLER, S. H.; COUTO, M.C.P.de P.; HOHENDORFF, J.V. (Org.). Manual de Produção Científica. Porto Alegre: Penso, 2014.</p> <p>LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. Metodologia de pesquisa. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>BARRAS, R. Os cientistas precisam escrever: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes, 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.</p> <p>RUIZ, J. A. Metodologia científica guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2006. 180 p.</p>	

9º PERÍODO

Nome do componente:	Estágio em serviços de saúde I	Classificação: obrigatória
----------------------------	--------------------------------	-----------------------------------

Código: MDE0133	Avaliado por: (x) Nota () Conceito
Departamento de origem: DEN	Grupo: () Disciplina () TCC (x) Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito: Todos os componentes anteriores, exceto UCE's e Trabalho de conclusão de curso II	
Aplicação: () Teórica (x) Prática () Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica___/___; Prática: 420h / 28; Total 420h / 28	
<p>EMENTA: Espaço de consolidação da autonomia do aluno/enfermeiro, enquanto coordenador do trabalho de enfermagem, conformando a articulação e indissociabilidade dos processos de trabalho de enfermagem (assistir/intervir, gerenciar/administrar, ensinar/aprender e investigar/pesquisar) em diferentes cenários da prática de enfermagem, nos níveis de atenção à saúde primário e secundário.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Agenda de compromissos para a saúde integral da saúde da criança e redução da mortalidade infantil. Brasília: MS, 2004.</p> <p>BRASIL, Associação Brasileira de Enfermagem; Ministério da Saúde. Adolescer: compreender, atuar, acolher. Brasília: 2001.</p> <p>BRITO, F. C.; LITVOC, J. Envelhecimento: prevenção e promoção da saúde. São Paulo: Atheneu, 2004. EGRY, E. Y. Saúde Coletiva, construindo um novo método em enfermagem. São Paulo: Ícone, 1996.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CAMPOS, G. W. S. Considerações sobre a arte e a ciência da mudança. In: CECÍLIO, L. C. O. (Org.). Inventando a Mudança na Saúde. São Paulo: Hucitec, 1994.</p> <p>ISSLER, H. LEONE, C. MARCONDES E. Pediatria na atenção primária. São Paulo: Sarvier, 1999.</p> <p>MENDES-GONÇALVES, R. B.; NEMES, M. I. B.; SCHRAIBER, L. B. Saúde do adulto: programa e ações na unidade básica. São Paulo: Hucitec, 2002.</p> <p>MIRANDA, M.I.F.; FERRIANE, M.G.C. Políticas públicas sociais para crianças e adolescentes. Goiânia: AB, 2001.</p> <p>NÓBREGA, F.G. Assistência primária em pediatria. São Paulo: Artes Médicas, 1989.</p>	

10º PERÍODO		
Nome do componente:	Estágio em serviços de saúde II	Classificação: obrigatória
Código: MDE0134	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: () Disciplina () TCC (x) Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito: Todos os componentes anteriores, exceto UCE's e Trabalho de conclusão de curso II		
Aplicação: () Teórica (x) Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica ___/___; Prática: 420h / 28; Total 420h/28		
<p>EMENTA: Espaço de consolidação da autonomia do aluno/enfermeiro, enquanto coordenador do trabalho de enfermagem, conformando a articulação e indissociabilidade dos processos de trabalho de enfermagem (assistir/intervir, gerenciar/administrar, ensinar/aprender e investigar/pesquisar) em diferentes cenários da prática de enfermagem, nos níveis de atenção à saúde primário e secundário.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Agenda de compromissos para a saúde integral da saúde da criança e redução da mortalidade infantil. Brasília: MS, 2004.</p> <p>BRASIL, Associação Brasileira de Enfermagem; Ministério da Saúde. Adolesc er: compreender, atuar, acolher. Brasília: 2001.</p> <p>BRITO, F. C.; LITVOC, J. Envelhecimento: prevenção e promoção da saúde. São Paulo: Atheneu, 2004. EGRY, E. Y. Saúde Coletiva, construindo um novo método em enfermagem. São Paulo: Ícone, 1996.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>CAMPOS, G. W. S. Considerações sobre a arte e a ciência da mudança. In: CECÍLIO, L. C. O. (Org.). Inventando a Mudança na Saúde. São Paulo: Hucitec, 1994.</p> <p>ISSLER, H. LEONE, C. MARCONDES E. Pediatria na atenção primária. São Paulo: Sarvier, 1999.</p>		

MENDES-GONÇALVES, R. B.; NEMES, M. I. B.; SCHRAIBER, L. B. Saúde do adulto: programa e ações na unidade básica. São Paulo: Hucitec, 2002.

MIRANDA, M.I.F.; FERRIANE, M.G.C. Políticas públicas sociais para crianças e adolescentes. Goiânia: AB, 2001.

NÓBREGA, F.G. Assistência primária em pediatria. São Paulo: Artes Médicas, 1989.

11.1 EMENTÁRIO DOS COMPONENTES OPTATIVOS

OPTATIVA	
Nome do componente:	Metodologia da investigação em saúde coletiva
Classificação:	Optativa
Código: MDE0036	Avaliado por: (x) Nota () Conceito
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito:	
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica _30h / 02; Prática: 30/02 /; Total 420h/28	
<p>EMENTA: Abordagem da teoria e prática de investigação em saúde coletiva. Correntes filosóficas que embasam a produção do conhecimento em saúde coletiva. A investigação em saúde coletiva, enquanto pesquisa social. Métodos e técnicas de pesquisa em saúde coletiva.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CAMPOS, G. W. de S. et al. (Orgs.). Tratado de saúde coletiva. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 2006.</p> <p>GIOVANELLA, L. et al (orgs.) Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.</p> <p>MENDES, E. V. (Org.) Distrito sanitário: O processo social de mudança das práticas sanitárias do sistema único de saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1995.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>	

COSTA, N. do R.. Lutas urbanas e controle sanitário. Origens das políticas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

EGRY, E. Y. Saúde coletiva: construindo um novo método em enfermagem. São Paulo: Ícone, 1996.

ESCOREL, S.. Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

GASTÃO, W. de S. C. Saúde Paidéia. 2ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 2003. PAIM, J. S. O que é o SUS. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

OPTATIVA		
Nome do componente:	Educação popular em saúde	Classificação: Optativa
Código: MDE0041	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: () Disciplina () TCC (x) Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: (X) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica _60h / 04; Prática: /; Total 420h/28		
<p>EMENTA: Concepções de educação, classe e popular. Educação popular em saúde como referencial teórico metodológico para as práticas educativas na saúde, contribuindo para autonomia dos sujeitos, respeitando sua cultura, história e memória. Análise crítica sobre o papel da educação junto aos setores populares, visando compreender a importância da organização coletiva nos movimentos sociais, bem como o papel ampliado da educação como prática social. Discussão da Política Nacional de Educação Popular em Saúde. Compreensão da importância da educação no setor saúde. Produção de materiais referenciados na Educação Popular em saúde, visando à prevenção de doenças e promoção da saúde.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRANDÃO, C. R. Lutar com a palavra. Rio de Janeiro: Graal, 1982. FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. Sobre Educação (Diálogos). 3ª ed. Rio: Paz e Terra; 2003.		
GARCIA, M.A.A. Saber, agir e educar: o ensino-aprendizagem em serviços de saúde. Interface		

– Comunic Saúde Educ 2001. VASCONCELOS, E.N. Educação popular e a atenção à saúde da família. São Paulo: HUCITEC, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários a prática educativa. 33ª ed. São Paulo: Paz e terra; 2006.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.;1994.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 28ª ed; São Paulo: Paz e terra, 2000. FREIRE, P. Política e Educação: ensaios. São Paulo: Cortez; 1993.

OPTATIVA		
Nome do componente:	As práticas integrativas e os cuidados humanescentes em saúde	Classificação: Optativa
Código: MDE0069	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: () Disciplina () TCC (x) Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 30h / 02; Prática: 30h / 02; Total 60h / 04		
<p>EMENTA: Saúde e espiritualidade. Introdução à Medicina Tradicional Chinesa, Sistema Ayurveda, Saberes da tradição. Contexto histórico das práticas integrativas e complementares em saúde, suas bases legais, racionalidades e recursos terapêuticos no âmbito da Política Nacional e Estadual de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC no SUS. PICS no universo da pesquisa. Cuidados Humanescentes em saúde.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BARROS et al. Complementary and alternative medicine in Brazil: one concept, different meanings. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro. 2006; n 22, p 2023-2039.		
CARDOSO, M. C. A. O trabalho como determinante do processo saúde-doença. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 27, n. 1. 2014. p. 73-93.		

FILHO M. Sociólogos estudam procura por medicina alternativa. Jornal da Unicamp. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. PORTARIA Nº 702, DE 21 DE MARÇO DE 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC.

BRASIL. PORTARIA Nº 849, DE 27 DE MARÇO DE 2017 Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

BRASIL. Portaria GM Nº 971, de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.

OPTATIVA	
Nome do componente:	Bioestatística Classificação: optativa
Código: MDM0012	Avaliado por: (x) Nota () Conceito
Departamento de origem: Departamento de Matemática e Estatística- DME	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
Pré-requisito: Não se aplica	
Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica 30h/02; Prática: 30/02: Total 60/04	
EMENTA: Noções fundamentais; Distribuição de frequência; Medidas de tendência central; Medidas de dispersão; Teoria da probabilidade; Variáveis aleatórias e distribuição de probabilidade; Distribuição binomial; Distribuição normal; Teoria da amostragem; Estimção de parâmetros; Teste de hipóteses; Distribuição de qui-quadrado; Regressão e correlação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
VIEIRA, S. Introdução à bioestatística 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 203 p. ISBN	

85- 352-0259-5.

MEYER, P L. Probabilidade Aplicações à Estatística. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1983.

TOLEDO, G L; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

459 p. ISBN 85-224-1791-1. Fonseca, Jairo Simon da. Curso de Estatística. Editora Atlas

MORETTIN, L. G. Estatística Básica: Probabilidade 7. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006. p. 210 v. 1. ISBN 85-346-1062-2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALLEGARI-JACQUES, S. M. Bioestatística princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003. 255 p. il. ISBN 978-85-363-0092-4.

PAGANO, M; GAUVREAU, K. Princípios de bioestatística São Paulo: Cengage Learning, 2013. 506 p. il. ISBN 978-85-221-0344-7.

MANN, P. S.. Introdução à estatística 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 758 p. il. ISBN 978- 85-216-1506-4.

AZEVEDO, P. R. M.. Estatística I: Notas de Aulas. [S.l.]: Cooperativa Cultural

Universitária

- UFRN p. 81.

LARSON, Ron. Estatística aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 637 p. ISBN 978-85-7605-372-9.

OPTATIVA		
Nome do componente:	Pesquisa Clínica e Epidemiológica	Classificação: Optativa
Código: MDE0001	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito Não se aplica		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60h /04; Prática: -- / -- Total 60h / 04		
EMENTA: Pesquisa Baseada em Evidência; Saúde e Enfermagem Baseadas em Evidência. Metassíntese, revisões sistemática e integrativa de literatura. Estudo dos delineamentos de pesquisas clínicas e epidemiológicas: estudos transversais e de coorte; estudos de caso-controle; ensaios clínicos randomizados; delineamentos alternativos aos ensaios clínicos randomizados. Estudos metodológicos.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HULLEY, S. B. et al. **Delineando a pesquisa clínica**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

MEDRONHO, R. A. et al. **Epidemiologia**. 2. ed. Rio de Janeiro, Atheneu, 2008.

ROEVER, L. **Guia prático de revisão sistemática e metanálise**. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2019.

LACERDA, M. R.; COSTENARO, R. G. S. (orgs.) **Metodologias da pesquisa para a enfermagem e saúde: da teoria à prática**. 1. reimpressão. Porto Alegre: Moriá, 2018.

MOREIRA, T. M. M et al. (orgs.). **Tecnologias para a promoção e o cuidado em saúde**. Fortaleza: EdUECE, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MOREIRA, T. M. M.; BORGES, J. W. P.; GARCES, T. S. (orgs.). **Instrumentos em enfermagem e saúde: construção, validação e utilização**. Curitiba: CRV, 2019.

TEIXEIRA, E. (org.). **Desenvolvimento de tecnologias cuidativo-educacionais**. Porto Alegre: Moriá, 2017.

NIETSCH, E. A.; TEIXEIRA, E.; MEDEIROS, H. P. (orgs.). **Tecnologias cuidativo-educacionais: uma possibilidade para o empoderamento do enfermeiro (a)?**. Porto Alegre: Moriá, 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

VIEIRA, S. **Introdução à bioestatística**. 5. ed. São Paulo: GEN, 2015.

OLSEN, W. **Coleta de dados: debates e métodos fundamentais em pesquisa social**. Porto Alegre: Penso, 2015.

OPTATIVA

Nome do componente:	Princípios da Bioestatística	Classificação: Optativa
Código: MDE0145	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito Não se aplica		

Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático
Carga horária/Crédito: Teórica 60h /04.; Prática:-- / -- Total 60h / 04
<p>EMENTA: Estudo dos princípios da bioestatística associado às pesquisas clínicas e estudos epidemiológicos. Definição e compreensão dos dados e variáveis em pesquisas quantitativas. Apresentação dos dados (gráficos e tabelas). Distribuição dos dados e medidas de tendência central e dispersão; medidas de frequência e associação. A inferência estatística nas pesquisas clínicas e epidemiológicas; estudo dos tipos de amostra, parâmetros e tamanho amostral; intervalo de confiança e <i>p value</i>; testes paramétricos e não paramétricos.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>OLIVEIRA FILHO, P. F. Epidemiologia e bioestatística: fundamentos para a leitura crítica. Rio de Janeiro: Rubio, 2015.</p> <p>CALLEGARI-JACQUES, S. M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>GLANTZ, S. A. Princípios de bioestatística. 7. ed. Porto Alegre: AMGHArtmed, 2014.</p> <p>VIEIRA, S. Introdução à bioestatística. 5. ed. São Paulo: GEN, 2015.</p> <p>MARTINEZ, E. Z. Bioestatística para os cursos de graduação da área da saúde. São Paulo: Blucher, 2015.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>PERERA, R.; HENEGHAN, C.; BADENOCH, D. Ferramentas estatísticas no contexto clínico. Porto Alegre, Artmed, 2010.</p> <p>PAGANO, M; GAUVREAU, K. Princípios de bioestatística São Paulo: Cengage Learning, 2013. 506 p. il. ISBN 978-85-221-0344-7.</p> <p>MANN, P. S.. Introdução à estatística 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 758 p. il. ISBN 978-85-216-1506-4.</p> <p>TOLEDO, G L; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1995. 459 p. ISBN 85-224-1791-1.Fonseca, Jairo Simon da. Curso de Estatística. Editora Atlas</p> <p>MORETTIN, L. G. Estatística Básica: Probabilidade 7. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006. p. 210 v. 1. ISBN 85-346-1062-2.</p> <p>AGRESTI, A.; FINLAY, B. Métodos estatísticos para as ciências sociais. 4. ed. Porto Alegre:</p>

Penso, 2012.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. G.; ROWE, R. **Estatística sem matemática para as ciências da saúde**. Porto Alegre: Penso, 2017.

OPTATIVA

Nome do componente:	Bioestatística com o uso de software estatístico	Classificação: Optativa
----------------------------	--	--------------------------------

Código: MDE0002	Avaliado por: (x) Nota () Conceito
------------------------	--

Departamento de origem: DEN	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE
---------------------------------------	---

Pré-requisito Não se aplica

Aplicação: () Teórica () Prática (x) Teórico-prático

Carga horária/Crédito: Teórica 30h /02.; Prática: 30 / 02 Total 60h / 04

EMENTA: Aplicação da bioestatística com a utilização de *software* estatístico. Estudo dos instrumentos de coleta de dados para pesquisas quantitativas. Construção de bancos de dados com a utilização de editores de planilhas. Apresentação gráfica dos dados. Exploração de dados com uso de *softwares* estatísticos: Frequências; testes de normalidade e homogeneidade. Estudo dos dados categóricos: teste do qui-quadrado de Pearson. Correlação, regressão e testes de comparação de média.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIELD, A. **Descobrimo a estatística com o uso do SPSS**. 2. ed. Porto Alegre, Artmed, 2009.

BRUNI, A. L. **SPSS: guia prático para pesquisadores**. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA FILHO, P. F. **Epidemiologia e bioestatística: fundamentos para a leitura crítica**. Rio de Janeiro: Rubio, 2015.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GLANTZ, S. A. **Princípios de bioestatística**. 7. ed. Porto Alegre: AMGHArtmed, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VIEIRA, S. **Introdução à bioestatística**. 5. ed. São Paulo: GEN, 2015.

HULLEY, S. B. et al. **Delineando a pesquisa clínica**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

MEDRONHO, R. A. et al. **Epidemiologia**. 2. ed. Rio de Janeiro, Atheneu, 2008.

PAGANO, M; GAUVREAU, K. Princípios de bioestatística São Paulo: Cengage Learning, 2013. 506 p. il. ISBN 978-85-221-0344-7.

MARTINEZ, E. Z. Bioestatística para os cursos de graduação da área da saúde. São Paulo: Blucher, 2015.

AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. G.; ROWE, R. **Estatística sem matemática para as ciências da saúde**. Porto Alegre: Penso, 2017.

OPTATIVA		
Nome do componente:	Língua brasileira de sinais	Classificação: Optativa
Código: MLV0135	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Departamento de Letras Vernáculas	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito Não se aplica		
Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica 60h /04.; Prática: 0 / 0 Total 60h / 04		
<p>EMENTA: Compreensão da importância da Língua Brasileira de Sinais – Libras para a comunidade surda e ouvinte. Conhecimento histórico, filosófico e legal da Libras e da educação dos surdos. Aprendizado inicial da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos gramaticais da Libras. Conversação em Libras.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>FELIPE, Tanya A., MONTEIRO, Myrna. Libras em contexto. 7ª ed. Rio de Janeiro: Wall Print, 2008.</p> <p>QUADROS, Ronice M. de e KARNOPP, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.</p> <p>CEFET/SC. Aprendendo Língua Brasileira de Sinais como Segunda Língua: apostila</p>		

elaborada pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina. Santa Catarina: Cefet/SC, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GESSER, Audrei. LIBRAS? Quem língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscilla e

NAKASATO, Ricardo. LIBRAS: conhecimento além dos sinais. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2011.

RAPHAEL, Walkíria Duarte e CAPOVILLA, Fernando César. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 1 São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 2, São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 3, São Paulo: EDUSP, 2005.

OPTATIVA		
Nome do componente:	Relações Étnicas e Raciais	Classificação: Optativa
Código: MCS0118	Avaliado por: (x) Nota () Conceito	
Departamento de origem: Departamento de Ciências Sociais e Políticas – Curso de Ciências Sociais (Licenciatura) - FAFIC	Grupo: (x) Disciplina () TCC () Estágio () Internato () UCE	
Pré-requisito:		

Aplicação: (x) Teórica () Prática () Teórico-prático

Carga horária/Crédito: Teórica 60h /04.; Prática: 0 / 0 Total 60h / 04

EMENTA: A questão racial no Brasil: desdobramentos na formação social e cultural do país; os conceitos de raça e etnia na literatura sócio-antropológica; racismo, sexismo e subalternidade na sociedade brasileira; reconhecimento e valorização do povo negro e dos povos indígenas: as leis 10.639/03 e 11.645/08; educação para as relações étnico-raciais: o sistema educacional brasileiro e as políticas e ações afirmativas; práticas pedagógicas e relações étnico-raciais na escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites — século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARRUTI, José Maurício Andion. *Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 57-94, 1995.

BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECADI, 2013;

BRASIL, Ministério da Educação. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L. e CARVALHO, Maria Rosário G. de. 1992. Os POVOS indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico. In *História dos índios do Brasil* (Organização) CUNHA, Manuela Carneiro da. São Paulo: Companhia das letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03*. Ministério da Educação: Brasília, 2012.

GONZALES, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244;

HASELBALG, Carlos. Raça, classe e mobilidade In GONZALES, Lélia & HASELBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

MAIO, Marcos Chor (Org.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB,

1996.

MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. Quilombismo: um conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileiras In *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *A presença indígena no Nordeste: processos de desterritorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

QUILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* Rio de Janeiro: Graal. 1983.

11.2 EMENTÁRIO DAS UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

UNIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO		
Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão	Classificação: obrigatória
Código: UCE0001	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (x) UCE ()	
Pré-requisito:		
Aplicação: () Teórica (x) Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica ___/___ Prática: ___/___; Total: <u>30/02</u>		

EMENTA: Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ao critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ao critério do docente proponente.

UNIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO

Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão	Classificação: obrigatória
Código: UCE0012	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (x) UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: () Teórica (x) Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica ___/___ Prática: ___/___; Total: <u>30/02</u>		
<p>EMENTA: Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ao critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ao critério do docente proponente.</p>		

UNIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO

Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão	Classificação: obrigatória
----------------------------	--------------------------------	-----------------------------------

Código: UCE0013	Avaliado por: () Nota (x) Conceito
Departamento de origem: DEN	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (x) UCE ()
Pré-requisito:	
Aplicação: () Teórica (x) Prática () Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica ___/___ Prática: ___/___; Total: <u>30/02</u>	
EMENTA: Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ao critério do docente proponente.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ao critério do docente proponente.	

UNIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO		
Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão	Classificação: obrigatória
Código: UCE0004	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (x) UCE ()	
Pré-requisito:		
Aplicação: () Teórica (x) Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica ___/___ Prática: ___/___; Total: <u>30/02</u>		

EMENTA: Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ao critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ao critério do docente proponente.

UNIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO

Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão	Classificação: obrigatória
Código: UCE0015	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (x) UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: () Teórica (x) Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica ___/___ Prática: ___/___; Total: <u>45/03</u>		
<p>EMENTA: Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ao critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ao critério do docente proponente.</p>		

UNIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO

Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão	Classificação: obrigatória
----------------------------	--------------------------------	-----------------------------------

Código: UCE0036	Avaliado por: () Nota (x) Conceito
Departamento de origem: DEN	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (x) UCE ()
Pré-requisito:	
Aplicação: () Teórica (x) Prática () Teórico-prático	
Carga horária/Crédito: Teórica ___/___ Prática: ___/___; Total: <u>45/03</u>	
EMENTA: Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ao critério do docente proponente.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ao critério do docente proponente.	

UNIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO

Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão	Classificação: obrigatória
Código: UCE0017	Avaliado por: () Nota (x) Conceito	
Departamento de origem: DEN	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (x) UCE ()	
Pré-requisito:		
Aplicação: () Teórica (x) Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica ___/___ Prática: ___/___; Total: <u>45/03</u>		

EMENTA: Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ao critério do docente proponente.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ao critério do docente proponente.

UNIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO		
Nome do componente:	Unidade Curricular de Extensão	Classificação: obrigatória
Código: UCE0058		Avaliado por: () Nota (x) Conceito
Departamento de origem: DEN	Grupo: () Disciplina () TCC () Estágio () Internato (x) UCE	
Pré-requisito:		
Aplicação: () Teórica (x) Prática () Teórico-prático		
Carga horária/Crédito: Teórica ___/___ Prática: ___/___; Total: <u>45/03</u>		
<p>EMENTA: Unidade Curricular de Extensão com ementa a ser definida no projeto de extensão a critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ao critério do docente proponente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ao critério do docente proponente.</p>		

12. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação da UERN é estabelecido no Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº 01/2022 - CONSUNI, de 8 de fevereiro de 2022, com alteração posterior, aprovada pela Resolução nº 11/2022 - CONSUNI, de 20 de dezembro de 2022.

A avaliação de rendimento escolar se constitui em um movimento potencializador do processo de formação, na medida em que é concebida como atividade inerente a este processo; está articulado às atividades acadêmicas e desenvolve-se transversalmente em todos os momentos do curso, considerando as sucessivas aproximações do aluno com as temáticas e experiências vivenciadas.

A avaliação do ensino-aprendizagem é um dos componentes indispensáveis do PPC de Enfermagem da FAEN, tem como foco o aluno como sujeito da aprendizagem e o professor como facilitador do processo, possibilitando articular ações e estratégias pedagógicas promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Constituindo a prática de pensar e repensar a formação do enfermeiro para a construção de um profissional crítico e reflexivo, capaz de compreender e intervir na Atenção à Saúde através do Cuidado de Enfermagem em atendimento às necessidades de saúde.

A prática avaliativa do processo ensino/aprendizagem do curso de enfermagem está em sintonia com a proposta de avaliação da UERN, conforme as prerrogativas legais do CONSEPE discentes objetivando o ensino problematizador e a aprendizagem significativa, humanescentes e transformadora.

A avaliação do rendimento escolar deve ser feita através de atividades desenvolvidas nos componentes curriculares, de forma que contemple os princípios formativos já elencados; abrange como critérios a assiduidade e o aproveitamento, ambos eliminatórios por si mesmos, mas que não devem perder de vista a sobreposição dos aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos e vice-versa.

A frequência a todas as atividades acadêmicas constitui critério obrigatório para a aprovação do discente nos componentes curriculares, sendo obrigatório o cumprimento mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nos componentes teóricos e teórico - práticos, e 100 % (cem por cento) no Estágio Curricular Obrigatório. O aproveitamento do discente deverá ser avaliado de acordo com o que está previsto nos instrumentos normativos de avaliação da UERN.

Será considerado aprovado por média, em cada componente curricular de (03) créditos ou mais, o aluno, cuja média ponderada das avaliações for igual ou superior a 7,0 (sete) calculada conforme a seguinte fórmula:

$$MP = (A1 \times 4) + (A2 \times 5) + (A3 \times 6) / 15$$

Nos componentes curriculares de (02) crédito, será aprovado por média o(a) estudante que obtenha média ponderada igual ou superior a sete, nas duas avaliações parciais, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$MP = (A1 \times 4) + (A2 \times 5) / 9$$

Onde MP é média parcial, A1 é a nota da primeira avaliação, A2 é a nota da segunda avaliação e A3 é a nota da terceira avaliação.

O(A) estudante cuja média parcial - MP calculada for igual ou superior a quatro e menor que sete deverá prestar exame final - EF. O prazo mínimo para realização de exame final é de cinco dias úteis, contados da publicação oficial, pelo(a) docente, do resultado da média parcial.

Para o aluno que prestar exame final, será considerado aprovado quando obtiver a média mínima 6,0 (seis), resultante da média parcial e do exame final obtido a partir da seguinte fórmula:

$$MF = MP + EF / 2$$

Onde MF é média final, MP é média parcial e EF é a nota do exame final.

O instrumento utilizado para o registro do rendimento escolar do aluno é o Diário de Classe e o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), sistema informatizado, que administra todos os registros acadêmicos dos discentes da Instituição, junto à Diretoria de Admissão, Registro e Controle Acadêmico (DIRCA), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) da UERN.

A avaliação do processo de aprendizagem no âmbito da FAEN é concebida de forma processual e dinâmica, estando diretamente articulada ao cotidiano acadêmico e efetivada ao longo de todo o processo de formação. Os instrumentos de avaliação são selecionados e propostos pelos professores em cada Programa Geral do Componente Curricular. A avaliação deve ser constituída por avaliação formativa e somativa. A avaliação formativa é realizada ao longo do período letivo, com o intuito de verificar se os discentes estão atingindo os objetivos propostos, enquanto a avaliação somativa acontece durante cada unidade no intuito de verificar os níveis de aproveitamento dos estudantes previamente estabelecidos.

Na formação do enfermeiro da FAEN, podemos evidenciar o processo avaliativo para além da lógica classificatória. Propõe-se ressignificar os caminhos formativos transformadores em busca do perfil profissional, humano, autônomo e com responsabilidade social, para atuar com qualidade, efetividade e resolutividade, em todas as esferas do Sistema Único de Saúde.

13. RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

13.1. RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

O curso de graduação em enfermagem da FAEN é composto por 24 docentes efetivos, 07 técnicos de nível superior e 01 técnico de nível médio.

O perfil dos docentes corresponde às exigências dos componentes curriculares comuns à área de saúde, pertencentes ao currículo de enfermagem com formação em nível de Pós-Graduação *Lato* ou *Strictu Sensu* na área específica e/ou afins.

Quadro 25. Corpo docente efetivo do curso de enfermagem.

Nome	Titulação	Área	Regime de trabalho
Alcivan Nunes Vieira	Doutor	Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	40 horas com DE
Amélia Carolina Lopes Fernandes	Doutora	Ciências Fisiológicas	40 horas com DE
Ana Karinne de Moura Saraiva	Doutora	Enfermagem	40 horas com DE
Andrezza Graziella Vieira Pontes	Mestre	Saúde Coletiva	40 horas com DE
Cintia Mikaelle Cunha Santiago Nogueira	Mestre	Saúde e Sociedade	40 horas com DE
Dayane Pessoa de Araújo	Doutora	Farmacologia	40 horas com DE
Deivson Wendell da Costa Lima	Doutor	Enfermagem psiquiátrica	40 horas com DE
Érica Louise de Souza Fernandes Bezerra	Mestre	Enfermagem	40 horas com DE
Fátima Raquel Rosado Moraes	Doutora	Psicologia	40 horas com DE
Francisca Patrícia Barreto de Carvalho	Doutora	Enfermagem	Cedida a FAPERN
Francisco Rafael Ribeiro Soares	Doutor	Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	40 horas com DE

Isabel Cristina Amaral de Souza Rosso Nelson	Doutora	Educação	40 horas com DE
Johny Carlos de Queiroz	Mestre	Enfermagem	40 horas com DE
Kalidia Felipe de Lima Costa	Doutora	Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	40 horas com DE
Katamara Medeiros Tavares	Mestre	Educação	40 horas com DE
Kelianny Pinheiro Bezerra	Doutora	Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	40 horas com DE
Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega	Doutora	Ciências da saúde	40 horas com DE
Lucídio Clebeson de Oliveira	Doutor	Neurociências	40 horas com DE
Lucineire Lopes de Oliveira	Doutora	Ciências Sociais	40 horas com DE
Magda Fabiana do Amaral Pereira Lima	Mestre	Saúde Pública	40 horas com DE
Maria Carmélia Sales do Amaral	Especialista	Obstetrícia	40 horas
Renata Janice Morais Lima Ferreira Barros	Mestre	Saúde e sociedade	40 horas
Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes	Doutora	Ciências Sociais	40 horas com DE
Wanderley Fernandes da Silva	Mestre	Meio Ambiente e Desenvolvimento	40 horas

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

Quadro 26. Técnicos Administrativos lotados no curso de enfermagem

NOME	FUNÇÃO	SETOR	REGIME DE TRABALHO	LOTAÇÃO
Aline Karoline da Silva Araújo	Técnico de Nível Superior Especializado - Bibliotecária	Biblioteca Setorial - FAEN	30 horas	DIREÇÃO/F AEN
Erika Barboza de Souza	Técnico de Nível Superior	Departamento	30 horas	DEN/FAEN
Hosana Mirelle Goes e Silva Costa	Técnico de Nível Superior Especializado - Técnico de laboratório	Ambulatório e Laboratório	30 horas	DEN/FAEN
Joseane Garcia da Silva Bibiano	Técnico de Nível Superior	Direção	30 horas	DIREÇÃO/F AEN
Juliane Kaliane da Rocha Jerônimo	Técnico de Nível Médio	Secretária de Curso de pós graduação lato sensu - Programa de Residência Multiprofissional	30 horas	DIREÇÃO/F AEN
Lázaro Emerson Soares	Técnico de Nível Médio	Ambulatório	30 horas	DEN/FAEN
Nalice Cabral da Silva	Técnico de Nível Superior	Departamento de Enfermagem	30 horas	DEN/FAEN
Natália Teixeira Fernandes	Técnico de Nível Superior Especializado - Técnico de laboratório	Ambulatório e Laboratório	30 horas	DEN/FAEN

Fonte: Faculdade de Enfermagem - FAEN/UERN, 2023.

13.2. RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS

Com o aumento do número de vagas para 40 e considerando que o curso ofertará 02 entradas se faz necessário o acréscimo de pessoal para suprir as necessidades do curso, sendo avaliada de forma mais criteriosa e responsável no decorrer do processo.

13.3. POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO

A capacitação da UERN está ancorada no Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026 (PDI, aprovado pela Resolução 34/2016 - CONSUNI), nas resoluções institucionais que regem ou incentivam a liberação dos servidores para pós-graduação, bem como em ações da Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas e Qualidade de Vida – DDPQV/PROGEP. Por comporem o quadro de trabalhadores desta Instituição de Ensino Superior (IES), os docentes e técnicos da Faculdade de Enfermagem são regidos e beneficiados por esse rol legislativo e de ações disponibilizadas.

O PDI aponta no processo histórico da universidade, o ano de 1987 (com sua estadualização) como relevante para a capacitação de servidores já que, por ocasião do concurso público, foram elaborados planos de carreira para docentes e corpo técnico-administrativo e, ainda, um pouco mais à frente, um plano de capacitação docente, num impulso à profissionalização do corpo docente e a consequente produção de conhecimentos oriundos da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ainda, nas políticas diversas balizadas no referido documento, a capacitação aparece nas diretrizes, metas e suas ações de curto, médio ou longo prazo para o decênio 2016-2026. A Política de Gestão assinala a ação de “qualificar a gestão acadêmica e administrativa em todos os níveis, com foco na capacitação dos recursos humanos, na utilização dos sistemas de informação e no processo de planejamento e avaliação” (UERN, 2016, p. 33). Já nas diretrizes da Dimensão Organizacional / Gestão de Pessoas, é revelada a Diretriz “Adequação dos processos de capacitação e formação dos servidores de acordo com as competências profissionais necessárias ao atendimento dos procedimentos acadêmicos e administrativos” (UERN, 2016, p. 36).

Na Política de Ensino de Graduação, o PDI baliza a efetivação de uma política de capacitação continuada para o exercício da docência no ensino superior, a partir das políticas vigentes e das mudanças no cotidiano da sociedade (UERN, 2016, p. 53). Para tal, elenca, enquanto ação de médio prazo, a aprovação e implantação de política de capacitação e formação técnica e ética dos servidores além do fortalecimento do Departamento de Docência Universitária, objetivando promover a capacitação continuada para o exercício da docência no ensino superior (UERN, 2016). O Ensino de Pós-graduação também contempla a capacitação de servidores na Diretriz III, sobre o Aperfeiçoamento da política de capacitação de pessoal (docente e técnico) em nível de pós-graduação, cujas metas são: ofertar anualmente vagas a docentes e técnicos em

programas de pós-graduação *stricto sensu* da Instituição; estabelecer parcerias com 12 instituições e programas de pós-graduação *stricto sensu* nacionais e internacionais de referência, visando à capacitação de docentes e técnicos; ampliar a oferta de programas na modalidade Doutorado Interinstitucional (DINTER), viabilizando a oferta de 8 (oito) cursos na Instituição (UERN, 2016, p. 60).

Durante o período de 2021-2024, docentes do Departamento de Enfermagem encontram-se beneficiados com a oportunidade de cursar DINTER, fruto da articulação entre UERN e Universidade Estadual do Ceará (UECE), através do Programa de Pós-graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, o que aponta para a materialização do proposto no PDI para os professores do DEN.

Na Política de Pesquisa e Inovação, a Diretriz Consolidação da pesquisa acadêmica versa sobre a expansão do número de docentes em pós-doutorados para, no mínimo, 10 ao ano, como estratégia de fortalecimento da capacitação nesse nível. Após a conclusão do referido DINTER UERN/UECE, cinco professores do DEN estarão diplomados com o título de doutor. Ademais, a referida Política prevê fortalecimento dos grupos de pesquisa e a capacitação do servidor técnico para atendimento às demandas administrativas, esta última prevista em Resolução nº 027/2017 - CONSEPE (Aprova as Normas de Capacitação do Pessoal Técnico Administrativo da UERN).

As resoluções da UERN também respaldam a capacitação dos seus servidores, incluindo os da FAEN, ao passo que fincam as estratégias e normas de liberação do pessoal docente e técnico em legislação própria – Resolução Nº 45/2012 e Resolução N.º 049/2021 - CONSEPE – buscando o desenvolvimento científico e pedagógico através de habilidades adquiridas, respaldando financeiramente o trabalhador liberado e garantindo seu retorno à UERN para as contribuições advindas da pós-graduação vivenciada. Além da liberação, resoluções de fomento à pesquisa e permanência nas pós-graduações para docentes e técnicos administrativos, estão regulamentadas institucionalmente:

- Resolução nº 008/2018 - CD - Regulamenta a concessão de bolsas para os servidores técnicos administrativos no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Capacitação do Pessoal Técnico Administrativo da UERN, e revoga as Resoluções de Nºs 09 e 16/2015 – CD/FUERN.
- Resolução nº 005/2019 - CD - Regulamenta a concessão de bolsas para os servidores docentes, no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Capacitação do Pessoal Docente da UERN, e revoga a Resolução de N 09/2018 - CD/FUERN.

Não se pode deixar de mencionar a alteração Resolução nº 45/2012 - Consepe/Uern, (Aprova as Normas de Capacitação Docente da Uern da Resolução nº 049/2021 - CONSEPE - e revoga a Resolução nº 47/2010 - Consepe) no que se referiu a desatrelar a liberação docente da impossibilidade de contratação de pessoal. Trata-se de um ganho institucional e pedagógico, uma

vez que os departamentos conseguem liberar os professores para capacitação e completar o quadro com contratação, caso necessite e justifique a demanda nas instâncias devidas.

Cabe mencionar a Resolução nº 70/2021 – CONSEPE (Aprova as normas para a distribuição de carga horária docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e revoga as Resoluções de nº 36, 40 e 41/2014; nº 34/2017; nº 41/2018; nº 13 e 19/2021 – CONSEPE), por permitir (em seu Art. 10º) a atribuição de 20 (vinte) horas semanais ao docente que integrar o corpo discente de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, ofertado na Uern, mediante convênio com outras IES, na qual a Uern figure na condição de instituição receptora. É o caso dos docentes do DINTER mencionado.

Vale ressaltar que ao abordar a pauta capacitação de servidores, deve-se ter em mente que não se trata tão somente de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu*, mas também de outras formas de preparação ou processos de aprendizagem do servidor da FAEN/UERN. A instituição conta com o setor de Capacitação e Treinamento da DDPQV/PROGEP que oferta, anualmente, formação em nível de treinamento (técnico gestor, técnico em geral, docentes de modo especializado). Entre 2020 e 2021, foram 113 cursos ofertados, com a adesão de 5.159 participantes.

Foram capacitações para docentes em metodologias ativas, modalidade EaD, em parceria com a Diretoria de Ensino à Distância da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (DEAD/PROEG) que instruiu, inicialmente, formadores pedagógicos / tutores para auxílio dos professores cursistas na aprendizagem e/ou manuseio das plataformas digitais do curso, dirimindo dúvidas simples sobre esta.

Outra resolução de destaque para a pauta é a nº 54/2022 – CD (Dispõe sobre a regulamentação do Adicional de Incentivo por Capacitação (AIC) para os servidores técnicos administrativos da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Fuern)). Criado através da Lei Complementar Estadual nº 699/2022, que aprovou o Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Técnico- administrativos da FUERN e regulamentado pela Resolução nº 54/2022 – Conselho Diretor – CD/FUERN, o AIC é um benefício com vistas a incentivar a formação continuada, atualização profissional e desenvolvimento pessoal e profissional para a categoria.

Para complementar, o Plano Pluri-Anual 2020-2023 (PPA) do Estado do Rio Grande do Norte, dispõe em seu Eixo 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURA E DEFESA DA CIDADANIA, Objetivo 013, garantir a autonomia financeira da UERN para o fortalecimento da instituição. A autonomia impacta diretamente em melhorias no ensino-pesquisa-extensão-administração, reverberando na capacitação.

O PPA consiste em instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos, metas e iniciativas com o propósito de viabilizar a implantação e a gestão das políticas públicas, orientando a definição de prioridades do Governo para os próximos quatro anos. Desta

feita, já são previstas pelos setores competentes, as ações para o fortalecimento da capacitação dos servidores da instituição, para o atendimento das seguintes metas do PPA:

- Meta 0064 - Ampliar e fortalecer os programas de valorização dos servidores da FUERN;
- Meta 0114 - Ampliar os projetos institucionalizados de pesquisa científica e tecnológica com impacto em áreas de vulnerabilidade social;
- Meta 0115 - Expandir a produção científica e tecnológica qualificada do corpo docente e discente, nas diversas áreas do conhecimento;
- Meta 0119 - Capacitar em nível de doutorado servidores docentes da FUERN;
- Meta 0120 - Capacitar em nível de doutorado servidores técnicos da FUERN;
- Meta 0121 - Capacitar em nível de mestrado técnicos da FUERN;
- Meta: 0460 - Fortalecer, expandir e consolidar a UERN, em articulação com o Sistema Federal, como um grande observatório das diversas dimensões e demandas dos territórios, dotando-a de orçamento próprio sustentável e plena autonomia de gestão, possibilitando a ampliação e democratização do acesso à educação e ao conhecimento qualificado.

Portanto, apesar de haver uma política de capacitação sempre em vias de construção, as ações e a legislação dão conta das atuais demandas por formação continuada, uma vez que a existente respaldou um incremento de 3.600% no quadro de professores doutores, por exemplo, entre os anos de 2000 e 2017.

- Todo o aparato existente e mutável com o passar dos anos, a Faculdade de Enfermagem (FAEN) até o período de 2014 contava com 24 (vinte e quatro) professores efetivos: 04 (quatro) doutores, 11 (onze) mestres e 8 (oito) especialistas. Nos últimos anos, ocorreram aposentadorias e novas aquisições de docentes e a FAEN teve uma mudança na titulação dos professores. Na última atualização do PPC (2022), o DEN contava com corpo docente na seguinte composição: 11 (onze) professores com titulação de doutorado, 12 (doze) professores com titulação de mestrado e 1 (um) professor especialista. Atualmente (primeiro semestre de 2023), são 15 (quinze) doutores, 8 (oito) mestres e 1 (um) especialista. Dos docentes com titulação de mestrado, 6 (seis) encontram-se em fase de finalização do doutorado.

Desta forma, em médio prazo (até 2024) serão 21 (vinte e um) doutores no Departamento de Enfermagem.

No que se refere ao corpo técnico, a FAEN conta, atualmente, com 02 técnicos de nível médio e 06 técnicos de nível superior (01 doutora, 03 mestres e 04 especialistas).

Pensando na necessidade de acompanhamento da qualificação do corpo docente e técnico da faculdade para melhoria no desempenho das atividades inerentes ao curso, bem como para possibilitar o desenvolvimento de estratégias e metas que promovam o desenvolvimento científico e pedagógico da FAEN, que é proposta uma Política de capacitação da FAEN. Tal política preza

pelas diretrizes do PDI, respeita as resoluções de liberação para capacitação docente e de técnicos e se insere nas ações do setor de Capacitação de Treinamento. A Política tem como objetivos:

- Proporcionar o aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais a fim de promover a qualificação do ensino, pesquisa e extensão em Enfermagem;
- Valorizar a qualificação do corpo docente e técnico através da formação acadêmica por meio de mestrado, doutorado e pós-doutorado;
- Favorecer o desenvolvimento de educação continuada, através de estratégias e ações que permitam a sua constante atualização;
- Promover o aperfeiçoamento didático-pedagógico dos docentes através de estratégias e ações que estimulem a adoção de práticas pedagógicas inovadoras, visando o incremento dos padrões de qualidade de ensino.

Para sua implementação, esta Política está firmada em ações ou estratégias que vão desde a participação em cursos de aperfeiçoamento promovidos pela própria Unidade Acadêmica, até a organização de um Doutorado Interinstitucional (DINTER), firmação de parcerias com núcleo de extensão, dentre outros.

Atualmente na UERN, contamos com programas de pós-graduação *stricto sensu* que vem capacitando docentes e técnicos da Faculdade de Enfermagem, além de servir como meio de inserção do corpo docente na prática científica através do credenciamento dos mesmos como professores colaboradores ou permanentes desses programas. Dentre eles podemos citar: o Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas, que tem como objetivo capacitar e formar mestres e doutores capazes de promover o desenvolvimento da área básica através da qualificação moderna, diferenciada e de excelência na área; o Programa de Pós-Graduação em Saúde e Sociedade, que visa formar pessoal qualificado nas diversas áreas da saúde e áreas afins, para as atividades assistenciais, de ensino e de pesquisa com objeto de estudo voltado para o campo da saúde; o Programa de Pós-Graduação em Educação, que busca formar profissionais com capacidade de empreender um exercício de reflexão e de crítica sobre processos formativos que envolva os sujeitos nos espaços escolares e não-escolares, pensando numa inserção mais acurada desses sujeitos na realidade que os cerca.

Somando-se aos programas aludidos, a parceria encabeçada pela FAEN com o Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Ceará (UECE) implementou, no ano de 2020, um DINTER em Mossoró / Fortaleza na perspectiva de formar, prioritariamente, docentes dos cursos de Enfermagem da UERN.

Além da Pós-Graduação *stricto sensu* a FAEN conta com o Núcleo de Práticas Integrativas e Complementares (NUPICS), que vem atuando como meio de inserção e capacitação de docentes e técnicos da FAEN, através dos cursos que organiza, voltados para os trabalhadores de saúde em

geral e que vêm despertando interesse de docentes e técnicos para essa área de atuação tão relevante aos cuidados da população.

Há cursos também ofertados pela Escola Integrada de Saúde da UERN, uma escola de extensão da FAEN que tem por princípio desenvolver e estimular atividades de extensão sobre temáticas relacionadas à saúde em seus espaços acadêmicos, bem como em cooperação com outras instituições, de forma permanente e indissociável do ensino e da pesquisa, intensificando o contato da Universidade com os demais setores da sociedade, administrando, organizando e oferecendo cursos, minicursos, oficinas e eventos de extensão, assim como eventos científicos relacionados à saúde para a comunidade interna e externa da UERN, oferecendo subsídios para o ensino e pesquisa, ampliando assim a efetividade da articulação de conhecimentos entre a Universidade, o serviço e comunidade.

Outros eventos organizados pela Unidade Acadêmica e seus grupos de pesquisa também são espaços de aprendizagem, uma vez que ofertam cursos e minicursos em áreas específicas da Enfermagem e contribuem para o fortalecimento da prática docente dos que deles usufruem, a saber: Semana de Enfermagem, Curso de bioestatística ofertado pelo grupo de pesquisa Atenção à Saúde do Adulto e Idoso.

O plano de capacitação de recursos humanos da FAEN deve ser administrado pelo coordenador(a) do curso e diretor(a) da faculdade. Cabe a este(a): gerenciar todas as atividades de apoio administrativo aos cursos e aos seus participantes; estimular os servidores a se capacitarem; fornecer informações sobre cursos, programas de pós-graduação, atividades e ações pedagógicas de capacitação continuada disponíveis na instituição; priorizar os docentes e técnicos da faculdade na participação de cursos de extensão, pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, ações e outros programas de capacitação desenvolvidos pela FAEN.

Diante do cenário colocado e das demandas emergentes na sociedade, que refletem na formação acadêmica, são lançadas perspectivas e desafios futuros para a capacitação dos servidores lotados na FAEN, como: reorganização e manutenção do Plano de Capacitação Docente e Técnico em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado; organização e realização de eventos com objetivo de capacitar docentes para o processo ensinar/aprender dentro das novas concepções definidas pelo Projeto Pedagógico de Curso; apoio à participação dos docentes e técnicos em eventos científicos em nível nacional e internacional; apoio à participação dos docentes/pesquisadores de outras IES nos eventos realizados pela FAEN; estimular a participação dos docentes e técnicos nos programas de melhorias de qualidade de vida materializados em ações de saúde, lazer, esporte e à cultura, entre outras; estimular a atuação/credenciamento de docentes da FAEN nos programas de pós-graduação em nível *stricto sensu*.

14. INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA

A FAEN faz parte da infraestrutura do Campus Central da UERN, o qual tem sua sede na BR 110, km 46, Avenida Professor Antônio Campos s/n, CEP 59633-010, Bairro Costa e Silva em Mossoró-RN. A sede da FAEN conta com um espaço físico descentralizado da sede, ocupando um prédio histórico, localizado à Rua Desembargador Dionísio Filgueira, 383, Centro, Mossoró - RN, 59610-090. Está instalada em uma estrutura predial térrea, na forma de um retângulo com dois acessos, uma área descoberta de convivência, formada por um jardim, mesas e bancos de alvenaria, destaca-se também uma estrutura do tipo refeitório, promovendo mais conforto para os momentos das refeições.

Utiliza-se, quando necessário, infraestrutura - principalmente aparatos estruturais e materiais - da sede do Campus Central e da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS), sobretudo auditórios, salas especiais para práticas artísticas e desportivas, entre outros.

14.1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

- Sala da Direção da FAEN / chefia do DEN

Ambiente climatizado compartilhado pela direção/vice-direção da FAEN e pela Chefia/Subchefia do Den. Como somos uma unidade acadêmica que conta com apenas um departamento e devido às necessidades acadêmicas e administrativas do curso, há um compartilhamento bastante harmonioso do local. O espaço conta com os seguintes utensílios: mesa redonda com 4 cadeiras acolchoadas sem braço, fixas; 2 cadeiras acolchoadas sem braço giratórias, duas mesas de trabalho, 2 armários, 2 desktops e uma impressora;

- Sala de pequenas reuniões / orientações individuais e em grupo

Sala climatizada vizinha à sala da Direção da Faen / Chefia do Den, separada das demais por portas com chaves, contendo: uma mesa grande, elíptica, 6 cadeiras de plástico sem braços, 2 cadeiras acolchoadas giratórias, 1 frigobar, 2 armários de aço, 1 mesa com desktop e outra com impressora;

- Secretaria da FAEN e do DEN

Espaço climatizado que funciona como recepção da unidade, onde constam as estações de trabalho da secretaria da Faen e do Den. Conta com: 1 bancada de trabalho com portas e gavetas, 3 mesas de trabalho, cada uma com um desktop e 1 armário;

- Arquivo

Espaço para guarda de materiais e equipamentos da faculdade, além como arquivos físicos de programas e projetos já desenvolvidos pela instituição. conta com 5 armários de aço, uma prateleira de aço e um gelágua;

- Sala das pós-graduações

Espaço climatizado amplo, contendo sala de secretaria, banheiro e sala de reuniões/coordenação, onde funcionam a secretaria e a coordenação da Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU/UERN) e do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade, realizado em parceria entre a FAEN/UERN e a Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM). Conta com 2 estações de trabalho com 4 poltronas sem braço acolchoadas, 02 computadores, 01 impressora, 01 armário grande de MDF com chave e um geláguia. A sala da coordenação conta com 01 mesa retangular grande com 6 poltronas sem braço acolchoadas, 02 armários de MDF, 01 armário de aço e um baú de MDF.

- Sala dos professores 1

Espaço climatizado (2 ar-condicionados) de trabalho destinado aos docentes da área clínica, contendo 2 estações de trabalho, 2 desktops, 4 birôs, uma mesa retangular grande de trabalho, 14 cadeiras e 1 armário;

- Sala dos professores 2

Espaço climatizado de trabalho (1 ar-condicionado) destinado aos docentes da área saúde coletiva, contendo 01 birô com cadeira, 01 mesa redonda com 06 cadeiras e 03 armários.

- Sala de apoio aos terceirizados

Sala climatizada contendo 5 armários de aço, 1 mesa redonda, 3 cadeiras de plástico e 1 geladeira;

- Copa

Espaço para uso de toda a comunidade acadêmica, contendo: 1 armário de aço com utensílios domésticos, 1 fogão de 4 bocas e um microondas, além das pias;

14.2. ESTRUTURA ACADÊMICA

- 5 Salas de aula

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem. São salas climatizadas contendo 40 carteiras com braços, datashow suspenso, fixo ao teto, sistema de som, armário de aço com chave, tela retrátil e lousa de vidro para aulas e lousa branca para registros e avisos.

- Auditório

Miniauditório climatizado com capacidade para 60 pessoas, com possibilidade de utilização de carteiras com braços ou com cadeiras de plástico (aumenta sua capacidade para 80 pessoas), contendo: carteiras e cadeiras, geláguia, mesa para autoridades, armário de madeira, mesa de apoio, datashow fixo no teto com tela retrátil.

- Sala do Centro Acadêmico 8 de Julho (Centro Acadêmico de Enfermagem)

Espaço climatizado destinado aos estudantes, contendo 1 armário de aço, 1 mesa com um desktop e cadeiras de plástico.

- Sala de projetos especiais

Espaço climatizado de trabalho compartilhado pelos projetos de pesquisa, extensão e ensino da Faen, contendo: 1 mesa de trabalho com 4 desktops, 1 mesa retangular grande; 20 cadeiras acolchoadas giratórias, 1 gelágua, 3 armários de aço e um de MDF.

- Laboratórios e equipamentos

A FAEN possui 01 Laboratório de Enfermagem de habilidades técnicas (Laboratório de Semiologia e Semiotécnica) o qual tem por finalidade proporcionar aos estudantes de enfermagem o primeiro contato com o ambiente de cuidado: seja ela na atenção básica ou na área hospitalar. Neste espaço os estudantes têm a oportunidade de realizar a simulação das técnicas básicas de enfermagem, manusear os equipamentos e problematizar sobre os cuidados e intervenções de enfermagem.

A Faculdade conta com 01 Laboratório de Bases o qual tem a finalidade de analisar estrutura biológica, sua correlação com a função e com as modulações de estrutura em resposta a fatores temporais, genéticos e ambientais. Proporciona a compreensão dos princípios arquitetônicos da construção dos organismos vivos, a descoberta da base estrutural do funcionamento das várias partes e a compreensão dos mecanismos formativos envolvidos no desenvolvimento destas. A amplitude do aprendizado compreende, em termos temporais, desde o estudo das mudanças a longo prazo da estrutura, no curso de evolução, passando pelas das mudanças de duração intermediária em desenvolvimento, crescimento e envelhecimento; até as mudanças de curto prazo, associadas com fases diferentes de atividade funcional normal.

Ambos são espaços de ensino e aprendizado, sendo utilizados pelos docentes e estudantes do curso de enfermagem nas atividades curriculares dos cursos, em pesquisa ou extensão universitária. Os laboratórios seguem com os seguintes descritivos de equipamentos.

Quadro 27. Laboratório de Enfermagem de habilidades técnicas - Laboratório de Semiologia e Semiotécnica.

Unidade	Descrição
02	Ambu infantil e adulto
02	Aparelhos de ar-condicionado
02	Armário de aço com vidro
01	Balança antropométrica adulta
01	Balança antropométrica pediátrica
01	Banco de ferro
04	Bandeja Retangular de Água

01	Berço
01	Biombo
03	Bonecos Infantis
01	Cadeira de Ferro
01	Cadeira de Plástico Azul
02	Cadeiras Acolchoadas
04	Caixa de Pinças Cirúrgicas
01	Caixa Modelo de Simulação do toque vaginal
02	Caixas Organizadoras de Plástico Transparente
02	Cama hospitalar
02	Caneta para HGT
07	Cânulas de Guedel verde
03	Colar Cervical
02	Colchão cobertura plástica
01	Colchão de Berço
01	Colchão de maca obstétrica
01	CPU
03	Cuba Redonda
06	Cuba Rim
01	Estabilizador
09	Estetoscópio
01	Expositor de corte da pélvis feminina
01	Expositor de corte da pélvis masculina
01	Expositor de Mamas com três
01	Expositor de mamas de crochê
01	Expositor Pélvis Feminina com Feto, 3 partes
01	Foco de Luz, tripé
02	Gaveteiro, 3 partes
02	Glicosímetro
01	Kit Simulador de primeiros socorros e acidentes
01	Laringoscópio
02	Lençol branco
01	Maca obstétrica
01	Mama Única de Pano
02	Manguito Adulto
01	Manguito Infantil

01	Membro superior c/ os principais vasos e nervos
01	Membro superior com osso, músculo, ligamentos e nervos
03	Membro superior para punção endovenosa em suporte fixo
01	Mesa (birô)
01	Mesa Cirúrgica de Ferro
02	Mesa Escritório
01	Microscópio
01	Modelo de Nádegas para injeção
01	Monitor
01	Mouse
01	Óculos EPI
01	Otoscópio
01	Pélvis gravídica com dois bebês
01	Pélvis óssea demonstração no momento do parto
02	Prancha Primeiros Socorros
03	Recipiente de vidro
04	Recipiente redondo de alumínio
02	Recipiente Retangular
02	Simulador Adulto para Cuidados Clínicos com órgãos
01	Simulador de Pelve e Úteros
02	Simulador Torso para RCP
03	Simuladores de Pelve com ostomias
01	Teclado
04	Tensiômetro de pé
36	Termômetros

Quadro 28. Laboratório de bases

Unidade	Descrição
01	Aparelho de ar condicionado – ELGIN
01	Birô madeira p/ professor
01	Cabeça exposição tecido muscular
01	Caixa de lâminas para estudo microscópico
01	Cérebro, 4 partes
01	Coração, 2 partes
01	Corte de Pele ampliado em Lâmina

01	Datashow fixado ao teto
01	Dorso em Discos, 15 partes
01	Esqueleto Humano Adulto com suporte
01	Esqueleto Humano adulto desmembrado
01	Expositor Artérias Renais Humanas
01	Expositor do Aparelho Urinário
01	Expositor do Sistema Circulatório
01	Expositor Dorso e Órgãos Internos, 6 partes
01	Lousa de vidro
01	Mesa Anatômica inox
06	Mesas escritório
07	Microscópios ópticos
01	Secção Lateral da Cabeça
01	Secção Lateral da Cabeça com musculatura
01	Tanque p/ peças anatômicas inox
01	Tela para datashow

A comunidade da FAEN UERN utiliza outros laboratórios localizados na Faculdade de Ciências da Saúde (FACS) dentre eles:

Laboratórios e setor comum de microscopia o qual tem como função primordial apoio ao estudante em suas práticas e em pesquisas. O setor comum da microscopia, denominado como Laboratório de Microscopia, atualmente serve de apoio a todos os laboratórios que necessitam dos equipamentos abaixo discriminados. Equipamentos e materiais: 1 Computador 1 Estabilizador 3 Estantes de aço 23 Microscópio Colemam N107 1 Microscópio 1 TV de 29 polegadas da marca Toshiba 1 Armário de aço 1 Quadro Branco 1 Geladeira duplex Consul 400Ls 30 Banquinhos de madeiras Caixas de lâminas.

Laboratório de Histologia e Parasitologia os quais possuem respectivamente: LABORATÓRIO DE HISTOLOGIA: Adrenal (26 lâminas); Amígdala (HE) 25; Apêndice cecal (HE) (26 lâminas); Artéria (HE) (26 lâminas); Artéria grande calibre (Mallory) (26 lâminas); Boço (HE) (25 lâminas); Bexiga (HE) (24 lâminas); Calota craniana (HE) (25 lâminas); Cérebro (HE) (25 lâminas); Cérebro (Prata) (26 lâminas); Cerebelo (HE) (26 lâminas); Cerebelo (Prata) (26 lâminas); Coração (HE) (26 lâminas); Coração (Purking) (26 lâminas); Coração disco-intercalar (HE) (26 lâminas); Cordão Umbilical (26 lâminas); Córnea (HE) (24 lâminas) dentre outros.

Quadro 29. Espécimes utilizadas nas aulas práticas

ESPÉCIE	DESCRIÇÃO	QTD.
<i>Toxocara canis</i>	Frasco com 2 casais	1
<i>Ancylostoma caninum</i>	Frasco com 5 casais	1
<i>Culex quinquefasciatus</i>	Kit do ciclo biológico	1
<i>Chrysomya sp</i>	Adulto - alfinete	1
<i>Cochliomya sp</i>	Adulto - alfinete	1
<i>Dermatobia hominis</i> - pupário	2 exemplares / seco	1
<i>Musca domestica</i> - Forético	Com ovos de <i>D. hominis</i> - seco	1
<i>Sarcophagidae</i>	Adulto - alfinete	1
<i>Rhodnius prolixus</i>	Caixa madeira com ciclo evolutivo	1
<i>Tritoma infestans</i>	Adulto - alfinete	1

Laboratório de Anatomia: Área total: 293,30 metros quadrados de área construída (distribuídos em 4 ambientes) - sala de dissecação com 67,2 metros quadrados de área - anfiteatro com 84 metros quadrados de área - sala de anatomia com 84 metros quadrados de área - sala de formolização com 58,10 metros quadrados de área. INFRAESTRUTURA: Descrição (quantidade) - Mesas de dissecação (15); Tanques de inox p/órgãos (16); Tanques p/ cadáveres (04); Câmara fria (01); Microretífica (01). OSSÁRIO: Descrição (quantidade) - Esqueletos de resina (03); Manequins de resina (anatômicos). SALA DE DISSECAÇÃO: Kit de dissecação - Pinça anatômica - Pinça dente de rato - Porta agulha curto - Porta agulha longo - Tesoura ponta reta - Tesoura ponta romba - Tesoura Metzenbaum - Cabo de bisturi - Lâm.de bisturi nº 24 2- Kit p/ formolização - Formol a 37% - Botelha (cap. 5 lts) - Tubo látex 1/3de polegada - Agulha calibrosa p/infusão - Fio de sutura. São realizadas aulas práticas: com manipulação de instrumentos pérfuro-cortantes, manipulação de manuseio de órgãos individualizados, manipulação e diluição de substâncias tóxicas e corrosivas para preparação e formolização de cadáveres.

- Ambulatório e Central de Material de Esterilização (CME)

O Ambulatório da FAEN é uma estrutura administrativa, vinculada ao Den/Faen e conta com uma estrutura física com 4 salas e uma recepção para prestar serviços à comunidade mossoroense, dentre eles atendimento de Enfermagem tais como exame citológico do colo do útero (Exame Papanicolau) e Exame das mamas e vacinação. Em sua estrutura física, conta com uma recepção, 2 consultórios de atendimento, uma CME com salas de expurgo, preparo e armazenamento; uma sala de vacina e uma sala para atendimentos de fisioterapia. O CME (centro de material e esterilização), local responsável pela higienização, esterilização, preparo e distribuição dos materiais que são utilizados nos atendimentos de frenectomia e exame citopatológico do colo do útero. A

estrutura do CME é constituída com três salas, sendo uma de expurgo para a conferência, limpeza e secagem dos materiais, e outra sala para o preparo e a esterilização, onde conta o processo de embalagem adequada dos materiais e seguida da esterilização a vapor.

O descritivo de materiais do ambulatório:

- 03 Centrais de ar condicionado tipo Split;
- 01 Impressora;
- 01 Monitor;
- 01 Mouse;
- 01 Teclado;
- 01 CPU;
- 01 Balança infantil digital;
- 02 Aparelhos de sonar;
- 02 Tensiômetros;
- 02 Estetoscópios;
- 01 Glicosímetro;
- 05 Macas portáteis;
- 01 Cadeira para massagem;
- 04 Balanças digitais;
- 02 Estadiômetros;
- 02 Birôs com cadeiras para consultórios;
- 01 Mesa na recepção;
- 01 Mobiliário projetado com armários e gavetas na recepção;
- 02 Macas de madeira fixas e projetadas, com acolchoamento;
- 03 Mobiliários projetados com prateleiras e armários nas 03 salas do CME;
- 01 Autoclave de bancada AHM C5 – Sercon;
- 01 Autoclave Vertical – Phoenix Lufenco linha AV-50;
- 01 Seladora;
- 01 Geláguia;
- 02 Escadas de dois andares de madeira;
- 02 Móveis projetados com 04 gavetas;
- 01 Foco Clínico Ambulatorial;
- 01 Bola suíça 65 cm;
- 01 Bola suíça 55 cm;
- 05 Macas portáteis;
- 02 Bolas feijão;

- 02 Escadas de madeira 3 andares;
- 03 Rolos de posicionamento, 2 finos e um grosso;
- 02 Caneleiras de 3 Kg;
- 02 Caneleiras de 2 Kg;
- 02 Discos de equilíbrio com 2 superfícies;
- 02 Bolas de massagem 7,5 cm;
- 02 Cabos de vassoura;
- 02 Caixas de teraband;
- 03 Bombas de ar manual;
- 01 Kit de bambu;
- 01 Kit de fortalecedor de mão, punho e antebraço;
- 01 Kit de agulhas de acupuntura;
- 01 Rolo massageador;
- 05 Kit de Ventosaterapia;
- 06 Placas de Auriculoterapia;
- 03 Pinças anatômicas;
- 03 Apalpadores;
- 01 Kit de pedras quentes;
- 01 Kit de bambú, 07 peças;
- 02 Canetas localizadoras de pontos de auriculoterapia.

- Sala de vacina

A sala de multivacinas funciona de segunda à quinta-feira, das 16h até às 20h, e visa ampliar a vacinação de todos os imunizantes do Calendário Nacional de Vacinas. A unidade tem como objetivo oferecer vacinas para o público infantil, desde as primeiras doses, até a população adulta.

Em andamento

- 01 Central de ar condicionado tipo Split;
- 01 Monitor;
- 01 Mouse;
- 01 Teclado;
- 01 CPU;
- 01 Geladeira FrostFree RFE 39;
- 01 Termômetro de geladeira digital máximo e mínimo;
- 03 Caixas térmicas de 34 L e 32 L;

01 Armário de duas portas de aço;
01 irô.

14.3. OUTRAS NECESSIDADES

Para o desenvolvimento deste Projeto Pedagógico de Curso, será necessário de acordo com o planejamento de gestão da FAEN, um maior investimento na infraestrutura, em equipamentos, no acervo bibliográfico, no custeio para a realização de eventos e aulas de campo, na sistematização de uma política de convênios e projetos de cursos de pós-graduação.

Existe a pretensão neste PPC de ampliar número de vagas e a oferta de 02 entradas para o primeiro e segundo semestres letivos de cada ano; sendo assim há a necessidade de ampliação da infraestrutura da FAEN. Será necessária a ampliação da quantidade de salas de aula para a graduação e de espaço físico para garantir a expansão do curso referente à pós-graduação; esta melhoria consiste em recuperar, modernizar e adequar a infraestrutura existente, de acordo com o PDI da UERN.

Existe a necessidade de otimizar o uso dos espaços físicos e dos equipamentos, poderia haver a oferta regular de cursos técnicos ou de pós-graduação no turno noturno na FAEN/UERN. Há a necessidade de zelar pela manutenção e melhoria dos laboratórios de ensino e de pesquisa além da aquisição periódica de insumos e materiais permanentes que incentivem metodologias mais ativas de ensino, como por exemplo a simulação de baixa fidelidade.

Outros aspectos a serem contemplados neste item são: garantia de condições de acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais; ampliação do acesso às tecnologias de informação e comunicação, ajudas técnicas e tecnologias assistivas; melhoria da oferta dos serviços gerais; plano de melhoria dos serviços de limpeza, vigilância, recepção e transporte; ampliar e modernizar o sistema de vigilância na FAEN, retomando parcerias com órgãos de segurança pública; revisar as normas de acessibilidade à internet; implantar gradativamente um sistema de gestão ambiental através de programas de racionalização do uso de energia, água, combustíveis, entre outros (A3P).

15 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

15.1 POLÍTICA DE GESTÃO

São muitos os rumos que a FAEN traçou na consolidação do curso de Enfermagem da UERN, na sua saga histórica enquanto vanguardista na formação de enfermeiras e enfermeiros no Rio Grande do Norte. O processo histórico já traçado neste documento, demonstra o enfrentamento constante de desafios para sua (re)leitura e (re)estruturação acadêmica e administrativa. Concatenamos com o PDI da UERN quando o mesmo traz que:

Ainda que portadora de uma especificidade muito forte, dada pela natureza de sua missão e pelo estatuto social que ela assume, no aspecto administrativo, a instituição universitária pública não se distingue de outras organizações. Como qualquer outra, ela busca o meio mais racional de produzir resultados desejados, com o menor dispêndio de recursos, ou seja, busca ser eficiente (UERN, 2016, grifo nosso).

Por consistir em uma unidade universitária, a FAEN possui suas demandas formativas e necessita valer-se de uma gestão atuante junto aos recursos humanos, estruturais e materiais disponíveis, com vistas a materializar as ações de ensino, pesquisa e extensão, cumprindo com a missão institucional da UERN. Somado aos conceitos de eficiência, a gestão da unidade se depara com conceitos apregoados na aldeia global como de governança, competitividade, produtividade, participação, planejamento estratégico, dentre outros.

Assim, diante dos eventos sociais postos, a FAEN propõe uma política de Gestão que fortaleça capacidade de:

- Alocar condições para prática de uma governança democrática e cidadã, desatrelada de qualquer projeto de poder;
- Desenvolver ações que extrapolem as estruturas físicas da FAEN e atendam às demandas comunitárias, para produção de serviços em saúde, a partir do suporte aos núcleos e projetos de extensão existentes;
- Promover práticas que apresentem e/ou reforcem o empreendedorismo de discentes, técnicos e docentes, com o aprendizado e uso de ferramentas de gestão para tal;
- Elaborar e executar projetos, pensar e discutir iniciativas que garantam a manutenção do curso de Enfermagem da UERN no rol de propostas formativas na área para a população mossoroense, regional e interestadual, com ensino/pesquisa/extensão de qualidade, a partir de uma gestão eficiente, eficaz e participativa;
- Garantir a formação de qualidade aos futuros ingressantes, no processo de mudança de matriz curricular e ampliação de vagas;
- Fomentar o diálogo e a cogestão no âmbito da FAEN;

- Agilizar e desburocratizar serviços atinentes à formação acadêmica;
- Fortalecer dos espaços de aprendizagem já existentes na FAEN, com vistas a melhorá-los e restaurá-los com as fontes disponíveis na UERN ou captadas via projetos de canalização de recursos;
- Elaborar, periodicamente e de modo compartilhado, um planejamento estratégico de ações voltadas à melhoria e ao fortalecimento da FAEN;
- Incentivar as ações de avaliação institucional, ensino, pesquisa, capacitação de servidores, extensão, atendimento comunitário, participação em órgãos e/ou comissões municipais, estaduais ou nacionais;
- Fortalecer o centro acadêmico, o colegiado e a chefia departamental, a direção da unidade, o Núcleo Docente Estruturante e demais comissões internas formadas;
- Estabelecer ações de comunicação, com vistas a aumentar a eficiência da comunicação interna e externa;
- Cumprir e fazer cumprir as deliberações do colegiado departamental, da congregação acadêmica e dos Conselhos Superiores da instituição.
- Zelar pelo patrimônio e pela ordem no âmbito da unidade acadêmica;

De acordo com o atual Regimento Geral da UERN, a gestão da unidade administrativa que aloca o curso de Bacharelado em Enfermagem da UERN é formada por (UERN, 2002):

- a) Congregação: órgão deliberativo e consultivo da Unidade de Ensino, constituído pelo/a Diretor/a, Vice-Diretor/a e todos os professores lotados nos Departamentos da Unidade.
- b) Diretoria: órgão executivo encarregado de administrar a coordenação dos departamentos e das atividades da Unidade Universitária.
- c) Conselho do Departamento: composto por docentes, discentes (de 1/5 da soma dos membros do corpo docente) e um representante dos técnicos administrativos em efetivo exercício no respectivo departamento.

Vale ressaltar que o Regimento passa por processo de atualização junto ao CONSUNI e, até o presente momento, não foi totalmente discutido e aprovado, levando este PPC a ancorar-se na estrutura ora vigente.

Ainda, as coordenações de núcleos de extensão, da residência multiprofissional, do laboratório, o Centro Acadêmico e o NDE, compõem estruturas gestoras subordinadas à diretoria da Unidade ou à chefia Departamental da faculdade e do curso de Enfermagem.

Para finalizar, cabe refletir sobre os desafios para implantação da Política de Gestão aqui proposta para FAEN, uma vez que a universidade pública necessita acompanhar as mudanças tecnológicas, a ampliação do conhecimento, as demandas de inclusão e étnico- raciais; fomentar a aguerrida luta por sustentação da universidade pública, o atendimento à comunidade, a resposta social e formativa; empreender a manutenção ou criação de novas estruturas físicas; atentar para

a conservação da qualidade de vida e segurança no trabalho, a sustentabilidade e autonomia financeira. Tudo isso no contexto determinado pelo Sistema do Capital e seus sucessivos cortes de subsídios para o ensino superior público, gratuito e de qualidade.

15.2 POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

A política de Avaliação Institucional da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte tem se constituído como um instrumento de melhoria da qualidade do ensino e essa prática faz parte do cotidiano da Instituição. A Política de Avaliação institucional está pautada na qualidade dos cursos ofertados, primando pela formação da competência técnica, pelo aprofundamento dos compromissos sociais da instituição, valorizando a sua missão pública, a promoção dos valores democráticos, o respeito à diferença, à diversidade, à sustentabilidade socioambiental, a afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Esta política considera, em um plano mais geral, as orientações e diretrizes nacionais que são socializadas pelo Ministério da Educação, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, e do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.05/14. Em um plano mais específico, apoia-se nas diretrizes delineadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004 e nas Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior.

A avaliação integra dois momentos complementares: avaliação interna e externa. No campo da avaliação interna, o projeto de avaliação, sua idealização e execução, deve ser um instrumento que vise melhoria da qualidade e relevância das atividades de ensino, pesquisa e extensão. No campo da avaliação externa, insere-se como parte de uma política do Estado responsável pela avaliação do ensino público superior no Estado do Rio Grande do Norte, que formula e/ou executa o processo de avaliação externa e regulatória.

A avaliação institucional é de competência da Assessoria de Avaliação Institucional (AAI). Para cada curso, sob a orientação da AAI, trabalham a Comissão Própria de Avaliação (CPA) junto às Comissões Setoriais de Avaliação (COSE), conforme a Resolução nº 13/2016 - CONSUNI e destina-se à comunidade acadêmica da UERN e indiretamente ao Conselho Estadual de Educação (CEE) e à comunidade civil de modo geral.

A CPA é formada por representantes de todos os segmentos da UERN e pela sociedade civil organizada. Juntamente com a AAI, operacionaliza seu plano de trabalho a partir de um planejamento baseado em diagnósticos prévios, com visitas aos cursos, acompanhamento de relatórios das comissões, análise de instrumentos de coleta de dados específicos de cada curso, socialização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica.

Nesse sentido, como apoiadores institucionais foram criadas comissões para promoção da

articulação entre as diferentes realidades dos cursos, que fazem parte da universidade. Dentre estas, a Comissão Setorial de Avaliação (COSE) que tem a função primordial de conduzir a avaliação dos cursos de graduação da UERN, a partir da análise periódica de indicadores específicos, relacionados à Dimensão Didático-Pedagógica e Infraestrutura.

Atualmente, a Comissão Setorial de Avaliação (COSE) do curso de bacharelado e licenciatura em enfermagem da FAEN é composta pela professora doutora Kelianny Pinheiro Bezerra como coordenadora, pela professora Mestre Magda Fabiana do Amaral Pereira Lima – membro docente, por Erika Barbosa de Souza – membro técnico administrativo e por Pedro Eduardo do Nascimento Fonseca – membro discente, conforme Portaria SEI nº 69, de 24 de fevereiro de 2023 - COSE/FAEN. Ao fim de cada semestre, a COSE atua na sensibilização dos docentes e discentes do curso de enfermagem para participarem do processo de avaliação da formação acadêmica que ocorre pelo preenchimento de instrumento padronizado e disponível no sistema acadêmico da UERN (Plataforma Íntegra). Posteriormente realiza análise dos gráficos para a elaboração do relatório com a consolidação dos dados da avaliação online, enviados à CPA antes do término do semestre e por fim socializados junto à comunidade acadêmica.

Ainda, a COSE participa do Seminário Interdisciplinar que promove a abertura do semestre letivo no âmbito da FAEN, pautando e discutindo o resultado da avaliação do semestre anterior.

A avaliação consiste em potência qualificadora da formação e da gestão, retroalimentando as discussões pedagógicas junto aos Núcleos Docentes Estruturantes e Departamentos ou Unidades Acadêmicas, apresentando demandas de formação continuada, necessidades formativas e/ou metodológicas bem como as de infraestrutura necessárias para bom funcionamento do curso.

A Avaliação externa é realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que através do conceito do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e do Conceito Preliminar de Curso (CPC) atribuídos a cada curso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) avaliam os cursos periodicamente. O ENADE avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O exame é obrigatório e a situação de regularidade do estudante no Exame deve constar em seu histórico escolar. Já o CPC é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo e divulgação ocorrem no ano seguinte ao da realização do ENADE, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta – corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos –, conforme orientação técnica aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Ambos os conceitos são avaliados de forma trienal e divididos em três ciclos, quais sejam: – Ciclo I – Saúde, Ciências Agrárias e áreas afins; – Ciclo II – Ciências Exatas, Licenciaturas e áreas afins; – Ciclo III- Ciências

Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins.

A avaliação externa se insere como parte de uma política de Estado, responsável pela avaliação do ensino público superior no Estado do Rio Grande do Norte, de execução do Conselho Estadual de Educação (CEE), em consonância com os preceitos normativos do SINAES e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgãos ligados ao Ministério da Educação (MEC). Conforme o SINAES, estão previstos diferentes processos avaliativos externos às IES/Cursos: avaliações *in loco*, feita por comissão de professores; Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE); e ainda Indicadores de Qualidade da Educação Superior (Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado - IDD, Conceito Preliminar de Curso – CPC, e o Índice Geral de Cursos – IGC), expressos em valores contínuos de 0 a 5.

Diante do exposto, o ENADE avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. Seus conceitos são descritos em uma escala discreta crescente de valores de 1 a 5.

15.3 POLÍTICA DE PESQUISA

Esta Política de Pesquisa tem seus eixos definidos pelos movimentos científicos e políticos da enfermagem encabeçados pela ABEn, além das proposições do CBEn, SENADEN, SINADEN e MS. Portanto, esta versão pode ser atualizada ao longo dos anos mediante as demandas da profissão no cenário brasileiro e do exercício profissional no âmbito do município de Mossoró e do Estado do RN.

A ABEn, por meio do Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem (CEPEEn) adota como linhas temáticas para a pesquisa na enfermagem:

- 1) Institucionalização, desenvolvimento e avaliação de políticas e modelos de cuidado de Enfermagem em serviços de internação hospitalar, ambulatoriais, domiciliares e na Estratégia de Saúde da Família;
- 2) Impacto dos cuidados de Enfermagem nas condições de saúde e doença da população;
- 3) Institucionalização, desenvolvimento e avaliação de modelos de cuidar em saúde e Enfermagem;
- 4) Práticas avançadas de cuidado de Enfermagem direcionadas aos quatro grupos humanos: criança, adolescente, adulto (homem e mulher) e idoso;
- 5) Desenvolvimento e avaliação de tecnologias e inovações para o cuidado de Enfermagem;
- 6) Gestão e organização do sistema de produção do cuidado de Enfermagem;
- 7) Gestão e organização do processo de trabalho em saúde e Enfermagem (ABEn, 2019).

Em consonância com estas linhas temáticas e com as DCNE (BRASIL, 2001), a FAEN compreende a pesquisa como atividade parte do cuidado de enfermagem. A pesquisa articula-se ao ensino e à extensão universitária, o que contempla o tripé no qual a universidade se sustenta (BRASIL, 1988). A proposta é direcionar a formação e o fortalecimento do discente para as seguintes competências:

- Desenvolver a Prática Baseada em Evidências na Enfermagem;
- Elaborar pesquisas voltadas para as necessidades de saúde individuais e coletivas, a valorização da prática profissional e o cuidado de enfermagem integral e seguro;
- Analisar criticamente o conhecimento e a sua produção no espaço acadêmico, fontes, métodos e resultados, na perspectiva de avaliar suas evidências e boas práticas de cuidado de enfermagem e saúde, gestão e gerenciamento e educação em enfermagem e saúde;
- Estabelecer parcerias com serviços de saúde, instituições de ensino, comunidades ou grupos sociais com o objetivo de ampliar o alcance dos resultados do processo investigativo;
- Produzir conhecimentos em enfermagem a partir do diálogo da vivência interprofissional;
- Articular o conhecimento teórico com a sua aplicação prática, identificando seus alcances, limites e a necessidade de se buscarem novos saberes.

O desenvolvimento da pesquisa pode ser viabilizado por meio de estudos junto ao indivíduo, comunidade, famílias, instituições e grupos sociais. A pesquisa da enfermagem articula-se com as demandas do SUS em termos de agenda de prioridades de pesquisa, organização e consolidação das Redes de Atenção à Saúde, bem como com a elaboração de produtos e tecnologias em saúde, qualificação profissional, educação em saúde, promoção da saúde, prevenção de agravos e tratamento de doenças.

Uma demanda de pesquisa relacionada ao processo formativo e ao exercício profissional é a mobilização de estudos voltados para o desenvolvimento técnico, metodológico, científico, ético e político da enfermagem. Compreende-se que o desenvolvimento da profissão implica no aperfeiçoamento do escopo de conhecimentos que a embasa.

A pesquisa na enfermagem tem como subsídios às ciências biológicas e da saúde; ciências humanas, políticas e sociais; ciências exatas e naturais; as ciências da enfermagem; saberes populares e outros campos de conhecimento, articulados em uma perspectiva transdisciplinar (BRASIL, 2001). Esta perspectiva de articulação fundamenta-se na concepção da ciência como campo de produção de conhecimentos capazes de responder suas questões de modo transitório e parcial. Essa produção carrega intencionalidades, ideologias e valores independentemente da abordagem de pesquisa empregada ou dos instrumentos aplicados para a produção de dados (MACHADO, 2006).

Considerando as Resoluções CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012 e nº 510 de 7 de abril de 2016, que institui as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres

humanos (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016) e a Resolução CNS nº 580 de 22 de março de 2018 (BRASIL 2018) do CNS, que estabelece as especificidades éticas das pesquisas de interesse estratégico para o SUS, a pesquisa na formação em enfermagem, na FAEN UERN, também é orientada pelas diretrizes que regem as pesquisas com seres humanos.

No cenário da graduação em enfermagem na FAEN, a investigação também é considerada um princípio formativo cujo propósito é o de instigar o aluno a assumir uma postura crítica diante dos conhecimentos que lhe são apresentados, interna e/ou externamente, no contexto acadêmico. O processo de estruturação da pesquisa, seu delineamento metodológico e a sua fundamentação teórica e conceitual insere-se no processo de formação do enfermeiro quando capacita o discente para desenvolver projetos de pesquisa.

No processo de integralização dos componentes curriculares está prevista a elaboração e desenvolvimento do projeto de pesquisa, pré-requisitos para a conclusão do curso de graduação em enfermagem na FAEN. Esse processo ocorre em componentes curriculares, eventos científicos e culturais e atividades estratégicas (seminários, rodas de conversa entre outras) envolvendo: serviços de saúde e educação, participação em grupos de pesquisas, Projetos de Iniciação Científica (PIBIC) e no Programa de Educação Tutorial em Enfermagem (PETEM).

Uma estratégia exitosa consolidada nas pesquisas desenvolvidas na FAEN ao longo dos anos é a articulação entre docentes e discentes com profissionais dos serviços de saúde. Os processos de investigação e as composições das bancas avaliadoras de monografia tem contado com a participação desses profissionais. Isso mostra um movimento fecundo para a formulação de processos de investigação capazes de oferecer respostas aos problemas vivenciados por esses profissionais no contexto da Atenção à Saúde.

A política de pesquisa da FAEN insere-se nas ações de iniciação científica empreendidas pela UERN. O Programa Institucional de Iniciação Científica da universidade publica editais para a submissão de projetos anualmente. A seguir tem-se o quadro que demonstra os projetos dos docentes da FAEN que foram aprovados nos referidos editais:

Quadro 30. Projetos de pesquisa aprovados no edital PIBIC da UERN.

EDITAL 2019-2020		
TÍTULO DO PROJETO	DOCENTE COORDENADOR	ALUNOS
Estimulação Precoce Em Crianças Com Microcefalia: Uso de Aplicativo Móvel Para A Prática No Lar	Fátima Raquel Rosado Morais	Giovanna Sabrina da Silva Nunes

Depressão Uma Doença Neuroinflamatória: Revisão Sistemática	Dayane Pessoa de Araújo	Maria Alicia Borges
As Experiências do Ensino Sobre A Saúde das Pessoas Com Deficiência Nos Cursos de Medicina.	Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes	Heitor Lenin Lisboa dos Santos
Tecnologia Educacional Para A Promoção do Aleitamento Materno e Prevenção de Intercorrências Mamárias	Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega	Ana Clara Costa Mendes
Efeitos da Massagem Sobre Parâmetros Psicológicos e Fisiológicos de Crianças Com Síndrome Congênita do Zika Vírus		Suelen Tamiles Pereira Costa
A Contribuição do Pronto Socorro Energético Para Saúde do Trabalhador	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson	Fernando Jeferson Queiroz dos Santos
Qualidade do Sono de Estudantes de Enfermagem e Efeitos da Má Qualidade do Sono Sobre As Tarefas Cognitivas	Lucidio Clebeson de Oliveira	Marina Paiva
Prevalência de Diabéticos Acometidos Por Doença Arterial Coronariana No Município de Mossoró e Região		Mhaira de Souza Lopes
Saberes e Práticas dos Cuidadores de Crianças Com Microcefalia Acerca da Estimulação Precoce	Cintia Mikaelle Cunha de Santiago Nogueira	Gabriel Victor Teodoro de Medeiros Marcos

A Sistematização da Assistência de Enfermagem e Sua Aplicabilidade No Curso de Graduação Em Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Johny Carlos de Queiroz	Luis PAulo Nunes Neto
EDITAL 2020-2021		
TÍTULO DO PROJETO	DOCENTE COORDENADOR	ALUNOS
AVALIAÇÃO CLÍNICA EM PACIENTES TRANSFERIDOS DA UTI PARA OUTRAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR.	Alcivan Nunes Vieira	MARIA EDUARDA DA SILVA ARAÚJO
APLICAÇÃO DO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DE PACIENTES DE FUGULIN EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR		CIBELLY PEREIRA TEIXEIRA
CARACTERIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO DE UM GRUPO DE INDIVÍDUOS NA TERCEIRA IDADE.	Lucidio Clebeson de Oliveira	Leticia Emilly da Silva Morais
ATENÇÃO À SAÚDE AOS PACIENTES COM HIPERTENSÃO ARTERIAL E DIABETES MELLITUS NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN	Kalidia Felipe de Lima Costa	Adalcina Fernandes Ferreira

<p>TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA A PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO E PREVENÇÃO DE INTERCORRÊNCIAS MAMÁRIAS</p>	<p>Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega</p>	<p>Antônia Vitória Fernandes Targino</p>
<p>INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19): REVISÃO INTEGRATIVA</p>	<p>Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes</p>	<p>Heitor Lenin Lisboa dos Santos</p>
<p>O COMPROMISSO POLÍTICO QUE PERMEIA A FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO: UM OLHAR PARA AS MATRIZES CURRICULARES.</p>	<p>Moemia Gomes de Oliveira Miranda</p>	<p>Maria Carolina Oliveira Barros</p>
<p>ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA NA SAÚDE DO TRABALHADOR E NO AMBIENTE DA PESCA ARTESANAL NO LITORAL NORDESTINO BRASILEIRO</p>	<p>Andrezza Graziella Verissimo Pontes</p>	
<p>ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA NA SAÚDE DO TRABALHADOR E NO AMBIENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO</p>		<p>Fernando Vinícius de Oliveira Silva</p>

SEMIÁRIDO NORDESTINO BRASILEIRO.		
REDE DE ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM MICROCEFALIA DECORRENTE DO ZIKA VÍRUS: PERSPECTIVAS MATERNAS	Cintia Mikaelle Cunha de Santiago Nogueira	Barbara Daniely dos Santos Silva - alterei o nome
ANÁLISE DE NOTIFICAÇÕES DE INCIDENTES: INTER- RELAÇÃO ENTRE O GERENCIAMENTO DE RISCOS, SEGURANÇA DO PACIENTE E MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	Érica Louise de Souza Fernandes Bezerra	Rafaella Rayane Nunes Silva
EDITAL 2021-2022		
TÍTULO DO PROJETO	DOCENTE COORDENADOR	ALUNOS
Redução do Nível de Ansiedade Por Meio da Auriculoterapia: Experimento Em Uma Comunidade Acadêmica	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson	Mhaira de Souza Lopes
Perfil Alimentar de Um Grupo de Indivíduos Na Terceira Idade	Lucidio Clebeson de Oliveira	Thalia Quelvia de Carvalho Fernandes
Prevalência e Fatores Associados À Fadiga Em Crianças e Adolescentes Sob Tratamento Oncológico	Kalidia Felipe de Lima Costa	Laise Mendes Cabral

Adesão e Não Adesão dos Pacientes Com Hipertensão Arterial Ao Tratamento		Brenda Pâmela Laurentino da Silva
Perfil Clínico e Grau de Dependência de Cuidados de Enfermagem Em Pacientes Com Diagnóstico de Covid 19	Alcivan Nunes Vieira	Helena Julia Pereira de Lima
Estratégias Para Prevenção de Infecção Na Corrente Sanguínea Relacionada Ao Cateter Venoso Central (cvc)	Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes	Allana Beatriz
Avanços e Conquistas do Programa de Educação Tutorial No Ensino Superior		Heitor Lenin Lisboa dos Santos
Uso da Acupuntura Na Vivência do Climatério: Percepção de mulheres	Fátima Raquel Rosado Morais	Joyce Soares de Freitas
Acesso de Famílias Que Vivem da Pesca Artesanal À Atenção Básica À Saúde No Sus	Andrezza Graziella Verissimo Pontes	Heitor Lenin Lisboa dos Santos
Avaliação de Sintomas Climatéricos Através do Índice de Kupperman	Cintia Mikaelle Cunha de Santiago Nogueira	Giovanna Sabrina da Silva Nunes - alterei o nome
EDITAL 2022-2023		
TÍTULO DO PROJETO	DOCENTE COORDENADOR	ALUNOS
Identificação, Diagnóstico de Tea na Infância e Transição da Adolescência	Prof. Dr. Lucidio Clebeson de Oliveira	Caren Vitória Bezerra da Rocha e Bárbara Livia Lima Barra

Diário de uma Rezadeira: em Busca da Cura Abençoada	Profª. Dra. Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson	Alessandra Maritsa Moraes Menezes
Análise da Relação entre o Desfecho da Internação Hospitalar, Intervenções Terapêuticas e o Perfil de Pacientes acometidos por COVID-19	Prof. Dr. Alcivan Nunes Vieira	Maria Eduarda Alves de Albuquerque
Atenção ao Paciente com Ferida Maligna: uma Perspectiva dos Cuidados da Enfermagem	Profª. Dra. Kalidia Felipe de Lima Costa	Maria Carolina Oliveira Barros Ana Beatriz da Silva
Uso da Auriculoterapia na Vivência do Climatério: Avaliação a partir do Índice de Kupperman	Profª. Dra. Fátima Raquel Rosado Moraes	Joyce Soares de Freitas
As Consequências da Infecção da COVID-19 no Sistema Cardiovascular e suas Implicações Prognósticas	Profª. Dra. Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes	Heitor Lenin Lisboa dos Santos
Os Impactos da Pandemia da COVID-19 sobre o Cuidado Humanizado durante o Gestar e Nascer no Brasil	Profª. Dra. Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega	Allana Beatriz Lima Silva
Ambulatório de Educação em Saúde nos Serviços de Saúde no Acompanhamento dos Usuários e Familiares enquanto Terapêutica e Modificação dos Estilos de Vida	Profª. Dra. Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes	Heitor Lenin Lisboa dos Santos
Avaliação dos Benefícios da Auriculoterapia para Qualidade de Vida das Mulheres que vivenciam o Climatério	Profª. Ma. Cíntia Mikaelle Cunha de Santiago Nogueira	Emile Rocha da Silva Paiva

O Processo de Adaptação nos Modos Autoconceito e Função de Papel das Mulheres portadoras de Câncer Colostomizadas	Profª. Ma. Cíntia Mikaelle Cunha de Santiago Nogueira	Ana Clara de Sousa Rêgo
---	---	-------------------------

Os projetos submetidos aos referidos editais e não contemplados com bolsas de iniciação científica podem ser institucionalizados junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UERN. Isto garante que o seu desenvolvimento estará previsto no Plano Individual de Trabalho do docente. No quadro abaixo, constam os projetos de pesquisa institucionalizados pelos docentes da FAEN.

Quadro 31. Projetos de pesquisa institucionalizados da FAEN

TÍTULO DO PROJETO	DOCENTE COORDENADO R/ANO	ALUNOS
Saúde do trabalhador e ambiente na agricultura camponesa em território do sertão nordestino brasileiro.	Andrezza Graziella Veríssimo Pontes (2019-2021) Projeto externo	-
O Compromisso político do grupo de pesquisa com a formação em saúde/enfermagem: (Con)textos e desafios (Etapa2).	Moêmia Gomes de Oliveira Miranda (coordenação) Josélia Bandeira de Moura; Maria Carmélia Sales do Amaral. (2020-2021)	Adalcina Fernandes Ferreira; Antônia Vitória Fernandes Targino; Mércia Kerollen da Costa Leite
A Condição clínica de pacientes com doenças crônicas infectados pelo novo coronavírus.	Kalidia Felipe de Lima Costa (2021-2022)	Larissa Gabrielly da Silva Moraes Lívia Natany Sousa Moraes; Ana Beatriz da Silva
Projeto: Perfil Epidemiológico De Casos De Câncer De Pulmão No Contexto Da Pandemia Da Covid-19 No	Kalidia Felipe De Lima Costa Período: 01/11/2022 – 01/11/2023 Edital: 023/2022 – Fluxo	Ana Beatriz da Silva; Lívia Natany Sousa Moraes; Leticia Emilly da Silva Moraes

Município de Mossoró – RN	Contínuo para institucionalização de projetos	
Efeitos da sensibilidade hipocampal de ratas wistar submetidas à dieta hiperlipídica rica em banha de porco e castanha de caju associado a um protocolo de treinamento físico de 18 semanas	Dayane Pessoa De Araújo Período: 01/02/2023 – 01/02/2024 Edital: 023/2022 – Fluxo Contínuo para institucionalização de projetos	Pedro Eduardo do Nascimento; Leticia Lamoniyele de Souza Costa

A UERN registra um aumento tanto na quantidade de grupos de pesquisa, quanto nas atividades científicas desenvolvidas pelos docentes e discentes. Na FAEN, existem atualmente, os seguintes grupos de pesquisa:

32. Grupos de Pesquisa da FAEN.

Grupo	Coordenador	Informações sobre o grupo no Diretório dos grupos de pesquisa do CNPQ
Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso	Alcivan Nunes Vieira	http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/290884
Formação, Cuidado e Trabalho em Saúde/Enfermagem	Fátima Raquel Rosado Morais	http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5293880296570820
Grupo de Estudos Educação, Trabalho, Saúde e Enfermagem - GEETSE	Moêmia Gomes de Oliveira Miranda	http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3543122060178046

Núcleo de Pesquisa em práticas Integrativas e Complementares em Saúde - NUPICS	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson	http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1566405828728880
--	--	---

A consolidação da Política de Pesquisa da FAEN almeja também a implantação de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu*, no intuito de assegurar a qualificação profissional dos seus egressos e de outros profissionais da região.

A UERN no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2026 (UERN, 2016) propõe um avanço na oferta de cursos de pós-graduação como uma das suas responsabilidades. Os desafios convergem para a implementação de estratégias que assegurem tanto o seu crescimento qualitativo, quanto a sua ampliação sustentável (UERN, 2016).

Nesta perspectiva, a FAEN estabelece como meta iniciar atividades e estratégias para a implementação de programa de pós-graduação *strictu sensu*, tais como:

- Constituir uma Comissão de Coordenação da Pós-Graduação da FAEN, para coordenar uma agenda de trabalho voltada para a implementação da pós-graduação *strictu sensu*;
- Identificar e descrever a demanda por qualificação profissional por parte dos enfermeiros que atuam na rede assistencial do município e região;
- Estabelecer parcerias com os demais cursos de graduação da UERN para compor o quadro de docentes do programa;
- Buscar parcerias com programas de pós-graduação já consolidados nas IES onde os docentes da FAEN cursaram mestrado e doutorado, incluindo a própria UERN bem como UFRN, UECE, UFC, USP, UEPB,
- Buscar parcerias com IES estrangeiras com potencial de contribuir para a pós *strictu sensu* da FAEN;
- Qualificar a produção dos seus grupos de pesquisa;
- Buscar apoio institucional para instrumentalizar os docentes para atividades de gestão da pós-graduação.

15.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (CONSEPE, 2017)

É basilar em uma instituição de nível universitário, constituindo-se em um dos pilares de sustentação da educação superior por meio do qual a universidade interage diretamente com a sociedade, buscando estar em sintonia com as suas mudanças e necessidades. Essa característica faz da extensão uma das dimensões mais dinâmicas do processo formativo, devendo tal aspecto permanecer presente em seus instrumentos normativos, o que torna essencial a existência de legislação e de planejamento condizentes tanto com as demandas da comunidade externa, quanto com as possibilidades da própria universidade.

Assim, torna-se imperativo a interação da política de extensão com as demais políticas da universidade: valorização da diversidade e da inclusão das pessoas com deficiência; assistência e permanência estudantil; intercâmbio e internacionalização; pesquisa e inovação; e ensino. Ademais, a UERN tem contribuído não só com as comunidades com as quais realiza as atividades de extensão, mas, sobretudo, com a formação dos alunos e a ampliação dos saberes dos professores. Neste sentido a FAEN, tem estimulado e oportunizado o envolvimento de professores e alunos em núcleos, programas, projetos e ações de extensão.

Assim, a política de extensão da FAEN, fundamenta-se nas diretrizes constantes na Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 do CNE/MEC e na Resolução CONSEPE nº 14 de 29 de março de 2017:

I A consolidação da política e da institucionalização da extensão universitária mediada pela articulação entre universidade e demais setores da sociedade;

II A interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

III A formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

IV Curricularização da extensão nos cursos de graduação, a partir da lógica da interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

V A produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

VI A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo

pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico;

A partir destas diretrizes, a política de extensão da FAEN tem como objetivos:

- Estabelecer um processo de ação-reflexão crítica conjunta permanente, sobre a qualidade do processo de cuidado da enfermagem no contexto da atenção à saúde loco regional.
- Promover o envolvimento efetivo de todos os atores (docentes de todos os componentes curriculares, enfermeiros de serviços, discentes e representantes da comunidade), tendo como base o princípio da construção coletiva, ou seja, um processo participativo em todas as instâncias;
- Fomentar o diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;
- Possibilitar reflexões que nos permitam avançar na compreensão e construção dos princípios de flexibilidade, inter/transdisciplinaridade, sob a lógica da concepção de educação comprometida com a transformação da realidade de saúde;
- Desenvolver o princípio da responsabilidade compartilhada entre a Universidade (Pró-Reitoria de Extensão, FAEN: direção, núcleos e/ou coordenações, departamento, docentes e discentes) e os campos de prática onde todos estarão comprometidos com o desenvolvimento e resultados do processo tendo, cada parte, atribuições específicas;
- Contribuir com a formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
- Promover iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, diversidade sexual, direitos humanos e educação indígena;
- Promover reflexão ética quanto à dimensão social do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Incentivar a atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive, por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; e
- Atuar na produção e na construção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável em articulação com as

necessidades da população.

De acordo com o documento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária (2007) e a Resolução Nº 14/2017 – CONSEPE (UERJ, 2017) as ações de extensão são classificadas e obedecem às seguintes definições:

I Programa - se constitui em um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrado as atividades de pesquisa e ensino. Apresenta caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum. Deve ter duração mínima de dois e máxima de cinco anos, podendo ser reeditado por um número indeterminado de vezes, a depender da demanda da comunidade.

II Projeto – se constitui em uma ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser vinculado ou não a um programa de extensão. Deve ter duração de um ano, sendo permitida sua reedição.

III Cursos - se constitui em um conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 (oito) horas e critérios de avaliação definidos;

IV Evento - se constitui em uma ação que implica na apresentação ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela universidade.

V Prestação de serviço – se caracteriza pela realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.

As ações de extensão de caráter extracurricular devem estar em consonância com o PPC do Curso de Enfermagem ou com o Regimento da FAEN, sendo que sua certificação ocorrerá mediante institucionalização na Pró-Reitoria de Extensão. Poderão ser propostas por docentes, técnicos administrativos e estudantes do referido curso, desenvolvidas por uma equipe coordenadora que articulará a execução das atividades e sua inserção nos cenários formativos.

As ações extensionistas no processo formativo dos discentes da FAEN ampliam as possibilidades de uma formação profissional/pessoal de implicação consigo, com o outro e com o mundo, condição para uma cidadania respaldada no respeito, nas diferentes manifestações culturais e em conhecimentos plurais. Dessa forma, discentes, professoras(es), técnicos e comunidade externa se (trans) formam coletivamente.

Nesse sentido, a curricularização da extensão do curso de Enfermagem da FAEN presente nos seus Componentes Curriculares apresenta atividades formativas ricas em experiências e aprendizagens de natureza teórico-prática, intencional, reflexiva, interventiva e transformadora.

A curricularização da extensão da Faculdade de Enfermagem dar-se-á através de atividades denominadas Unidades Curriculares de Extensão – UCEs, devendo ser sistematizadas e executadas nas formas de Programas e/ou Projetos envolvendo, necessariamente, a coordenação de um professor, discentes da graduação e comunidade externa.

As UCEs são componentes curriculares de natureza flexível e renovável na definição de temáticas vinculadas aos Programas e ou Projetos de Extensão. Os conteúdos das UCEs têm natureza teórico-prático-reflexiva com perspectiva epistemológica e didático-pedagógica interdisciplinar e transdisciplinar, desenvolvidos na relação dialógica com grupos comunitários e sociedade em geral.

De acordo com a Resolução nº 25/2017 – CONSEPE que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da UERN, uma Unidade Curricular de Extensão (UCE) é ofertada a partir, obrigatoriamente, de sua vinculação com Programas e/ou Projetos institucionalizados na Pró-Reitoria de Extensão da UERN, respeitados os trâmites ordinários previstos na legislação vigente.

De acordo com os atos legais, o curso de Enfermagem da FAEN contará com 420h de Unidades curriculares extensionistas distribuídas ao longo do processo formativo, respeitando a legislação atual.

Quadro 33. Programas e Projetos de Extensão aprovados no Edital Nº 12/2022-PROEX/UERN para os semestres letivos 2023.1 e 2023.2.

Projetos	Coordenador
NÚCLEO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE-NUPICS	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson
AMBULATÓRIO INTEGRATIVO	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson
AMIGOS DA APAE: INCLUSÃO, ACOLHIMENTO E AMOROSIDADE NA	Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes

TRANSFORMAÇÃO DE VIDAS	
CAFÉ EDUCATIVO: PAPO ENTRE MULHERES	Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega
CENTRO DE CUIDADO E FORMAÇÃO INTERPROFISSIONAL EM SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTI+	Francisco Rafael Ribeiro Soares
CIÊNCIA PRESENTE: AÇÕES PARA PROMOÇÃO À SAÚDE, PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS EM DIFERENTES CONTEXTOS	Kalidia Felipe de Lima Costa
PAPOS DE CALÇADA COM PESSOAS IDOSAS	Maria Carmélia Sales do Amaral
PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMAS E DO COLO DO ÚTERO EM TRABALHADOR@S DE MOSSORÓ-RN NO AMBULATÓRIO DA FAEN/UERN	Kelianny Pinheiro Bezerra
PRONTO SOCORRO ENERGÉTICO HOSPITALAR	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson
SAÚDE DOS COLETIVOS VULNERABILIZADOS (SAVU/UERN): CUIDADOS À POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE	Magda Fabiana do Amaral Pereira Lima
SEGUIMENTO AMBULATORIAL DO RECÉM-NASCIDO DE ALTO RISCO (FOLLOW UP)	Natália Teixeira Fernandes
SUPORTE BÁSICO DE VIDA: CAPACITANDO DOCENTES E DISCENTES DE ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN	Johny Carlos de Queiroz

UERN VACINA MOSSORÓ! ATUAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA NA IMUNIZAÇÃO POPULACIONAL.	Lucidio Clebeson de Oliveira
VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE NO CONTEXTO ESCOLAR: AÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes

Fonte: Campus Central/UERN, 2023.

16. PROGRAMAS FORMATIVOS

Programas formativos são ações universitárias que visam à inserção dos alunos de graduação em projetos de iniciação à docência, momento em que estes sujeitos, sob a supervisão de um professor orientador, irão desenvolver atividades de ensino e de assessoria de ensino, na universidade e nas escolas de Educação básica.

Na faculdade de enfermagem existe atualmente um programa de educação tutorial, o PET enfermagem, são ofertados semestralmente programas de monitoria, além de quatro projetos de ensino de graduação, intitulados: Dermatologia e Tratamento de Feridas; desbravando caminhos para uma formação crítica em enfermagem: a orientação acadêmica para além das normas prescritivas; Fortalecimento do ensino na saúde do adolescente no contexto do sus: experiência a ser compartilhada na perspectiva do aumento da potência do agir; Capacitação em suporte básico de vida para os profissionais que atuam na universidade do estado do Rio Grande do Norte-Uern.

16.1 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL EM ENFERMAGEM DE MOSSORÓ (PETEM)

O Programa de Educação Tutorial visa realizar, dentro da universidade brasileira, o modelo de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, além de um incentivo à melhoria da graduação, o PET pretende estimular a criação de um modelo pedagógico, de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Atualmente o PET conta com 842 grupos distribuídos entre 121 IES no Brasil (MEC, 2019). Na UERN, o Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró (PETEM) juntamente com o PET do curso de Ciências Sociais (PETCIS) foram os grupos pioneiros de programas tutoriais sob a gestão da Secretaria de Educação Superior do Ministério da educação (SESu/MEC). Houve uma expansão dos grupos de educação tutorial na UERN existindo hoje, 04 (quatro) grupos PET: o PET Enfermagem, o PET Ciências Sociais, o PET Pedagogia e o PET Computação (FERNANDES; SILVA, 2017).

O PETEM da Faculdade de Enfermagem teve sua implantação em novembro de 1991, funciona até os dias atuais. É um programa que oferece uma formação acadêmica de excelente nível por desenvolver novas práticas e experiências pedagógicas no curso de graduação em Enfermagem e atender os princípios que orientam a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão (FERNANDES; SILVA, 2017).

O Programa tem como principais características: possibilitar a aproximação com a pesquisa e estimular a inserção do petiano na pós-graduação; possibilitar um ambiente estimulante para o processo ensino-aprendizagem; estimular a participação dos alunos em eventos científicos e fomentar a interdisciplinaridade, imprescindível para a formação e a atuação profissional na

perspectiva de atender aos princípios que orientam a indissociabilidade presente nas universidades, além de contribuir para a melhoria da formação acadêmica (BRASIL, 2006).

O PET Enfermagem é constituído por estudantes do curso de Enfermagem, que cursam diferentes semestres da graduação, sendo 12 (doze) alunos bolsistas e 6 (seis) alunos não bolsistas, sob a coordenação do Prof^o Dr Lucídio Clebeson de Oliveira. O processo seletivo dos discentes acontece anualmente, o discente selecionado deverá realizar atribuições pré-definidas devendo dedicar-se, em tempo integral, às atividades do curso de graduação e do Programa com carga horária mínima de 20 horas semanais; não possuir vínculo empregatício de qualquer tipo e não receber outro tipo de bolsa – da CAPES, do CNPq, da IES ou de quaisquer outras instituições de fomento à pesquisa (BRASIL, 2006).

O PET Enfermagem vem se destacando por desenvolver de forma indissociável, ações articuladas de ensino, pesquisa e extensão corroborando para uma formação acadêmica diferenciada.

Quadro. 34 Alunos do Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró

ALUNOS DO PETEM	VÍNCULO
BÁRBARA LÍVIA LIMA BARRA	BOLSISTA
LETICIA LAMONYELE DE SOUZA COSTA	BOLSISTA
PEDRO EDUARDO DO NASCIMENTO FONSECA	BOLSISTA
FERNANDO VINÍCIUS DE OLIVEIRA SILVA	BOLSISTA
LUÍS FELIPE LOPES FERNANDES	NÃO BOLSISTA
FRIEDRICH NIETZSCHE XAVIER CISOTA	BOLSISTA
IARA JÉSSICA LIMA ARAÚJO	NÃO BOLSISTA
LAISA AZEVEDO DE MELO	NÃO BOLSISTA
LETÍCIA EMILLY DA SILVA MORAIS	BOLSISTA
LÍVIA NATANY SOUSA MORAIS	BOLSISTA
JORGIVAN SILVA DE MEDEIROS FILHO	NÃO BOLSISTA
CARLOS WANDERSON GOMES DE OLIVEIRA	BOLSISTA
MARIANA MAYARA MEDEIROS LOPES	BOLSISTA
MILENA MOREIRA DE OLIVEIRA	BOLSISTA
HEMILY EVELLYN SIMAO DANTAS	BOLSISTA
RITA DE CÁSSIA ALVES SANTANA	NÃO BOLSISTA
THALIA QUÉLVIA DE CARVALHO FERNANDES	NÃO BOLSISTA

16.2 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE MONITORIA (PIM)

A Resolução nº 15/2016 - CONSEPE atualiza as normas que regulamentam o Programa Institucional de Monitoria, e revoga a Resolução Nº 17/2011-CONSEPE e compreende a monitoria como uma atividade acadêmica que subsidia o ensino de graduação, propondo novas práticas formativas com a intenção de articular os componentes curriculares do Projeto Pedagógico de Curso.

O Programa Institucional de Monitoria consiste no desenvolvimento de atividades acadêmicas que tem por objetivos:

- I. Estimular a participação de discentes dos cursos de Graduação no seu processo formativo, articulando ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos componentes curriculares;
- II. Promover a interação entre discentes e docentes no âmbito das atividades formativas;
- III. Criar condições para a iniciação à docência, através de atividades de natureza pedagógica, cultural, científica e tecnológica, desenvolvendo habilidades e competências próprias desse campo da docência;
- IV. Pesquisar e implementar novas abordagens teórico-metodológicas adequadas aos componentes curriculares, objeto da monitoria;
- V. Socializar o conhecimento com a finalidade, entre outras, de minimizar problemas de baixo desempenho acadêmico, repetência, evasão e falta de motivação

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG lança semestralmente um edital do Programa Institucional de Monitoria (PIM) para que as unidades departamentais desenvolvam os projetos de monitoria para seus componentes curriculares e concorram a bolsas para os alunos.

O curso de enfermagem encaminha os projetos para apreciação pelo Setor de Programas Formativos (SPF) da UERN. Sendo os componentes curriculares de Morfologia, Fisiologia humana, e Semiologia e Semiotécnica I os que mais desenvolvem monitoria no âmbito da FAEN.

O Projeto de Ensino de Graduação – PEG na UERN foi regulamentado pela Resolução Nº033/2017-CONSEPE, de 06 de setembro de 2017. Os Projetos de Ensino de Graduação são propostos por um professor/coordenador, que traça caminhos metodológicos em diferentes espaços (laboratórios, bibliotecas, espaços da cidade etc.) e não somente na sala de aula. A fim de que o aluno possa aprender sobre diferentes estratégias de ensino em espaços formais e não formais. Assim, os integrantes conhecem diferentes abordagens temáticas dentro da própria área de formação, aprendendo sobre a organização de propostas de ensino e adequação de recursos que instrumentalizam a docência.

17. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se desenvolver com excelência o processo educacional formativo para o curso de bacharelado em enfermagem, articulando e valorizando dimensões éticas, afetivas, políticas e sociais, tanto quanto dimensões técnicas, científicas e culturais, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania e à solidariedade. Nesse sentido almeja-se uma sólida formação preparando o futuro graduado para o enfrentamento dos desafios inerentes a profissão, das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Portanto, este projeto pedagógico de curso, construído coletivamente, respeitando as diretrizes, apontam eixos norteadores dos conteúdos essenciais alicerçados nos pilares educacionais, na flexibilidade curricular, na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, na articulação entre teoria e prática, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, diversificação dos cenários de aprendizagem, metodologias ativas de ensino-aprendizagem, incorporação de atividades complementares visando assim um perfil profissional com formação generalista, humanista, crítica e ético-legal, autônoma e com responsabilidade social, para atuar com qualidade, efetividade e resolutividade, nas áreas do Cuidado de Enfermagem na Atenção à Saúde Humana , Gestão/Gerência do Cuidado de Enfermagem, Educação em Saúde, Desenvolvimento Profissional em Enfermagem , e Investigação/Pesquisa bem como em diferentes níveis de atenção à saúde e do cuidado no Sistema Único de Saúde.

18. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A Faculdade de Enfermagem compreende que a avaliação da formação do enfermeiro deve ocorrer de forma contínua ao longo do curso e após sua conclusão. Assim, reconhece a importância e necessidade do acompanhamento de seus egressos e busca manter uma linha permanente de estudos e análises a partir das informações coletadas, para avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional ao sistema de atenção à saúde nos âmbitos públicos e privados.

Para tanto, por iniciativa própria desenvolve algumas atividades que permitem manter contatos e conhecer a inserção profissional e a continuidade da vida acadêmica de seus egressos, através de ficha de cadastro dos alunos, com seus dados e contatos (endereço eletrônico – e-mail e de telefone) para acompanhamento de sua atuação profissional; das atividades acadêmicas desenvolvidas nos serviços de saúde; da inserção dos profissionais nos grupos de pesquisa e extensão; e pela inserção dos egressos nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Para o acompanhamento do egresso a FAEN conta também com o Portal do Egresso, lançado em agosto de 2017 e disponível no site da UERN (<http://portal.uern.br/egressos/>). O portal objetiva estabelecer a interação entre a universidade e os profissionais por ela formados. Na condição de discente o egresso pode postar depoimentos, avaliar o curso no qual realizou a sua formação acadêmica e solicitar serviços como a emissão de documentos. Pode, ainda, obter informações sobre eventos, estágios e a possibilidade de retorno à instituição por meio de concursos, ingresso em novo curso, em Programas de atualização, aperfeiçoamento, especialização, Mestrado e Doutorado.

A FAEN busca contribuir para a efetividade dessa ferramenta desenvolvendo campanhas e divulgando tanto o Portal do Egresso quanto o formulário próprio para participação dos egressos no preenchimento. Dados obtidos mostram que a maioria dos egressos é da região do oeste potiguar, mais precisamente dos municípios de Mossoró, Pau dos Ferros e Apodi; com tempo de formação que varia entre zero e 16 anos; quase que totalidade atuando na área de formação, mais especificamente no campo da docência, com nível de satisfação profissional variando entre médio e alto. Todos os egressos que preencheram o formulário afirmaram recomendar o curso de Enfermagem da UERN para outras pessoas e todos estão envolvidos em cursos de pós-graduação, alguns já concluídos e outros em fase de conclusão.

A partir das informações constantes nas bases de dados citadas é possível estabelecer um canal de comunicação com os egressos, por meio do qual os ex-alunos cadastrados recebem informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Instituição. O retorno dos egressos sobre o ensino recebido é fundamental para o aprimoramento da FAEN. Para tanto, serão aplicados questionários para obter informações sobre o curso realizado, a atuação no mercado de trabalho, dificuldades encontradas na profissão, perfil do profissional exigido no

mercado, interesse em realizar outros cursos de graduação e pós-graduação.

As informações obtidas são analisadas e constituem importantes indicadores para o aperfeiçoamento do curso e o desenvolvimento qualitativo de oferta educacional da IES, visando subsidiar os proponentes de cursos para a revisão e organização das propostas de formação, no intuito de formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

O planejamento articulado dessas atividades, aliadas a necessidade da qualificação profissional na atualidade, faz da realização desses cursos um caminho rápido para o crescimento profissional. Nesse aspecto, a FAEN busca aliar em seu trabalho o esforço contínuo para acompanhar e propiciar aos seus egressos, novas oportunidades de estudo e qualificação, como forma de ramificar as bases consolidadas para avançar nas competências das diversas profissões da área da saúde. A oferta dos cursos de *lato sensu* e *stricto sensu* estão condicionados a critérios e normas internas, bem como as estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC.

19. REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DA FACULDADE DE ENFERMAGEM (FAEN) DO CAMPUS CENTRAL DA UERN

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, DA DENOMINAÇÃO E DA DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO

Art. 1º. O Curso de Graduação em Enfermagem, grau Bacharelado, vinculado ao Departamento de Enfermagem da Faculdade de Enfermagem (Campus Central), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), destina-se a formar Enfermeiros para atuar nos diversos níveis de atenção à saúde, na educação profissional em enfermagem, na Educação Permanente em Saúde, na educação em saúde, na produção de conhecimentos científicos, técnicos e culturais que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região e do País.

Parágrafo único. Em conformidade com o Plano Diretor Institucional (PDI) 2016-2026 da UERN, o curso está organizado na perspectiva de assegurar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão para a formação de profissionais com competência técnica, ética e política, bem como de cidadãos críticos e criativos, para o exercício da cidadania.

CAPÍTULO II

DA CRIAÇÃO, DO FUNCIONAMENTO E DAS BASES LEGAIS

Art. 2º. O Curso de Graduação em Enfermagem da FAEN teve seu ato de criação aprovado pelo Decreto Municipal nº. 04/68, porém somente começou a funcionar em março de 1971, sendo reconhecido pelo Decreto nº 82.939/78 do Conselho Federal de Educação, e publicado no DOU em 26.12.1978.

Parágrafo único. O curso de graduação em Enfermagem, do Campus Universitário Central, grau acadêmico bacharelado foi criado pela Resolução n.º 007/2021 - CONSEPE que determinou que não sejam ofertadas vagas iniciais para o curso de graduação em Enfermagem (grau acadêmico bacharelado e licenciatura) – Código e-MEC 3564, a partir do ano letivo 2021.

Art. 3º. A graduação em enfermagem da FAEN é regida por:

- I. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96;
- II. Resolução CNE/CES Nº 03, de 7 de novembro de 2001 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem);
- III. Resolução nº 04, de 6 de abril de 2009 (Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em enfermagem);
- IV. Resolução Nº 1 de 17 de junho de 2004 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana), em atendimento ao Parecer CNE/CP 003/2004;
- VI. Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 (Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro Brasileira", e dá outras providências);
- VII. Resolução Nº 19/2019-CONSUNI, de 10 de setembro de 2019 (Estatuto da UERN); - Portaria Ministerial Nº 874, de 17 de junho de 1993, com alterações introduzidas pela Resolução Nº 006/2002-CONSUNI, de 05 de julho de 2002 (Regimento geral da UERN); Resolução nº 01/2022 – CONSUNI que aprova o Regimento Geral da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e revoga as Resoluções de nº11/1993 e 06/2002 – CONSUNI; e Resolução Nº 36/2018 - CONSEPE (Cria e regulamenta o Processo Seletivo de Vagas Ociosas – PSVO);
- VIII. Resolução Nº 26/2017 – CONSEPE, de 28 de junho de 2017 (Aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN);
- IX. Resolução Nº 34/2016 – CONSUNI, de 20 de setembro de 2016 (Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN - 2016/2026);
- X. Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986 (Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências);
- XI. Decreto Nº 94.406 de 8 de junho de 1987. Regulamenta a Lei Nº. 7498/86 de 25 de junho de 1986 (Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências).
- XII. Resolução nº 564 de 06 de novembro de 2017 (Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem).

Art. 4º. O Curso de Graduação em Enfermagem, grau bacharelado, modalidade presencial, ofertado no Campus Central tem seu turno de funcionamento integral, e apresenta regime de matrícula institucional para ingresso no 1º semestre letivo de cada ano, com inscrição em componentes curriculares semestralmente, exceto o ingresso por vagas não iniciais ou por vagas

ociosas.

Parágrafo único. Quando da viabilidade técnica, operacional, orçamentária e de recursos humanos e materiais, o regime de matrícula institucional para ingresso poderá se dar nos dois semestres (entrada semestral).

CAPÍTULO III

DAS FORMAS DE INGRESSO

Art. 5º. O ingresso no Curso de Graduação em Enfermagem da FAEN é realizado anualmente de forma conjunta com os demais cursos de graduação da UERN, ofertando 40 vagas iniciais, através de Processo Seletivo de Vagas Iniciais (PSVI), por meio de Processo Seletivo de Vagas Não Iniciais (PSVNI), Processo Seletivo de Vagas Ociosas (PSVO) e transferência ex-officio, definidos em normas específicas da UERN.

CAPÍTULO IV

DOS OBJETIVOS DO CURSO

Art. 6º. O curso de Enfermagem tem o objetivo geral de formar o enfermeiro bacharel generalista, humanista, crítico e reflexivo com autonomia, discernimento e pró-atividade, assegurando a integralidade do cuidado na atenção à saúde dos indivíduos, das famílias, dos grupos e das comunidades.

Parágrafo único. Esse processo se dará de forma permanente, embasado nos quatro pilares da educação que articulam o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e o aprender a conviver; pautado nos princípios da interdisciplinaridade/ transdisciplinaridade, da flexibilidade, da pluralidade, da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e da integração ensino-serviço.

Art. 7º. O curso de Enfermagem tem como objetivos específicos:

- I. Orientar o processo formativo no tocante às necessidades individuais e coletivas da população, respeitando as diversidades subjetivas, biológicas, mentais, étnicas, de gênero, de orientação sexual, social, econômica, política, ambiental, cultural, ética, espiritual, considerando assim todos os aspectos que compõem a pluralidade humana e que singularizam cada pessoa, grupo e sociedade assim como a longevidade humana com ou sem dependência.
- II. Garantir uma sólida formação fundamentando e articulando os conteúdos essenciais nas áreas do Cuidado de Enfermagem na Atenção à Saúde Humana, Gestão/Gerência do

cuidado de enfermagem e dos serviços de enfermagem e saúde, Educação em Saúde, Desenvolvimento Profissional em Enfermagem, Investigação/Pesquisa em Enfermagem e saúde, contribuindo assim para o enfrentamento dos desafios diante das transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

- III. Prover na formação os conhecimentos requeridos para o exercício das competências e habilidades no âmbito da atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, gerenciamento, educação permanente e pesquisa.
- IV. Vislumbrar a formação do enfermeiro no âmbito das necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) assegurando a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Quadro 1. Estrutura da organização curricular

UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS (ART. 21 DO RCG)		CARGA HORÁRIA
Disciplinas (RCG, Art. 49)	Obrigatórias	2.565
	Optativas	120
	Eletivas* (RCG, Art 49, Inc. III)	240
Atividades da prática como componente curricular (RCG, Arts. 28-29) OBS: Para licenciaturas e/ou conforme as DCN do curso		0
Estágio curricular supervisionado obrigatório (RCG, Arts. 30-31)		840
Trabalho de conclusão de curso (RCG, Arts. 32-33)		105
Atividades complementares (RCG, Arts. 34-36)		150
Atividades curriculares de extensão (Res. 25/2017 - CONSEPE, de 21/06/2017)		420
Carga horária total (sem as eletivas)		4.200

CAPÍTULO I

DAS ÁREAS TEMÁTICAS

Art. 8º. O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da FAEN está organizado nas seguintes áreas temáticas:

I. ÁREA TEMÁTICA: BASES BIOLÓGICAS E SOCIAIS DA ENFERMAGEM:

Proporciona a fundamentação das ciências biológicas, humanas e sociais para compreensão das necessidades de saúde manifestas no corpo individual, família, grupos e comunidade. Articula a produção destas necessidades ao Cuidado de Enfermagem junto ao indivíduo, família e comunidade; estabelece fundamento para o intervir comprometido com a transformação das práticas de saúde na sociedade.

- a) Antropologia e saúde
- b) Biologia celular e molecular
- c) Comportamento humano e relações
- d) Cultura, sociedade e reflexões
- e) Embriologia geral e histologia
- f) Fisiologia humana
- g) Fisiopatologia I
- h) Fisiopatologia II
- i) Mecanismos de agressão e defesa
- j) Morfologia
- k) Terapias e processos farmacológicos aplicados a enfermagem

II. ÁREA TEMÁTICA: FUNDAMENTOS DO CUIDADO DA ENFERMAGEM

Abrange os conteúdos técnicos, metodológicos, os meios e instrumentos inerentes ao Cuidado de Enfermagem nos distintos níveis da Atenção à Saúde, na assistência coletiva e individual, na educação em saúde e na educação profissional em enfermagem.

- a. Conhecimento científico: leituras e técnicas
- b. Criação de conteúdo, empreendedorismo e tecnologias
- c. Estudos científicos: natureza e interfaces da pesquisa
- d. Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa em enfermagem
- e. Ética, bioética e cidadania.
- f. Gênero, sociedade e diversidade
- g. História e processo de trabalho em enfermagem
- h. Necessidades de saúde e enfermagem
- i. Saúde ambiental
- j. Semiologia e semiotécnica I
- k. Semiologia e semiotécnica II
- l. Sistematização da assistência e o processo de enfermagem
- m. Sociedade, estado, universidade e enfermagem
- n. Trabalho de conclusão de curso I

- o. Trabalho de conclusão de curso II

III. ÁREA TEMÁTICA: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Abrange os conteúdos teóricos e práticos que compõem o Cuidado de Enfermagem, a Gestão dos Serviços de Enfermagem e Saúde, a Educação em Saúde, a Investigação/Pesquisa em Enfermagem voltados para a saúde da criança, do adolescente, do adulto e da 3ª idade, na promoção, proteção e recuperação da saúde. Possibilita o desenvolvimento de competência técnica, científica e política para desenvolver o Cuidado de Enfermagem nas Redes de Atenção à Saúde, e nos níveis de complexidade assistencial (primária, secundária e terciária), contemplando as ações voltadas para os aspectos epidemiológicos,; condições clínicas e cirúrgicas,; psiquiátricas,; pediátricas,; geriátricas e gineco-obstétricos

- a) Atenção e assistência em urgência e emergência - suporte básico de vida
- b) Atenção e assistência em urgência e emergência - suporte avançado de vida
- c) Epidemiologia e enfermagem
- d) Enfermagem nas ações integradas a saúde do idoso
- e) Enfermagem nas ações integradas na saúde do adulto
- f) Enfermagem nas ações integradas a saúde na infância e adolescência
- g) Enfermagem em saúde do trabalhador
- h) Enfermagem nas ações integradas materno infantil
- i) Enfermagem cirúrgica
- j) Enfermagem nas ações integradas ao paciente crítico
- k) Saúde Mental

IV. ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO EM ENFERMAGEM

Inclui os conteúdos teóricos e práticos da Gerência do Cuidado de Enfermagem, indissociada da Educação em Saúde e da , a Investigação/Pesquisa em Enfermagem, na Rede de Atenção à Saúde incluindo a atenção primária, secundária e terciária.

- a) O processo gerenciar de enfermagem

V. ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO, SAÚDE E ENFERMAGEM

Fundamenta-se na necessidade de garantir a formação do enfermeiro como educador; contempla as teorias, os métodos, as técnicas e as estratégias apropriadas ao processo de educação em saúde e Educação Permanente em Saúde.

- a) Educação em saúde;
- b) Desenvolvimento profissional em enfermagem

VI. ÁREA TEMÁTICA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Espaço de articulação teórico-prática, na perspectiva transdisciplinar, possibilitando aproximação, reflexão, interação e atuação no contexto dos serviços que integram a Rede de Atenção à Saúde configurando-se assim, como um espaço de convergência dos conhecimentos empíricos, científicos e tecnológicos pertinentes ao cuidado de enfermagem.

- a) Estágio em serviços de saúde I
- b) Estágio em serviços de saúde II

CAPÍTULO II

DO FLUXO CURRICULAR

Art. 9º. O fluxograma curricular do curso de Enfermagem da FAEN está organizado conforme seguem os quadros abaixo:

Quadro 2. Componentes curriculares do primeiro período do curso de enfermagem.

1º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
			T, P, T/P	Teórico	Prático	Total		
MDE0094	Embriologia geral e histologia	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	-
MDE0095	Biologia celular e molecular	DEN	T/P	45h	15h	60h	04	-
MDE0096	Sociedade, estado, universidade e enfermagem.	DEN	T/P	15h	30h	45h	03	-
MDE0097	Conhecimento científico: leituras e técnicas	DEN	T	45h		45h	03	-
MDE0098	Atenção e assistência em urgência e emergência suporte básico de vida –	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	-
MDE0099	Gênero, sociedade e diversidade	DEN	T	60h		60h	04	-
MDE0100	Necessidades de saúde e enfermagem.	DEN	T/P	15h	30h	45h	03	-
UCE0001	UCE	DEN	P		30h	30h	2	
TOTAL				255h	135h	375h	25	

Quadro 3. Componentes curriculares do segundo período do curso de enfermagem.

2º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
			T, P, T/P	Teórico	Prático	Total		
MDE0101	Antropologia e saúde	DEN	T	30h		30h	02	
MDE0103	Comportamento humano e relações	DEN	T	45h		45h	03	
MDE0104	Fisiologia humana	DEN	T/P	60h	30h	90h	06	Biologia celular e molecular
MDE0105	Morfologia	DEN	T/P	45h	45h	90h	06	Biologia celular e molecular/ Embriologia geral e histologia
MDE0102	Cultura, sociedade e reflexões	DEN	T	30h		30h	02	Gênero, sociedade e diversidade
MDE0106	História e processo de trabalho em enfermagem	DEN	T/P	15h	30h	45h	03	Sociedade, estado, universidade e enfermagem

	Optativa	DEN	T	60h		60h	04	
UCE0012	UCE	DEN	P		45h	45h	3	
TOTAL				285h	150h	435	29	

Quadro 4. Componentes curriculares do terceiro período do curso de enfermagem.

3º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
			T, P, T/P	Teórico	Prático	Total		
MDE0107	Saúde ambiental	DEN	T	45h		45h	03	-
MDE0108	Fisiopatologia I	DEN	T/P	60h	30h	90h	06	Fisiologia humana/ Morfologia
MDE0111	Mecanismos de agressão e defesa	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	-
MDE0112	Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa	DEN	T	45h		45h	03	Conhecimento científico: leituras e técnicas
MDE0109	Enfermagem em saúde coletiva	DEN	T/P	45h	45h	90h	06	Necessidades de saúde e enfermagem

MDE0110	Ética, bioética e cidadania	DEN	T/P	30h	30h	60h	04	-
UCE0013	UCE	DEN	P		45h	45h	03	-
TOTAL				255	165	420	28	

Quadro 5. Componentes curriculares do quarto período do curso de enfermagem.

4º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
			T, P, T/P	Teórico	Prático	Total		
MDE0113	Fisiopatologia II	DEN	T/P	45h	30h	75h	05	Fisiopatologia I
MDE0116	Terapias e processos farmacológicos aplicados a enfermagem	DEN	T	90h		90h	06	Fisiologia humana, Fisiopatologia II e Mecanismos de agressão e defesa
MDE0114	Epidemiologia e enfermagem	DEN	T/P	45h	45h	90h	06	Enfermagem em saúde coletiva
MDE0135	Semiologia e semiotécnica I	DEN	T/P	60h	60h	120h	08	Fisiologia humana/ Morfologia

MDE0115	Sistematização da assistência e o processo de enfermagem	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	História e processo de trabalho de enfermagem
UCE0004	UCE	DEN	P		30h	30h	2	
TOTAL				270	180	450h	30	

Quadro 6. Componentes curriculares do quinto período do curso de enfermagem.

5º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código Componente
			T, P, T/P	Teórico	Prático	Total		
MDE0136	Semiologia e semiotécnica II	DEN	T/P	60h	60h	120h	08	Semiologia e semiotécnica I
MDE0117	O processo gerenciar de enfermagem	DEN	T/P	45h	30h	75h	05	História e processo de trabalho em enfermagem / Epidemiologia e enfermagem
MDE0118	Educação em saúde	DEN	T/P	30h	30h	60h	04	Enfermagem em saúde coletiva

MDE0120	Saúde mental	DEN	T/P	45h	30h	75h	05	-
UCE0015	UCE	DEN	P		45h	45h	03	-
MDE0119	Estudos científicos: natureza e interfaces da pesquisa	DEN	T	45h		45h	03	Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa
TOTAL				225h	210h	420h	28	

Quadro 7. Componentes curriculares do sexto período do curso de enfermagem.

6º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação T, P, T/P	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
				Teórico	Prático	Total		
MDE0121	Enfermagem nas ações integradas a saúde do idoso	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	Semiologia e semiotécnica II/ Educação em saúde/ Epidemiologia e enfermagem

MDE0122	Enfermagem nas ações integradas na saúde do adulto	DEN	T/P	60h	30h	90h	06	Semiologia e semiotécnica II/ Educação em saúde/ Epidemiologia e enfermagem
MDE0123	Enfermagem nas ações integradas a saúde na infância e adolescência	DEN	T/P	75h	30h	105h	07	Semiologia e semiotécnica II / Educação em saúde/ Epidemiologia e enfermagem
MDE0124	Enfermagem em saúde do trabalhador	DEN	T/P	30h	30h	60h	04	Epidemiologia e enfermagem
UCE0036	UCE	DEN	P		75h	75h	05	
MDE0125	Desenvolvimento profissional em enfermagem	DEN	T/P	30h	30h	60h	04	Educação em saúde
TOTAL				225h	210h	435h	29	

Quadro 8. Componentes curriculares do sétimo período do curso de enfermagem.

7º PERÍODO						
		Depart	Aplicação	Carga Horária		Pré-requisito

Código	Componente Curricular	a- mento de origem	o	Teórico	Prático	Total	Crédito	código- Componente
			T, P, T/P					
MDE0126	Criação de conteúdo, empreendedorismo e tecnologias	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	-
MDE0127	Enfermagem nas ações integradas materno infantil	DEN	T/P	75h	30h	105h	07	Enfermagem nas ações integradas na saúde do adulto
MDE0128	Enfermagem cirúrgica	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	Semiologia e semiotécnica II
MDE0129	Trabalho de conclusão de curso I	DEN	T	45h		45h	03	Estudos científicos: naturezas e interfaces da pesquisa
	Optativa	DEN	T	60h		60h	04	-
UCE0017	UCE	DEN	P		45h	45h	03	-
TOTAL				255	90	345	23	

Quadro 9. Componentes curriculares do oitavo período do curso de enfermagem.

8º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
			T, P, T/P	Teórico	Prático	Total		
MDE0130	Enfermagem nas ações integradas ao paciente crítico	DEN	T/P	60h	60h	120h	08	Semiologia e semiotécnica II
MDE0131	Atenção e assistência em urgência e emergência - suporte avançado de vida	DEN	T/P	30h	15h	45h	03	Atenção e assistência em urgência e emergência - suporte básico de vida/ Semiologia e semiotécnica de enfermagem II
MDE0132	Trabalho de conclusão de curso II	DEN	T	60h		60h	04	Trabalho de conclusão de curso I
UCE0058	UCE	DEN	P		105h	105h	07	-
TOTAL				150	180	330	22	

Quadro 10. Componentes curriculares do nono período do curso de enfermagem.

9º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
			T, P, T/P	Teórico	Prático	Total		
MDE0133	Estágio em serviços de saúde I	DEN	P		420h	420h	28	Todos os componentes anteriores, exceto UCE's e Trabalho de conclusão de curso II
TOTAL					420	420h	28	

Quadro 11. Componentes curriculares do décimo período do curso de enfermagem.

10º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito código-Componente
			T, P, T/P	Teórico	Prático	Total		
MDE0134	Estágio em serviços de saúde II	DEN	P		420h	420h	28	Todos os

								componentes anteriores, exceto UCE's e Trabalho de conclusão de curso II
TOTAL				-	420	420h	28	

CAPÍTULO III

DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Art. 10. Os componentes curriculares de caráter optativo previstos no PPC da FAEN são:

Quadro 12. Componentes curriculares.

Código	Componentes curriculares	CH/CR
MDE0036	Metodologia da investigação em saúde coletiva	60h
MDE0041	Educação popular em saúde	60h
MDE0069	As práticas integrativas e os cuidados humanescentes em saúde	60h
MDM0012	Bioestatística	60h
MDE0002	Bioestatística com o uso de software estatístico	60h
	Princípios da Bioestatística	60h
MDE0001	Pesquisa Clínica e Epidemiológica	60h
MLV0135	Língua brasileira de sinais	60h
MCS0118	Relações Étnicas e Raciais	60h

CAPÍTULO IV

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 11. A integralização curricular do Curso de Graduação em Enfermagem da FAEN/UERN, grau bacharelado, dar-se-á pelo cumprimento de 4.200 horas de atividades acadêmicas, em um total de 280 créditos.

Parágrafo único. Para efeito de integralização curricular, o aluno deverá cumprir 2.565 horas de componentes curriculares obrigatórios, 840 horas de estágio, 105 horas de trabalho de conclusão de curso, 420 de unidade curricular de extensão, 120 horas de componentes curriculares de caráter optativo e 150 de atividades complementares, com tempo mínimo para integralização de 5 anos e máximo de 7,5 anos.

CAPÍTULO V

DA EQUIVALÊNCIA CURRICULAR

Art. 12. Ficam estabelecidas as seguintes equivalências curriculares para o Curso de Graduação em Enfermagem do Campus Central:

I. No Quadro 13, está a equivalência dos componentes curriculares entre as matrizes do curso de Enfermagem licenciatura/bacharelado e o curso de Enfermagem bacharelado. Para tanto, a equivalência no quadro abaixo é demonstrada da esquerda para a direita. O(a) discente que cursou o componente na matriz anterior (2014) terá equivalência (integralização) no componente da matriz vigente (bacharelado em enfermagem de 2021).

Quadro 13. Equivalência dos componentes curriculares do curso de enfermagem bacharelado com a matriz do curso de enfermagem bacharelado e licenciatura (2014).

Componente da matriz de vínculo do aluno (2014)				Componente equivalente (2021)			
Matriz	Código	Componente	CH	Matriz	Código	Componente	CH
2014	MFI0149	Fundamentos da Filosofia	60	2021	MDE0102	Cultura, sociedade e reflexões	30
2014	MDE0034	Biologia	75	2021	MDE0095	Biologia celular e molecular	60
2014	MDE0004	A universidade e a produção da força de trabalho em enfermagem	45	2021	MDE0096	Sociedade, estado, universidade e enfermagem	45
2014	MDE0005	Concepções sobre o ato de estudar	45	2021	MDE0097	Conhecimento científico: leituras e técnicas	45
2014	MDE0028	Antropologia e saúde	45	2021	MDE0101	Antropologia e saúde	30
2014	MDE0029	Morfologia	105	2021	MDE0105	Morfologia	90
2014	MDE0030	Processos fisiológicos	135	2021	MDE0104	Fisiologia humana	90
2014	MDE0006	História e processo de trabalho em enfermagem	60	2021	MDE0106	História e processo de trabalho em enfermagem	45
2014	MDE0031	Processos patológicos	135	2021	MDE0108	Fisiopatologia I	75

2014	MDE0033	Saúde ambiental	45	2021	MDE0107	Saúde ambiental	45
2014	MDE0010	Semiologia e semiotécnica de enfermagem no processo saúde doença do adulto	225	2021	MDE0135	Semiologia e semiotécnica I	120
2014	MDE0007	Epidemiologia e enfermagem	120	2021	MDE0114	Epidemiologia e enfermagem	90
2014	MDE0016	Pesquisa e enfermagem	60	2021	MDE0112	Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa	45
2014	MDE0032	Processos terapêuticos	135	2021	MDE0116	Terapias e processos farmacológicos aplicados à enfermagem	90
2014	MDE0011	Enfermagem em saúde coletiva	90	2021	MDE0109	Enfermagem em saúde coletiva	90
2014	MDE0013	Exercício de enfermagem	45	2021	MDE0110	Ética, bioética e cidadania	60
2014	MDE0015	O processo gerenciar da enfermagem	60	2021	MDE0117	O processo gerenciar de enfermagem	75
2014	MDE0037	Educação em saúde	60	2021	MDE0118	Educação em saúde	60
2014	MDE0008	Processo de investigação em enfermagem	60	2021	MDE0119	Estudos científicos: natureza e interfaces da pesquisa	45
2014	MDE0014	Enfermagem no processo saúde/doença da criança e do adolescente	150	2021	MDE0123	Enfermagem nas ações integradas a saúde na infância e adolescência	105

2014	MDE0017	Enfermagem na saúde/doença do processo produtivo	60	2021	MDE0124	Enfermagem em saúde do trabalhador	60
2014	MDE0021	Enfermagem no processo saúde/doença da 3ª idade	90	2021	MDE0121	Enfermagem nas ações integradas a saúde do idoso	45
2014	MDE0022	Enfermagem no processo saúde/doença do adulto	270	2021	MDE0130	Enfermagem nas ações integradas ao paciente crítico	120
2014	MDE0018	Enfermagem no processo de reprodução humana	210	2021	MDE0127	Enfermagem nas ações integradas materno infantil	120
2014	MDE0042	Monografia	45	2021	MDE0132	Trabalho de conclusão de curso II	60
2014	MDE0152	Estágio em serviços de saúde I	420	2021	MDE0133	Estágio em serviços de saúde I	420
2014	MDE0153	Estágio em serviços de saúde II	420	2021	MDE0134	Estágio em serviços de saúde II	420

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

II. No Quadro 14, está a equivalência dos componentes curriculares entre as matrizes do curso de Enfermagem bacharelado (2021) e o curso de Enfermagem licenciatura/bacharelado (2014). Para tanto, a equivalência no quadro abaixo é demonstrada da esquerda para a direita. O (a) discente que cursou o componente na matriz do curso de enfermagem bacharelado (2021) terá equivalência (integralização) no componente do curso de enfermagem bacharelado e licenciatura, 2014 (em processo de extinção).

Quadro 14. Equivalência dos componentes curriculares do curso de Enfermagem bacharelado (2021) com o curso de Enfermagem licenciatura/bacharelado (2014).

Componente da matriz de vínculo do aluno				Componente equivalente			
Matriz	Código	Componente	CH	Matriz	Código	Componente	CH
2021	MDE0095	Biologia celular e molecular	75	2014	MDE0034	Biologia	60
2021	MDE0096	Sociedade, estado, universidade e enfermagem	45	2014	MDE0004	A universidade e a produção da força de trabalho em enfermagem	45
2021	MDE0097	Conhecimento científico: leituras e técnicas	45	2014	MDE0005	Concepções sobre o ato de estudar	45
2021	MDE0105	Morfologia	90	2014	MDE0029	Morfologia	105
2021	MDE0106	História e processo de trabalho em enfermagem	45	2014	MDE0006	História e processo de trabalho em enfermagem	60
2021	MDE0107	Saúde ambiental	45	2014	MDE0033	Saúde ambiental	45
2021	MDE0114	Epidemiologia e enfermagem	90	2014	MDE0007	Epidemiologia e enfermagem	120
2021	MDE0112	Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa	45	2014	MDE0016	Pesquisa e enfermagem	60
2021	MDE0109	Enfermagem em saúde coletiva	90	2014	MDE0011	Enfermagem em saúde coletiva	90
2021	MDE0110	Ética, bioética e cidadania	60	2014	MDE0013	Exercício de enfermagem	45
2021	MDE0117	O processo gerenciar de enfermagem	75	2014	MDE0015	O processo gerenciar da enfermagem	60
2021	MDE0118	Educação em saúde	60	2014	MDE0037	Educação em saúde	60

2021	MDE0119	Estudos científicos: natureza e interfaces da pesquisa	45	2014	MDE0008	Processo de investigação em enfermagem	60
2021	MDE0124	Enfermagem em saúde do trabalhador	60	2014	MDE0017	Enfermagem na saúde/doença do processo produtivo	60
2021	MDE0129	Trabalho de Conclusão de Curso I	45	2014	MDE0025	Estudos orientados para a elaboração da monografia	30
2021	MDE0132	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	2014	MDE0042	Monografia	45
2021	MDE0133	Estágio em serviços de saúde I	420	2014	MDE0152	Estágio em serviços de saúde I	420
2021	MDE0134	Estágio em serviços de saúde II	420	2014	MDE0153	Estágio em serviços de saúde II	420

Fonte: Campus Central/UERN, 2022.

III. No Quadro 15, está a equivalência de componente curricular com a matriz do curso de Enfermagem bacharelado (2021). Para tanto, a equivalência no quadro abaixo é demonstrada da esquerda para a direita. O (a) discente que cursou um componente curricular terá equivalência (integralização) na matriz do curso de enfermagem bacharelado (2021)

Quadro 15. Equivalência de componentes curriculares com o curso de Enfermagem bacharelado (2021).

Componente equivalente			Componente da matriz de vínculo do aluno		
Código	Componente	CH	Código	Componente	CH
UCE0031	UCE	75	UCE0036	UCE	75

TÍTULO III

DA CONCEITUAÇÃO DO ESTÁGIO, DAS SUAS BASES LEGAIS, DOS SEUS OBJETIVOS E DE SUA OBRIGATORIEDADE

CAPÍTULO I

DA CONCEITUAÇÃO DO ESTÁGIO E DAS BASES LEGAIS

Art. 13. O estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante.

Parágrafo único. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório corresponde a 20% da carga horária total do curso e deve ser integralizado em dois semestres letivos, contabilizando um total de 840 horas (56 créditos).

Art. 14. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é regido por:

- I. Resolução CNE/CES Nº 03, de 7 de novembro de 2001 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem);
- II. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Dispõe sobre o estágio dos estudantes);
- III. Resolução nº 04, de 6 de abril de 2009 (Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em enfermagem);
- IV. Resolução Nº 1 de 17 de junho de 2004 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana), em atendimento ao Parecer CNE/CP 003/2004;
- V. Política Nacional de Educação Permanente para o Sistema Único de Saúde;
- VI. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990;
- VII. Portaria Normativa nº 001/2018-GS/SESAP de 08 de janeiro de 2018 que dispõe sobre as normas para realização de ensino, pesquisa e extensão abrangendo o Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório, Internato Médico, Práticas Supervisionadas, Residência em Área Profissional da Saúde e Multiprofissional em Saúde, Residência Médica, Visitas Técnicas e Projetos de Pesquisa e de Extensão no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte;
- VIII. Resolução nº 26/2017 do CONSEPE que aprova o regulamento dos cursos de graduação da UERN;
- IX. Resolução 05/2015 do CONSEPE que Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Bacharelado da UERN.

CAPÍTULO II

DA CONFIGURAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 15. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório em enfermagem constitui-se de atividades desenvolvidas nos seguintes componentes curriculares:

- I. Estágio em Serviços de Saúde I, cursado no 9º período da graduação com carga horária de 420 horas.
- II. Estágio em Serviços de Saúde II, cursado no 10º período da graduação com carga horária de 420 horas.

§ 1º Apesar de estar organizado em componentes distintos, ele é concebido como momento de consolidação da teoria e prática articulada ao desenvolvimento da autonomia profissional do aluno, orientado pelos princípios do aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser.

§ 2º Quando o aluno, no 9º período do curso, cursar o Estágio em Serviços de Saúde I na rede de Atenção Primária à Saúde, ele cursará no 10º período, obrigatoriamente, o Estágio em Serviços de Saúde II na rede hospitalar de atenção à saúde. Esta regra vale também quando houver a inversão dos referidos campos para o 9º e para o 10º período do curso, respectivamente.

Art. 16. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório em enfermagem, enquanto componente curricular obrigatório do curso de graduação, tem como objetivos:

- I. Proporcionar a integração do aluno aos serviços de saúde objetivando a vivência de experiências sociais, culturais e profissionais para o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes ao cuidado de enfermagem no âmbito dos diferentes níveis de complexidade da assistência ao indivíduo, família e comunidade.
- II. Fomentar experiências de aprendizagem social, profissional e cultural por meio da inserção em situações reais do cenário assistencial.
- III. Desenvolver competências e habilidades inerentes ao exercício profissional do enfermeiro na Atenção à Saúde seja na promoção da saúde, prevenção de agravos e no tratamento realizado ao nível ambulatorial ou hospitalar.
- IV. Estabelecer articulações interdisciplinares e transdisciplinares entre os conteúdos dos diferentes componentes curriculares que compõem a matriz curricular do curso.
- V. Estimular a produção de novos conhecimentos a partir da articulação teoria-prática.
- VI. Estabelecer parcerias com os profissionais dos serviços para o desenvolvimento da

pesquisa e da extensão.

CAPÍTULO III

DA FREQUÊNCIA DO ALUNO NO ESTÁGIO

Art. 17. A frequência do aluno no desenvolvimento das atividades de estágio deve corresponder a 100% da carga horária destinada para este fim.

Art. 18. A falta do estagiário, no decurso das horas diárias de trabalho programadas, pode ser devido à ausência do aluno, ao atraso ou devido à saída antecipada das atividades previstas do respectivo campo de estágio.

§ 1º. Caberá ao supervisor acadêmico de estágio em conjunto com o enfermeiro supervisor de campo de estágio, avaliar a falta devido ao atraso no início das atividades previstas ou devida à saída antecipada do respectivo campo de estágio, e comunicar sua decisão à coordenação de estágio;

§ 2º. A tolerância para o atraso no início das atividades de estágio será de quinze (15) minutos;

§ 3º. As faltas podem ser consideradas justificadas quando motivadas por: doença, óbito de parentes próximos (restrito a pais, irmãos, avós, cônjuges e filhos), hospitalização, compromissos eleitorais ou judiciais, mediante a respectiva comprovação por meio de documentos.

§ 4º. O estagiário poderá ausentar-se mediante a respectiva comprovação por atestado médico ou atestado de óbito, comprovante de internação ou comprovante da justiça, sendo que o referido aluno fica na obrigação de repor, após as intercorrências, a carga horária integral do estágio na respectiva área;

§ 5º. Caberá à coordenação de estágio planejar a reposição das faltas justificadas, dentro do calendário acadêmico da UERN no qual o estágio está sendo desenvolvido;

§ 6º. O aluno que se ausentar do estágio, sem observância dos itens acima citados será automaticamente reprovado no respectivo componente curricular de estágio.

Art. 19. A participação em atividades acadêmicas e/ou científicas de relevância para a formação do discente poderá ser considerada parte do estágio, não implicando em reposição de carga

horária, desde que seja solicitada em requerimento elaborado com antecedência de 10 (dez) dias, contendo: nome do evento, área de conhecimento, local e data de realização, e o devido comprovante de inscrição; o deferimento está condicionado à anuência da coordenação de estágio e dos supervisores imediatos.

Parágrafo único. A participação em atividades acadêmicas e/ou científicas para ser considerada parte do estágio curricular supervisionado deverá ser comprovada mediante certificação.

CAPÍTULO IV DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 20. O estágio curricular obrigatório supervisionado em enfermagem poderá ser realizado em:

- I. Prioritariamente nos serviços que integram a Rede de Atenção à Saúde na atenção primária, secundária e terciária.
- II. Órgãos da administração direta e indireta nas esferas municipal, estadual e federal que tenham relação direta com a assistência à saúde.
- III. Associações civis e/ou entidades que tenham relação direta com a assistência à saúde, quando legalmente constituídas;
- IV. Qualquer setor da própria UERN (Pró-Reitorias, Unidades, Campi Avançados, Departamentos Acadêmicos ou Administrativos, ambulatório), desde que a atividade a ser desenvolvida pelo estagiário tenha afinidade com os objetivos para este componente curricular, estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso.

CAPÍTULO V DA COORDENAÇÃO E DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

Art. 21. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Graduação em Enfermagem contará com uma Coordenação de Estágio, que acumulará as funções de coordenador de estágio da unidade e de coordenador de estágio do curso, e com professores supervisores dos seguintes componentes curriculares:

I - Estágio em Serviços de Saúde I, realizado no 9º período, com carga horária de 420 horas.

II - Estágio em Serviços de Saúde II, realizado no 10º período, com carga horária de 420 horas.

Art. 22. O coordenador de estágio da unidade/curso deverá ser docente efetivo da FAEN, obrigatoriamente enfermeiro, com tempo mínimo de três anos de exercício na instituição e que tenha exercido ou esteja exercendo a supervisão de estágio no curso.

§ 1º Cabe à plenária do Departamento de Enfermagem a escolha do coordenador de estágio da unidade/curso.

§ 2º A coordenação do estágio contará com uma carga horária semanal de 04 horas, para cumprir mandato de (02) dois anos, sendo admitida uma recondução.

Art. 23. São atribuições da coordenação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório :

- I. Planejar e organizar o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório: articular novos espaços, cronograma, previsão das atividades a serem realizadas por campo, encaminhar junto ao DEN a documentação necessária para a confecção dos Termos de Consentimento de Estágio (TCE).
- II. Coordenar as atividades a serem desenvolvidas por tutores e preceptores.
- III. Acompanhar a execução do planejamento do Estágio.

Art. 24. O supervisor acadêmico de estágio deverá ser docente do quadro efetivo, obrigatoriamente enfermeiro, com a responsabilidade do acompanhamento didático pedagógico do estagiário, durante a realização dessa atividade.

§ 1º A carga horária do supervisor acadêmico de estágio é definida pelas Normas Institucionais da UERN.

§ 2º. A composição dos grupos de estagiários nos campos de estágio, é regida também pelas normas institucionais de cada campo, que orientam o número de estagiários por campo/setor/turno de trabalho.

Art. 25. São atribuições dos supervisores acadêmicos de estágio:

- I. Supervisão indireta do discente nos campos que sediam o estágio.
- II. Promover a integração do aluno junto aos preceptores do serviço.
- III. Estabelecer comunicação efetiva junto à coordenação sobre o andamento do estágio, atuação dos alunos, intercorrências que demandem intervenções administrativas entre as instituições envolvidas.
- IV. Participar do planejamento do estágio e da avaliação do discente.

Parágrafo único. Os supervisores acadêmicos de estágio são os professores do DEN.

Art. 26. São atribuições do enfermeiro supervisor de campo de estágio, em conjunto com o supervisor acadêmico de estágio:

- I. Supervisão direta do discente nos campos que sediam o estágio.
- II. Acompanhamento e orientação do aluno no desenvolvimento de suas atividades.
- III. Promover a integração do aluno junto à equipe multiprofissional do serviço.
- II. Estabelecer comunicação efetiva junto ao tutor e coordenação sobre o andamento do estágio, atuação dos alunos, intercorrências que demandem intervenções administrativas entre as instituições envolvidas.
- III. Participar do planejamento do estágio e da avaliação do discente.

CAPÍTULO VI

DA DOCUMENTAÇÃO E DO REGISTRO

Art. 27. O registro em documentos é uma exigência para o estagiário do Curso de Graduação em Enfermagem da FAEN/UERN, que corresponde às atividades executadas em função do estágio, conforme estabelece o Projeto Pedagógico de Curso.

Parágrafo único. Constituem-se documentos a serem apresentados, para registro de atividades de estagiários, de acordo com o cronograma de avaliações dos componentes: fichas de frequência e os instrumentos de avaliação, devidamente preenchidos e apreciados pelos respectivos responsáveis.

CAPÍTULO VII

DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 28. A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é um processo pedagógico de acompanhamento do desempenho dos alunos em relação à aprendizagem, às habilidades e competências adquiridas.

§ 1º. As avaliações dos componentes curriculares do estágio do Curso de Graduação em Enfermagem da FAEN/UERN serão realizadas pelos supervisores acadêmicos de estágio (tutor) dos respectivos componentes curriculares, pelos enfermeiros supervisores de campo de estágio (preceptor) e pelos estagiários.

§ 2º. O estagiário será avaliado nos aspectos de assiduidade e aproveitamento de acordo com o instrumento de avaliação do estágio curricular obrigatório supervisionado e critérios instituídos pelo Departamento de Enfermagem, ajustados às peculiaridades próprias do estágio.

Art. 29. São considerados como instrumentos de avaliação da aprendizagem dos componentes curriculares do estágio, no âmbito da FAEN:

- I. Planejamento, elaboração e socialização do Plano de Trabalho do Discente;
- II. Implementação/execução do Plano de Trabalho do Discente;
- III. A elaboração e apresentação do(s) relatório(s) de estágio;
- IV. A avaliação das habilidades e competências desenvolvidas pelos alunos por ocasião do estágio.

CAPÍTULO VIII

DOS DEVERES E DIREITOS DO ESTAGIÁRIO

Art. 30. É dever do estagiário:

- I. Participar do planejamento das atividades programadas em conjunto com a Coordenação de Estágio da FAEN, tutores e preceptores;
- II. Organizar sistematicamente o registro das atividades e vivências;
- III. Zelar pelo cumprimento das diretrizes desta política, das normas institucionais e do Código de Ética da Enfermagem no desenvolvimento das suas atividades;
- IV. Manter atitude de zelo na utilização dos recursos destinados para a assistência pelas instituições que sediam o estágio;
- V. Conhecer e aplicar as resoluções que orientam o estágio curricular obrigatório no âmbito da UERN;
- VI. Cumprir a carga horária integral do estágio curricular obrigatório em cada componente proposto, cabendo-lhe o dever de repor as eventuais faltas;
- VII. Assinar Termo de Compromisso de Estágio no período designado pela Coordenação de Estágio da FAEN;
- VIII. Apresentar-se no campo devidamente identificado em crachá confeccionado pelo Departamento de Enfermagem;
- IX. Participar da avaliação continuada que será planejada e executada em ciclos durante o semestre letivo;
- X. Manter-se identificado no campo, ser ético e cordial;
- XI. Apresentar ao tutor diariamente a ficha de registro da frequência e o registro de suas

atividades;

- XII. Participar dos momentos destinados a planejar, orientar e avaliar o estágio entre outras atividades programadas pela coordenação de estágio;
- XIII. Reportar-se ao preceptor e ao tutor para solucionar dúvidas quanto ao desempenho das suas atividades ou quando julgar necessário mediante situações não previstas neste documento.

Parágrafo único. O não comparecimento a estes momentos implicará em falta que deverá ser justificada perante a Coordenação de Estágio.

Art. 31. É direito do estagiário:

- I. Receber da Faculdade de Enfermagem os formulários e demais documentos necessários ao estágio;
- II. Ser encaminhado oficialmente pela Faculdade de Enfermagem à instituição campo de estágio;
- III. Receber assistência e orientação dos supervisores de estágio;
- IV. Requerer à coordenação de estágio, em casos excepcionais e devidamente justificados e comprovados, a mudança de instituição campo de estágio;
- V. Recorrer junto à Coordenação de Estágio da decisão do supervisor acadêmico de estágio ou do enfermeiro supervisor de campo de estágio, mediante a devida justificativa.

TÍTULO IV

DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 32. A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade.

Art. 33. As ações de extensão na FAEN são classificadas e obedecem às seguintes definições, em consonância com legislação vigente na UERN:

- I. Programa: se constitui em um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrado as atividades de pesquisa e ensino. Apresenta caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum. Deve ter duração mínima de

dois e máxima de cinco anos, podendo ser reeditado por um número indeterminado de vezes, a depender da demanda da comunidade.

- II. Projeto: se constitui em uma ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser vinculado ou não a um programa de extensão. Deve ter duração de um ano, sendo permitida sua reedição.
- III. Cursos: se constitui em um conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 (oito) horas e critérios de avaliação definidos;
- IV. Evento: se constitui em uma ação que implica na apresentação ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela universidade.
- V. Prestação de serviço: se caracteriza pela realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.
- VI. Unidades Curriculares de Extensão (UCE): são componentes curriculares de natureza flexível e renovável na definição de temáticas vinculadas aos Programas e ou Projetos de Extensão.

Art 34. Os conteúdos das UCE têm natureza teórico-prático-reflexiva com perspectiva epistemológica e didático-pedagógica interdisciplinar e transdisciplinar, desenvolvidos na relação dialógica com grupos comunitários e sociedade em geral.

§1º. Uma UCE é ofertada a partir, obrigatoriamente, de sua vinculação com Programas e/ou Projetos institucionalizados na Pró-Reitoria de Extensão da UERN, respeitados os trâmites ordinários previstos na legislação vigente.

§2º. De acordo com os atos legais, o curso de Enfermagem da FAEN contará com 420h de UCE distribuídas ao longo do processo formativo, respeitando a legislação atual sobre a matéria.

Art. 35. As Ações de Extensão de caráter extracurricular devem estar em consonância com o PPC do Curso de Enfermagem ou com o Regimento da FAEN (Título V: Das Atividades

Complementares), sendo que sua certificação ocorrerá mediante institucionalização na Pró-Reitoria de Extensão.

Parágrafo único. Poderão ser propostas por docentes, técnicos administrativos e estudantes do referido curso, desenvolvidas por uma equipe coordenadora que articulará a execução das atividades e sua inserção nos cenários formativos.

TÍTULO V

DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I

DA APLICAÇÃO ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 36. Entende-se que Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

§ 1º. As atividades devem ser realizadas durante todo o Curso de Graduação em Enfermagem, através de ações de extensão, pesquisa, seminários, simpósios, palestras, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica, fóruns, representação discente, estágios curriculares não obrigatórios, além de outras atividades de caráter social como: trabalho voluntário em instituições diversas (orfanatos, asilos, albergues, creches etc.); dentre outras que o aluno possa inserir em seu currículo após aprovadas pela orientação acadêmica e chefia de departamento.

§ 2º. O aluno deverá distribuir essa carga horária em pelo menos três (03) atividades diferentes, contemplando o ensino, a pesquisa e a extensão, conforme legislação vigente.

§ 3º. O discente deverá cumprir no mínimo 150 horas em outras atividades ~~eletivas~~ complementares, durante a graduação.

§ 4º. A documentação comprobatória deve ser entregue semestralmente pelo aluno à Orientação Acadêmica do curso, e serão computadas de acordo com o detalhamento abaixo:

ATIVIDADES DE ENSINO			
RELAÇÃO DAS ATIVIDADES	CH	CH MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Participação como ministrante em cursos acadêmicos com carga horária mínima de 10h.	Carga horária do curso sob responsabilidade do discente.	30 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do curso.
Participação como palestrante com plano de trabalho com carga horária máxima de 08h.	Carga horária da palestra	24 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização da palestra.
Participação como ouvinte em cursos de extensão com carga horária mínima de 20h.	Carga horária do curso	30 horas	Certificado de conclusão do curso.
Participação como ouvinte em minicurso/oficina com carga horária mínima de 2h.	Carga horária do minicurso/oficina	10 horas	Certificado de conclusão do minicurso/oficina.
Participação em Projetos de Ensino de Graduação institucionalizados, incluindo grupos PET (SESu/MEC), PIM, PIBID, etc.	15 horas por semestre	60 horas	Declaração emitida pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.
Seminário interdisciplinar.	5 horas por evento	20 horas	Controle de frequência emitido pelo Departamento de Enfermagem.

Componentes curriculares de curso de graduação em Enfermagem ou área afim, não presentes no currículo do seu curso de graduação, oferecidos pela IES ou em outra instituição.	15h por componente	30 h	Comprovação de frequência e aprovação emitida por IES responsável pelo curso.
ATIVIDADES DE PESQUISA			
RELAÇÃO DAS ATIVIDADES	CH	CH MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Participação em projetos de pesquisas institucionalizados na UERN, orientada por docentes, por período mínimo de um semestre, incluindo as modalidades de PIBIC, PIBITI e PIBIC-EM, sendo na condição de bolsista ou não-bolsista.	15 horas por semestre.	60 horas	Certificado emitido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação.
Participação em grupos de pesquisas cadastrados no CNPq, orientada	05 horas por semestre	20 horas	Declaração do líder do grupo.

por docentes, por período mínimo de um semestre.			
Apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais, na condição de relator.	4 horas por trabalho	20 horas	Certificação de apresentação do trabalho.
Apresentação de trabalhos em eventos científicos regionais locais, na condição de relator.	3 horas por trabalho	15 horas	Certificação de apresentação do trabalho.
Resumos simples publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais.	4 horas por trabalho	20 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Resumos expandidos publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais.	5 horas por trabalho	25 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e

			a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais.	6 horas por trabalho	30 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Resumos simples publicados em anais de eventos científicos regionais e locais.	3 horas por trabalho	15 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Resumos expandidos publicados em anais de eventos	4 horas por trabalho	20 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN

científicos regionais e locais.			ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos regionais e locais.	5 horas por trabalho	25 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Artigos científicos publicados em revistas com Qualis A1 e A2 para enfermagem, ou fator de impacto > 2,5.	20 horas por artigo	60 horas	Primeira e última páginas do artigo, deixando legíveis os nomes dos autores, nome da revista, DOI, volume, número, ano e paginação.
Artigos científicos publicados em revistas com Qualis B1, B2 e B3 para enfermagem, ou	10 horas por artigo	30 horas	Primeira e última páginas do artigo, deixando legíveis os nomes dos autores, nome da

fator de impacto entre 0,001 e 1,299.			revista, DOI, volume, número, ano e paginação.
Artigos científicos publicados em revistas com Qualis CAPES B4 e B5.	5 horas por artigo	15 horas	Primeira e última páginas do artigo, deixando legíveis os nomes dos autores, nome da revista, DOI, volume, número, ano e paginação.
Capítulos de livros publicados com DOI ou ISBN.	5 horas por capítulo	15 horas	Cópia da capa; da folha com ficha catalográfica em que conste o código de publicação (ISSN, ISBN etc.); a página do sumário em que conste o capítulo e a primeira e última páginas do capítulo.
Livros publicados com DOI ou ISBN.	20 horas por livro	60 horas	Cópia da capa; da folha com ficha catalográfica em que conste o código de publicação (ISSN, ISBN etc.).
ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
RELAÇÃO DAS ATIVIDADES	CH	CH MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
			O

Participação em projetos de extensão institucionalizados, incluindo participação em núcleos de extensão, centros de prestação de serviços e unidades de extensão.	15 horas por semestre	60 horas	Declaração emitida pela Pró-Reitoria de Extensão da UERN.
Participação em ações de extensão institucionalizadas.	Carga horária da ação, com teto de 10 horas por ação	30 horas	Declaração emitida pela Pró-Reitoria de Extensão da UERN ou por docente coordenador do evento/ação.

OUTRAS ATIVIDADES

RELAÇÃO DAS ATIVIDADES	CH	CH MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Participação em eventos na condição de monitor ou membro de comissão organizadora.	10 horas por evento.	30 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em diretorias de entidades de movimento estudantil (CA e DCE).	10 horas por semestre	20 horas	Declaração assinada pelo dirigente responsável pela entidade estudantil.
Participação em	4 horas por evento	20 horas	Certificado

congressos, fóruns, simpósios ou outros eventos científicos nacionais e internacionais da área de enfermagem ou áreas afins.			expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em congressos, fóruns, simpósios ou outros eventos científicos regionais e locais da área de enfermagem ou áreas afins.	3 horas por evento	15 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em outros eventos relacionados à sua área de formação.	3 horas por evento	15 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em Organizações Não-Governamentais.	10 horas por semestre	20 horas	Declaração assinada pelo dirigente responsável da ONG e relatório de atividades.
Estágios extracurriculares, voluntários ou remunerados, na área de enfermagem, em instituições públicas ou privadas, autorizadas pela	30 horas por semestre	60 horas	Certificação emitida pela instituição concedente do estágio.

coordenação de estágio do curso/unidade.			
--	--	--	--

TÍTULO VI

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA, DA ENTREGA E DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 37. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um requisito básico para a formação do Enfermeiro da FAEN, compreendendo como fundamental e basilar para este processo. É um componente curricular autônomo que corresponde à produção acadêmica que expressa as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, bem como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação, e que tem sua regulamentação no Projeto Pedagógico de Curso.

§ 1º. O TCC da Graduação em Enfermagem da FAEN-UERN resultará na elaboração de uma monografia ou um Artigo Científico.

§ 2º. Tem como princípios metodológicos que orientam a formação profissional a interdisciplinaridade do conhecimento, a integralidade da formação e a interprofissionalidade das práticas e do trabalho, com objetivos de ensino com vistas a ensinar a conhecer, classificar, analisar, discorrer, opinar, julgar, fazer analogias, registrar, fazer diagnósticos, fazer generalizações, dentre outros.

CAPÍTULO II

DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 38. As atividades de pesquisa e investigação científica iniciam-se com o componente curricular Conhecimento científico: leituras e técnicas; tem continuidade com o componente curricular —Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa em enfermagem; e será concluída por ocasião do componente curricular Estudos científicos: Natureza e interfaces da pesquisa; e de forma transversal em outros componentes como: Criação de conteúdo, empreendedorismo e tecnologias e bioestatística como componente optativo.

Art. 39. O projeto de pesquisa culminará para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentados no 7º e 8º período da estrutura curricular, sendo realizado de forma individual, e elaborado a partir da delimitação do objeto de estudo, sob a orientação de um professor e submetida a apreciação de uma banca examinadora a ser definida em conjunto com o professor orientador.

Art. 40. O projeto de pesquisa será estruturado de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) em vigor, com os seguintes itens:

- I. Título (mesmo que provisório)
- II. Problematização (justificativa, relevância, referenciais teóricos)
- III. Objetivos do Trabalho
- IV. Hipóteses ou Pressupostos (quando cabíveis)
- V. Metodologia
- VI. Cronograma de execução
- VII. Quadro orçamentário
- VIII. Referências
- IX. Anexos e Apêndices (quando cabíveis)

§ 1º. Atendendo à Resolução nº 466/12, e Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) as pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à avaliação de um Comitê de Ética e somente poderá ser executada mediante parecer de aprovação.

§ 2º. O Referencial Teórico deve ser elaborado a partir de publicações relevantes para a temática a ser discutida, podendo estar contemplada na problematização do projeto ou ainda, em um item específico.

Art. 41. A entrega do projeto de pesquisa à coordenação de TCC far-se-á após a aprovação do aluno no componente curricular Estudos científicos: Natureza e interfaces da pesquisa.

§ 1º. É aprovado no componente curricular Estudos científicos: Natureza e interfaces da pesquisa o aluno que cumprir os prazos de entrega das atividades deste componente curricular e obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete), resultante de média aritmética simples, atribuída ao projeto de pesquisa, aos relatórios de acompanhamento e orientação, bem como as demais atividades do referido componente curricular.

§ 2º. O cumprimento dos prazos é considerado critério avaliativo obrigatório.

CAPÍTULO III

DA CONSTRUÇÃO, ENTREGA E DEFESA DA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 42. O acompanhamento da construção do TCC ocorrerá no decorrer dos componentes curriculares TCC I e TCC II.

Art. 43. A defesa e entrega do TCC deverá ocorrer no componente curricular TCC II, ofertada no 8º (oitavo) período do curso.

Art. 44. A construção do TCC dar-se-á nos seguintes formatos: Monografia ou Artigo Científico.

§ 1º. A Monografia deve respeitar às normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em consonância com versão mais atualizada do MANUAL DE NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN);

§ 2º. O Artigo Científico deve ser apresentado de acordo com as normas de um periódico indexado em bases de dados nacional ou internacional, indicado pelo aluno em conjunto com seu orientador. As normas do periódico escolhido devem ser entregues juntamente com o artigo. Condiciona-se a aprovação do artigo na FAEN a sua submissão no periódico escolhido e a apresentação do comprovante de submissão.

Art. 45. O aluno concluinte do Curso de graduação em Enfermagem deverá apresentar o TCC de forma presencial, independente do seu formato, em defesa pública, realizada no Seminário de Pesquisa da FAEN/UERN, desenvolvido no 8º período do curso, período em que há a obrigatoriedade da entrega do TCC.

§ 1º. É aprovado no componente curricular de que trata o caput, o aluno que cumprir os prazos de entrega das atividades do componente curricular e obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) resultante da média aritmética simples, atribuída às seguintes atividades avaliativas: avaliação da versão final e da defesa pública do TCC por parte de uma banca examinadora coordenada pelo orientador.

§ 2º. Quando houver necessidade, a recuperação do referido componente curricular será constituída por: entrega e defesa pública da versão corrigida do TCC para uma banca examinadora, dentro do semestre letivo da UERN em curso no qual o aluno esteja devidamente matriculado.

§ 3º. A banca examinadora definida pelo orientador e aluno concluinte será composta pelo orientador que presidirá a mesma e por 2 (dois) professores examinadores, sendo que no mínimo 02 (dois) membros da banca, devem ser lotados no Departamento de Enfermagem da FAEN. Compete à Banca Examinadora, efetivar o processo de avaliação do TCC de acordo com os requisitos definidos no regulamento do curso. Será facultada a participação a distância dos membros da banca, exceto do orientador/presidente, conforme orienta o Memorando nº 49/2023/UERN - PROEG/UERN/REITORIA.

Art. 46. O processo de entrega e avaliação do TCC obedece aos seguintes procedimentos:

- I. Com a anuência do professor orientador, o aluno deverá entregar a versão preliminar do TCC ao professor do componente curricular TCC II em até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data do término do semestre letivo.
- II. Após anuência do professor do componente curricular, o aluno deve entregar três cópias da versão preliminar do TCC à Coordenação do TCC, para que esta distribua as mesmas junto aos membros da banca examinadora.
- III. A banca examinadora terá o prazo de 15 (quinze) dias para analisar, atribuir nota e emitir parecer devolvendo à Coordenação de TCC com as devidas recomendações.
- IV. A Coordenação de TCC encaminhará os pareceres ao professor do componente curricular que deverá fazer os devidos registros no diário de classe e entregar as recomendações ao aluno.
- V. O aluno deverá realizar as correções solicitadas no parecer da banca e entregar a versão final da monografia até 30(trinta) dias antes do término do semestre.
- VI. Apresentação e defesa pública do TCC no Seminário de Pesquisa da FAEN/UERN realizado na conclusão do componente curricular TCC II, ofertado no 8º (oitavo) semestre letivo.
- VII. A apresentação do TCC compreenderá as seguintes etapas: I- Abertura das atividades pelo Presidente da Banca Examinadora; II – Apresentação oral com duração máxima de 20 (vinte) minutos; III- Arguição pelos membros da Banca Examinadora - cada membro da banca terá, no máximo, 5 (cinco) minutos para fazer

suas arguições e o aluno mais 10 (dez) minutos para responder às arguições da banca; IV- Deliberações da Banca Examinadora; V- Atribuição da nota da defesa. Após a apresentação do TCC, o aluno tomará ciência do resultado na forma de aprovado, aprovado com restrições ou reprovado. É considerado aprovado o estudante cuja monografia ou artigo científico apresente média final igual ou superior a 7,0 (sete).

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 47. As avaliações da versão escrita e da apresentação oral do TCC devem ser registradas na Ficha de Avaliação de TCC, na qual cada membro da banca examinadora atribuirá o conceito APROVADO ou REPROVADO, e notas que terão variação de 0 (zero) a 10 (dez), respectivamente.

§ 1º. A nota final constitui-se da média aritmética simples das notas atribuídas pelos três membros da banca.

§ 2º. Na apresentação oral, o aluno terá, no máximo, 20 (vinte) minutos para fazer a apresentação do seu trabalho; cada membro da banca examinadora terá, no máximo 5 (cinco) minutos para fazer suas arguições, e o aluno mais 10 (minutos) minutos para responder às arguições da banca.

§ 3º. É considerado aprovado o estudante cujo TCC apresente média final igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 48. É considerado reprovado no componente curricular TCC II:

- I. O aluno que deixar de cumprir, sem justificativa, o prazo fixado para depósito da versão final do TCC (Monografia ou Artigo Científico).
- II. O aluno que não tenha submetido o Artigo Científico a um Periódico Científico, previamente acordado com o Professor Orientador, no prazo fixado para depósito da versão final do TCC.
- III. O aluno que deixar de comparecer, sem justificativa, à banca examinadora, no prazo fixado para defesa oral e pública do TCC.

Art. 49. As justificativas para os casos previstos nos incisos I, II e III do artigo 48 devem ser formuladas através de requerimento ao qual serão anexados os devidos documentos comprobatórios; devendo ambos os documentos citados ser entregues na secretaria do Departamento de Enfermagem, nos prazos estabelecidos pela legislação que rege o ensino de graduação na UERN.

Parágrafo único. O Departamento deverá apreciar o requerimento em plenária e emitir parecer conclusivo.

CAPÍTULO V

DOS DEVERES DO ESTUDANTE NA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 50. Constituem deveres do estudante do curso de enfermagem em relação à elaboração do TCC:

- I. Desenvolver atividades relativas à elaboração do TCC por ocasião dos componentes curriculares: Conhecimento científico: leituras e técnicas; Estudos científicos: teorias e métodos da pesquisa em enfermagem; Estudos científicos: Natureza e interfaces da pesquisa; e de forma transversal em outros componentes como: Criação de conteúdo, empreendedorismo e tecnologias, sob a coordenação dos professores dos componentes curriculares e do respectivo professor orientador.
- II. Elaborar o projeto de pesquisa, durante o semestre que está matriculado no componente curricular Estudos científicos: Natureza e interfaces da pesquisa (5º período da graduação), e cumprir os prazos previstos no cronograma das atividades relativas ao TCC, elaborado pelo Departamento de Enfermagem.
- III. Cumprir o cronograma de trabalho previsto no projeto de pesquisa.
- IV. Entregar a versão preliminar do TCC ao professor orientador 45 (quarenta e cinco) dias antes da data do término semestre letivo da UERN.
- V. Entregar o arquivo de seu TCC em formato .PDF (não serão aceitos outros formatos) ao departamento referente ao seu curso; O arquivo deve conter; 1. O TCC finalizado e normalizado de acordo com as orientações estabelecidas nas Normas Brasileiras (NBRs) vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). 2. A Digitalização da folha de avaliação/aprovação assinada pela banca examinadora. 3. A Digitalização do Termo de Autorização devidamente preenchido e assinado, para disponibilização

eletrônica de seu trabalho acadêmico para ser inserido no sistema de Bibliotecas da UERN. O arquivo do TCC em .PDF não deverá ultrapassar 30mb (megabytes).

- VI. Cabe ao Departamento de Enfermagem, após o recebimento do arquivo por parte do aluno, enviar o arquivo para o endereço da biblioteca setorial da FAEN: faen@biblioteca.uern.br. O envio deverá ser feito de maneira individual utilizando o e-mail institucional do departamento; No campo ASSUNTO deverá conter o Nome do aluno / Curso d) E em anexo o TCC + folha de avaliação/aprovação + Termo de Autorização.
- VII. Providenciar, após o cumprimento das etapas previstas na avaliação do TCC a entrega à Coordenação de TCC no prazo máximo de dez dias úteis a contar da data da apresentação oral.

Art. 51. No caso de publicação do TCC, em qualquer órgão de divulgação, o orientador obrigatoriamente deve ser considerado coautor do referido trabalho.

CAPÍTULO VI DA ORIENTAÇÃO

Art. 52. Deve ser elaborado, individualmente, pelo aluno e sob a orientação, preferencialmente, de um docente da FAEN/UERN, com o objetivo de desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional.

Art. 53. É garantida a todos os alunos de graduação em Enfermagem a orientação para o desenvolvimento de seu trabalho de TCC a cargo, preferencialmente, de um professor do Departamento de Enfermagem.

§ 1º. Os professores do Departamento de Enfermagem, compulsoriamente, são considerados aptos a orientar alunos da graduação.

§ 2º. O professor em regime de tempo parcial (20h semanais) deve orientar no máximo dois (02) trabalhos de TCC, e o professor em regime de tempo integral (com 40h semanais ou em regime de dedicação exclusiva) poderá acumular no máximo quatro orientandos por semestre.

§ 3º. Para cada TCC orientado é atribuída a carga horária de duas horas semanais ao professor orientador.

§ 4º. O professor orientador não pode abandonar o seu orientando no processo de orientação do TCC, sem motivo justificado, submetido à apreciação da Coordenação de TCC e, quando necessário, à apreciação da plenária departamental.

Art. 54. Os professores não pertencentes ao Departamento de Enfermagem, ou ainda ao corpo docente da UERN podem ser orientadores, desde que:

- I. Submetam seu currículo para apreciação da plenária do Departamento de Enfermagem.
- II. Após anuência da plenária do Departamento de Enfermagem da FAEN, assinem o termo de orientação junto ao aluno.
- III. Submetam-se às orientações relativas ao TCC, que constam neste regulamento.

§ 1º. O docente que não pertence à UERN não receberá remuneração de qualquer natureza pela orientação assumida.

§ 2º. É vedada a participação de cônjuge ou de parente de orientando, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau como orientador do TCC.

Art. 55. Compete ao professor orientador:

- I. Avaliar a relevância do tema proposto pelo estudante.
- II. Orientar o estudante nas diferentes etapas do TCC, iniciando pelo componente curricular TCC I, no 7º período, e concluindo com a elaboração do TCC no componente curricular TCC II, no 8º período do curso.
- III. Manter encontros com o orientando com cronograma definido, no mínimo, uma vez por semana em local e horários previamente definidos.
- IV. Fazer os registros do acompanhamento do aluno na Ficha de Acompanhamento do TCC.
- V. Indicar à Coordenação de TCC, os nomes dos componentes da banca examinadora que deve avaliar o TCC, levando em consideração as respectivas áreas de atuação.
- VI. Presidir e coordenar os trabalhos da Banca Examinadora e encaminhar o resultado final à Coordenação de TCC, nos prazos fixados em calendário e neste regulamento.

Parágrafo único. O não cumprimento do cronograma por parte do aluno, sem motivo devidamente justificado e comprovado, constitui falta sujeita às sanções disciplinares previstas em normas regimentais.

CAPÍTULO VII

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 56. A banca examinadora, designada pela Coordenação de TCC, é constituída por três professores, sendo que, no mínimo, dois deles devem ser lotados no Departamento de Enfermagem da FAEN.

§ 1º. O professor orientador é o presidente da banca examinadora.

§ 2º. É vedada a participação de cônjuge ou de parente do orientando, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau em banca examinadora do TCC.

Art. 57. Compete à Banca Examinadora, por seus membros:

- I. Efetivar o processo de avaliação do TCC de acordo com os requisitos definidos neste Regulamento.
- II. Entregar os respectivos pareceres à Coordenação de TCC nos prazos estabelecidos pelo calendário letivo da UERN, e do cronograma das atividades de TCC do Departamento de Enfermagem da FAEN.
- III. Comparecer na data e no local determinados para a defesa pública do TCC, e entregar ao presidente da banca o resultado final de sua avaliação.

CAPÍTULO VIII

DA COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 58. A Coordenação de TCC de Graduação em Enfermagem é exercida por um professor Doutor do Departamento de Enfermagem, eleito em plenária do Departamento de Enfermagem para cumprir mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por mais um período, ao critério do referido Departamento e aceite do professor.

Parágrafo único. Em caso de afastamento do coordenador de TCC, antes do término do mandato, será designado um substituto em plenária departamental.

Art. 59. São atribuições da Coordenação de TCC:

- I. Zelar pelo cumprimento deste Regulamento, divulgando-o para os alunos

matriculados no primeiro período do curso, dentro das atividades do componente curricular Conhecimento científico: leituras e técnicas.

- II. Elaborar e divulgar, semestralmente, a lista dos professores com suas respectivas linhas de pesquisa e disponibilidade de orientação.
- III. Elaborar, antes da matrícula, o calendário das atividades e prazos relativos aos componentes curriculares TCC I e TCC II, de acordo com o calendário letivo do Departamento de Enfermagem e da UERN.
- IV. Oficializar e divulgar as composições das bancas examinadoras dos TCC do Curso Graduação em Enfermagem da FAEN.
- V. Receber e distribuir as cópias dos TCC junto aos membros da banca examinadora observando o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Regulamento.
- VI. Receber, distribuir e arquivar toda documentação relativa ao desenvolvimento dos componentes curriculares TCC I e TCC II, inclusive as vias da versão final do TCC.
- VII. Apresentar, em Plenária do Departamento de Enfermagem, relatório semestral do desenvolvimento das atividades de TCC, ou antes, quando necessário.
- VIII. Encaminhar à plenária do Departamento de Enfermagem os prazos previstos para elaboração do TCC, as dificuldades ou impasses eventualmente surgidos no desenvolvimento das atividades, inclusive, na relação entre professor/orientador e orientando.
- IX. Encaminhar à plenária do Departamento de Enfermagem problemas que demandem substituição de professor orientador bem como pedido de prorrogação de prazo.

Art. 60. Os casos omissos que não impliquem em prejuízo aos princípios deste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação de TCC ou, quando necessário, pela plenária do Departamento de Enfermagem.

Parágrafo único. Das decisões da Coordenação de TCC cabe recurso à plenária do Departamento de Enfermagem e deste à Câmara de Ensino de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, após aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, revogadas as disposições em contrário.

Art. 62. Os casos omissos serão apreciados, em primeira instância, pela plenária do Departamento de Enfermagem, em segunda instância, pelo Conselho Acadêmico Administrativo da FAEN, cabendo recurso à Câmara de Ensino de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 63. Compete à plenária do curso de enfermagem da FAEN/UERN dirimir as dúvidas referentes à interpretação deste regulamento, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

20. METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO

A dimensão metodológica toma por base os princípios formativos do curso como o eixo norteador dos conteúdos essenciais para a formação, flexibilidade curricular, formação humana integral, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, predominância da formação sobre a informação, articulação entre teoria e prática, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, diversificação dos cenários de aprendizagem, metodologias ativas de ensino-aprendizagem, incorporação de atividades complementares que embasam a operacionalização do ensino e as dimensões do trabalho de enfermagem.

Neste sentido é estimulada a implementação de metodologias ativas e estratégias pedagógicas do processo ensinar-aprender que venham a contribuir com a reflexão sobre a realidade social baseada nos pilares da educação que articulam o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e o aprender a conviver, integrando as dimensões cognitiva, emocional, atitudinal e comportamental do processo ensino aprendizagem, buscando sempre a adoção de abordagens inovadoras e conectadas com a realidade que estimulem a aprendizagem significativa, estimulando o protagonismo estudantil e a construção compartilhada do processo de aprendizagem.

As metodologias de ensino utilizadas no curso de enfermagem da FAEN tem como princípio uma formação de um enfermeiro proativo, crítico, numa perspectiva plural e de respeito às dimensões das diversidades subjetivas, considerando o contexto histórico-social, político, jurídico, cultural e ético correlacionando a teoria e aplicação no cotidiano, às dinâmicas de trabalho em grupos, favorecendo a discussão coletiva e as relações interpessoais visando desenvolver essas habilidades no contexto da integralidade da atenção, da humanização da assistência, da construção da interdisciplinaridade e do trabalho em equipe constitui atributos indispensáveis à formação do Enfermeiro.

REFERÊNCIAS

- ABEN.Associação Brasileira de Enfermagem. 4ª Minuta das DCNs. Disponível em: http://www.abennacional.org.br/backup_site/wp-content/uploads/2018/06/4aMinuta.pdf; 2019.
- ABEN-Associação brasileira de enfermagem. Política para a Enfermagem Brasileira em Ciência, Tecnologia e Inovação. Disponível em: <>. Acesso em 25 de junho de 2019.
- ALMEIDA FILHO, N. Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 2, n. 1-2, p. 5-20, 1997 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo .php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231997000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 01 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812319972101702014>.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça. Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986. Lei do Exercício Profissional da Enfermagem. Brasília, DF: Diário Oficial, 1986. P. 9275-9279.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília (DF): 1996.
- BRASIL. MEC/CNES. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de novembro de 2001.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília (DF): 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília (DF): MEC; 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Departamento de Modernização e Programas de Educação Superior. Manual de orientação básica do Programa de Educação Tutorial – PET. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Superior. Câmara de Educação Superior. Resolução Nº 4, de 6 de abril de 2009. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília (DF): MEC; 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 4.279. Estabelece as diretrizes para organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, dezembro de 2010.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014- 2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Resolução CNS nº 580 de 22 de março de 2018.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 (que institui as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581 >. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 580, DE 22 DE MARÇO DE 2018. Estabelece que as especificidades éticas das pesquisas de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS) serão contempladas em Resolução específica, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20est%C3%A1gio%20de%20estudantes%3B%20altera%20a%20reda%C3%A7%C3%A3o%20do%20art.&text=82%20da%20Lei%20no,2001%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>.

CAVALCANTI. K. B. Para abraçar a humanescência na pedagogia vivencial. In: XII Endipe- Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, Recife, 2006.

CECILIO, L. C. O. As Necessidades de Saúde como Conceito Estruturante na Luta pela Integralidade e Equidade na Atenção em Saúde. In: MATTOS, R. A.; PINHEIRO, R. (Org) Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. 8ª Edição. Rio de Janeiro: HUCITEC; 2009.

CECILIO, L. C. O.; MATSUMOTO, N. F. uma taxonomia operacional de necessidades de saúde. In: PINHEIRO, R.; FERLA, A. F.; MATTOS, R. A. (orgs.). Gestão em Redes: tecendo os fios da integralidade em saúde. Rio Grande do Sul: Rio de Janeiro: EdUCS/UFRS: IMS/UERJ: CEPESC, 2006.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem - Resolução COFEN Nº 564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília (DF).

COFEN. Decreto Nº 94.406 de 8 de junho de 1987. Regulamenta a Lei Nº. 7498/86 de 25 de junho de 1986 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Legislação do Exercício Profissional de Enfermagem.

COFEN-Conselho Federal de Enfermagem. Resolução Cofen Nº 564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília (DF).

CONSEPE. Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução N° 26/2017, de 28 de junho de 2017 (Aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 28 de junho de 2017.

CONSEPE. Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução N° 34/2016 – CONSUNI, de 20 de setembro de 2016 (Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN - 2016/2026); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 20 de Setembro de 2016.

CONSEPE. Conselho Superior Universitário. Portaria Ministerial N.º 874, de 17 de junho de 1993, com alterações introduzidas pela Resolução N.º 006/2002-CONSUNI, de 05 de julho de 2002 (Regimento geral da UERN); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 05 de julho de 2002.

CONSEPE. Conselho Superior Universitário. Resolução n.º 09/1997-CONSUNI, de 09 de dezembro de 1997, com alterações introduzidas pela Resolução n.º 005/2002-CONSUNI, de 05 de julho de 2002. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 05 de julho de 2002.

FERNANDES, S. C. de A.; SILVA, J. N. de M. **O programa de educação tutorial em enfermagem de Mossoró (PETEM): 25 anos de existência na FAEN/UERN.** In: FONSECA, A. S. de S., et al. (Orgs.) Mosaico de saberes: a unidade da formação na diversidade de projetos. Mossoró – RN, EDUERN, 2017.188p.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MORIN e LE MOIGNE, Edgar e Jean-Louis. **A inteligência da complexidade : epistemologia e pragmática.** Lisboa : Instituto Piaget, 2009.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 8ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

NICOLESCU, Basarab. *Transdisciplinarity: Theory and Practice (Advances in Systems Theory, Complexity, and the Human Science).* New York: Hampton Press, 2008.

NOGUEIRA, M. D. P. et al. **Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão.** Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2013.

PRIGOGINE, Ilya. **Ciência, razão e paixão** (Organização de Maria da Conceição de Almeida e Edgard de Assis Carvalho). Belém: EDUEPA, 2001.

SESAP RN. Portaria Normativa nº 001/2018-GS/SESAP de 08 de janeiro de 2018 que dispõe sobre as normas para realização de ensino, pesquisa e extensão abrangendo o Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório, Internato Médico, Práticas Supervisionadas, Residência em Área Profissional da Saúde e Multiprofissional em Saúde, Residência Médica, Visitas Técnicas e Projetos de Pesquisa e de Extensão no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte; Natal, 2018.

TORRE, S. de L.; MORAES, M. C.; TEJADA, José; PUJOL, Maria Antonia. Decálogo sobre transdisciplinaridade e ecoformação. In: TORRE, Saturnino de La; MORAES, Maria Candida;

PUJOL, Maria Antonia. Transdisciplinaridade e Ecoformação: um novo olhar sobre a educação. Tradução: Suzana Vidigal. São Paulo: Triom, 2008.

UERN. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016/2026.

UERN. Regimento Geral da UERN. Aprovado pela Portaria Ministerial N.º 874, de 17 de junho de 1993, com alterações introduzidas pela Resolução nº 11/93-CONSUNI, de 12 de novembro de 1993 e pela Resolução N.º 006/2002-CONSUNI, de 5 de julho de 2002, acrescidas com as necessárias correções gramaticais.

UNESCO, 2000. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Tradução: José Carlos Eufrásio 8ª ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: MEC: UNESCO. 2003.

UERN-Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução n.º 25/2017 - CONSEPE, de 21 de junho de 2017. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da UERN. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 21 de junho de 2017.

UERN-Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução n.º 14/2017 - CONSEPE, de 29 de março de 2017. Regulamento Geral da Extensão da UERN, e revoga resoluções. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 29 de março de 2017.

UERN-Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução n.º 15/2016 - CONSEPE, de 6 de abril de 2016. Regulamento do Programa Institucional de Monitoria – PIM -, e revoga a Resolução N.º 17/2011- CONSEPE. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 6 de abril de 2016.

UERN-Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Relatório de Avaliação Interna da Comissão Setorial de Avaliação (COSE) do Semestre 2018.1 / Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Curso de Enfermagem do Campus Central, 2019. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2019.

UERN-Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução 34/2016 CONSEPE. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN Projetando o Futuro da Universidade 2016-2023.

UERN. Resolução nº 26/2017 CONSEPE. Aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN e revoga a Resolução N.º 5/2014 – CONSEPE; 2017a.

UERN. Resolução nº 15/2017 CONSEPE. Aprova o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório para os Discentes dos Cursos de Graduação da UERN e revoga a Resolução N.º 63/2007 – CONSEPE - que aprova o regulamento de Estágio Voluntário para os discentes de graduação da UERN; UERN, 2017b.